

Aurora

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.11, n.33, out.18-jan.19



Conselho Editorial

Ana Amélia da Silva (PUC-SP)
Celso Fernando Favaretto (USP)
Fernando Antonio de Azevedo (UFSCAR)
Gabriel Cohn (USP)
José Luis Dader García (Universidad Complutense de Madrid)
Laurindo Lalo Leal (USP)
Maria do Socorro Braga (UFSCAR)
Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP)
Miguel Wady Chaia (PUC-SP)
Raquel Meneguelo (UNICAMP)
Regina Silveira
Silvana Maria Correa Tótoro (PUC-SP)
Yvone Dias Avelino (PUC-SP)
Venício Artur de Lima (UnB)
Vera Lucia Michalany Chaia (PUC-SP)
Victor Sampedro Blanco (Universidad Rey Juan Carlos)

Editores

Rosemary Segurado, PUC-SP, Brasil
Rodrigo Estramanho de Almeida, FESPSP, Brasil

Editora Assistente

Tathiana Senne Chicarino, PUC-SP, Brasil

Comitê Editorial

Silvana Gobbi Martinho, PUC-SP, Brasil
Marcelo Burgos Pimentel dos Santos, UFPB, Brasil
Bruno Carriço Reis, Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde
Eduardo Luiz Viveiros de Freitas, Estácio-Uniradial - SP, Brasil
Claudio Luis de Camargo Penteado, UFABC, Brasil
Miguel Wady Chaia, PUC-SP, Brasil
Vera Lucia Michalany Chaia, PUC-SP, Brasil
Cristina Maranhão, PUC-SP, Brasil
Syntia Alves, PUC-SP, Brasil
Rafael de Paula Aguiar Araújo, PUC-SP, Brasil

Revisão de texto

Deysi Cioccarì

Arte e Diagramação

Yasmin Mancini

Aurora: revista de arte, mídia e política é uma publicação do NEAMP - Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0.

Aurora

revista de arte, mídia e política

ISSN 1982-6672 - São Paulo, v.11, n.33

Sumário

Nota dos Editores

3-4

Artigos

Desterritorializações em XXV: uma análise discursiva de gênero e desejos

5-20

Fernando Souto Dias Neto

Notas sobre diferença e repetição: a propósito dos conceitos “heterogêneses” e “diferença” de Gilles Deleuze

21-37

Luciano da Silva Façanha, Flávio Luiz de Castro Freitas e Jamys Alexandre Ferreira dos Santos

Black Lives Matter: o uso de dispositivos móveis no registro, denúncia e mobilização contra a violência racial nos Estados Unidos

38-55

Talita Guimarães da Silva e Tarcísio Torres Silva

Ensaio-cognitivo-coletivos: citações e partilha do comum nos dispositivos artísticos do presente

56-71

Rogério Vanderlei de Lima Trindade

Ocupações secundaristas através do *facebook*: governamentalidade e heterotopia

72-93

Juliana Cotting Teixeira, Gustavo da Silva Freitas e Paula Corrêa Henning

Política externa brasileira no âmbito regional: o papel da representação brasileira no Parlamento do Mercosul

94-111

Angelo Raphael Mattos

Resenha

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Trad. de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016. 192 p.

112-115

José Renato Ferraz da Silveira

Nota dos editores

Nessa edição contamos com um conjunto de artigos com temáticas instigantes que transitam entre a filosofia, passando pela arte e pelas experiências do âmbito da micro e da macro política.

Fernando Souto Dias Neto em seu artigo *Desterritorializações em XXY: uma análise discursiva de gênero e desejos* aborda a normatividade da sexualidade a partir da análise da produção fílmica argentina como máquina produtora de desejos e como ela incide nos modos de pensar e vivenciar a sexualidade.

Em *Notas sobre diferença e repetição: a propósito dos conceitos “heterogênese” e “diferença”* de Gilles Deleuze os autores Luciano da Silva Façanha, Flávio Luiz de Castro Freitas e Jamys Alexandre Ferreira dos Santos abordam a perspectiva deleuziano de heterogênese e diferença, trazendo uma interpretação original para pensar a noção de acontecimento no campo filosófico.

Talita Guimarães da Silva e Tarcísio Torres Silva abrem outra perspectiva para pensar o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no artigo *Em Black Lives Matter: o uso de dispositivos móveis no registro, denúncia e mobilização contra a violência racial nos Estados Unidos*. Os autores discutem o uso de smartphones no registro de denúncias de assassinato de negros nos Estados Unidos e analisam os efeitos da disseminação dessas imagens para debater a violência racial no país.

Em *Ensaio-cognitivo-coletivos: citações e partilha do comum nos dispositivos artísticos do presente*, Rogério Vanderlei de Lima Trindade discute a noção de Estética Relacional de Nicolas Bourriaud para debater as formas de interação humana na arte contemporânea e compreender as novas formas sociabilidade.

No campo das micropolíticas temos *Ocupações secundaristas através do facebook: governamentalidade e heterotopia*, Juliana Cotting Teixeira, Gustavo da Silva Freitas e Paula Corrêa Henning analisam o movimento secundarista nas escolas no Rio Grande do Sul para compreender o processo de produção da subjetividade desses jovens.

Por outra perspectiva, a da macropolítica, Angelo Raphael Mattos discute em *Política externa brasileira no âmbito regional: o papel da representação brasileira no Parlamento do Mercosul* a partir da análise dos requerimentos propostos pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul(CPCMS) como forma de compreender os principais aspectos que caracterizam os debates entre o parlamento brasileiro e o Parlamento do Mercosul(Parlasul).

Para finalizar temos a resenha de José Renato Ferraz da Silveira sobre a obra *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*, de autoria de Patrick Charaudeau, cujo debate é fundamental para compreender a configuração da opinião pública na contemporaneidade.

Convidamos os leitores a percorrerem essas reflexões, cujas diferentes perspectivas e abordagens expressam a forma caleidoscópica, própria da atualidade.

Os editores

Desterritorializações em XXY: uma análise discursiva de gênero e desejos

Fernando Souto Dias Neto¹

Resumo: O trabalho mostra o funcionamento do cinema – através do filme XXY (2007), da diretora argentina Lucía Puenzo - como uma máquina de produção dos desejos que pode servir como modo de educar o olhar e as audiências por outrora sofrendo o atravessamento do jogo de forças através de linhas discursivas, seja do saber médico institucionalizado, ou da crítica cinematográfica pela imprensa especializada. Utilizamos fontes que se inserem no campo do pós-estruturalismo, portanto conjugamos as desterritorializações segundo Preciado (2011), Bhaba (2005) na questão de re-significação dos discursos, na problematização da questão de gênero, Butler (2002; 2008), além de Deleuze (1992) no que se refere à sociedade de controle. Com isso elaboramos a análise fílmica e identificamos enunciados segundo Francis Vanoye e Goliot-Lété (1994) que possibilitam a problematização da normatividade através de uma coleção de discursos.

Palavras-chave: Cinema Argentino. Corpo. Desejo. Gênero. Sexualidade.

¹ Professor de História pela UNIFRA. especialista em Pedagogia da Arte pela UFRGS. Mestre em Ciências da Comunicação bolsista CAPES/prosup pela UNISINO

Abstract: The paper shows the operation of film - through the movie XXY (2007) of Argentine director Lucía Puenzo - as a production machine of desires, which can serve as a way to educate the look and the public. Once suffering the route forces play through the discursive lines, is the institutionalized medical knowledge, or film criticism by the press. We use fonts that fit in the field poststructuralism therefore, we conjugate the deterritorializations according to Preciado (2011), also Bhaba (2005) in the question of re-signification of the speeches, in the problematization of the gender question Butler (2002; 2008), besides Deleuze (1992) with regard to the society of control. With this we elaborate the film analysis and identify statements according to Francis Vanoye and Goliot-Lété (1994) that make possible the problematization of normativity through a collection of speech.

6

Keywords: Argentine Cinema. Body. Desire. Gender. Sexuality.

Corpos (in)visíveis e máquinas desejanter

O cinema de ficção, talvez tanto quanto o chamado documentário, apresenta esse potencial de enunciar “verdades” sobre a identidade de suas personagens, provocando a identificação das audiências ou, ao contrário, repulsa ao que é mostrado em tela. Dessa forma, o audiovisual participa do grande circuito midiático dando voz e forma a determinados setores sociais tidos por minoritários ou desviantes da “norma”. Visibilidade que é sempre um risco, pois pode tornar-se estereotipada, primando pelo exótico e pelo espetacular.

Em meio a todo enredo se entrelaçam os pressupostos como corpo de desejo e corpo desejante. A sedução dos corpos e os afetos unem-se às relações de gênero, política e identidade, tudo através de uma problematização sobre a questão de preenchimentos de vazios dos *frames*.

Logo se tem um conjunto de discursos que carregam traços do lugar onde são realizados, além do espectador sequer fazer um desligamento entre sujeito-persona, roteiro e discurso. Para tal, partimos da hipótese de que o cinema pode funcionar como máquina desejante (ROLNIK; GUATTARI, 1996), *voyeurística* e pedagógica, no sentido de ordenar e educar o olhar das audiências em direção da liberdade dos corpos e mentes, tanto quanto em direção ao fascismo das “tolerâncias” hipócritas, do reforço de estereótipos e das falsas aceitações da pluralidade política e da multiplicidade biopolítica dos seres.

“XXY” (2007), de Lucía Puenzo, filha de Luiz Puenzo² conta a história de Alex, adolescente em conflito com sua intersexualidade e com a decisão de se submeter a tratamentos hormonais e de redesignação genital, buscando definir sua identidade de gênero. Hostilizado como aberração por parte da vila de pescadores onde vive, no litoral uruguaio, Alex recebe a visita de uma família de amigos de sua mãe, vindos da Argentina: um cirurgião, sua esposa e o jovem Álvaro, com quem Alex se envolve. Lucía Puenzo convida o espectador a desvendar “quem ou o que é Alex”, para que se possa decidir “quem” Alex está habilitado a amar e a desejar, de acordo com as convenções sociais que delimitam o masculino e o feminino através da genitalidade.

² Realizou a primeira película argentina a ser premiada com o Oscar de melhor filme estrangeiro, “La Historia Oficial” (1985). Conta a história de Alicia, que adota a menina Gaby junto com seu marido Roberto nos anos da Ditadura Cívico-Militar (1976-1983). Alicia passa a desconfiar que Gaby é órfã de desaparecidos políticos, reivindicada pelas Avós da Praça de Maio. A ironia do enredo é que Alicia é uma inocente e tradicional professora de história, que passa a desvendar a “história oficial” de sua filha adotiva e do seu próprio país.

Dessa forma passamos a entender que: “Esse processo de ‘desterritorialização’ do corpo obriga a resistir aos processos do tornar-se ‘normal’” (PRECIADO, 2011, 14). Através desse movimento emergem questões que temos como objetivo desdobrá-las no decorrer do trabalho. Tal conflito se passa pelo campo discursivo, assim como a atmosfera imagética, na qual analisamos no artigo. A análise dialoga com a metodologia de Francis Vanoye e Goliot-Lété (1994), de forma que venha a enunciar o desenvolvimento do texto na relação entre imagem e desterritorialização.

Olhares (des)territorializados e a diversidade

O recorte temático é a representação da diversidade identitária por meio da pluralidade do desejo através da obra XXY que compõe o circuito audiovisual do cinema argentino contemporâneo. Pretendemos estabelecer nossa problemática de investigação: de que maneiras o cinema argentino contemporâneo funciona como um educador (ou deseducador) do olhar sobre o Diferente, sobre Si e o Outro, estimulando nas audiências a crítica sobre seus próprios “pré-conceitos”?

A questão pode ser desdobrada em várias outras. Como o desconforto gerado pela película de Lucía Puenzo nos faz refletir sobre os regimes de saber e poder a que estamos submetidos e que configuram nossas produções de subjetividade e alteridade?

Quais discursos de autoridade (estatal, policial, biomédica, religiosa) enunciam o que podemos ou não ser, enquanto homens, mulheres, transexuais, intersexuais, jovens, velhos, latino-americanos, hétero, homo, bi ou assexuais?

De que estratégias de representação identitária o cinema de ficção argentino faz uso para expressar sua posição a respeito da (bio)política de controle sobre as populações e os sujeitos? Revel (2005), comentando sobre Michel Foucault, destaca:

O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de um certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica - por meio dos biopoderes locais - se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas (REVEL, 2005, p. 26).

Atualmente, a noção de biopolítica observa-se exacerbada, na qual o exercício dos poderes disciplinares convive com o conceito deleuziano de “sociedade de controle”. Ou seja, não se trata mais apenas de seguir padrões rígidos e cumprir as leis do Estado, ou sofrer as penalidades, caso haja desrespeito à dura legislação.

Homi Bhaba (2005) conjuga a percepção identitária que se daria através do reconhecimento, por outrora de forma performática e estratégica. Tais discursos fechados, engessados e consolidados não viriam a ser cessados, mas sim re-significados, transitando pelos anteriores. Tal ação para Bhaba (2005) se daria pela hibridização, o que acabaria performatizando os discursos. Nesta reflexão analisamos oposição entre discursos da normatização com os processos de subjetividade da película.

O modelo social torna-se mais maleável para moldar-se às necessidades pessoais, moldando assim as pessoas à crescente extração dos resultados desejados pelo biopoder (aumento de consumo, de satisfação, de competitividade, de *performance* nas relações interpessoais, de capacitação permanente às demandas do mercado profissional etc).

O autor enuncia a necessidade de exercitar a crítica à sociedade de controle, denunciando a adesão voluntária dos sujeitos a essas “coleiras eletrônicas”, supostas “novas liberdades ao ar livre”, marcadas pela autovigilância e autogestão dos comportamentos e práticas corporais. Trata-se de produzir “indivíduos divisíveis” em múltiplas identidades dispersas, com “senhas cifradas” de acesso a territórios específicos de convívio, “mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos” (DELEUZE, 1992, p. 220).

Aderir a esse novo modelo de produção de subjetividade significa transitar por outros confinamentos, mais invisíveis, mas não menos poderosos, diferentes da disciplina antes imposta pela família, escola, trabalho, hospital, exército, polícia, justiça, hospício ou prisão. Aprendemos a nos vigiar e a nos excluirmos uns aos outros, independente de forças repressoras externas.

Não se deve minimizar a violência concreta exercida pela ditadura, obviamente. Porém, é preciso estar atento às violências simbólicas (BOURDIEU, 1999) que, mesmo inconscientemente, reproduzimos na microfísica cotidiana em relação àquele que é diferente de nós. Transformamos a diferença em desigualdade (CANCLINI, 2005) estabelecendo patamares que desqualificam a subjetividade que não compreendemos, por ignorância ou intolerância.

Discursos de gênero e cartografias do desejo

Por “discurso” entendemos a coleção de enunciados (escritos, sonoros, imagéticos, pictóricos, fotográficos, audiovisuais etc.) proferidos por determinadas figuras de autoridade (jurídica, estética, moral, científica, religiosa, e mesmo do senso comum). Esse feixe de enunciados vai expressar determinada “vontade de verdade” a respeito da produção dos sujeitos em certa época e sociedade.

A busca da verdade sobre o Outro (personagem) leva a uma busca da verdade de Si, ao:

[...] analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção neles próprios, a se decifrar, a se reconhecer a se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo a verdade de seu ser. (FOUCAULT, 1984, p. 11).

Dessa forma, busca-se superar a dicotomia entre análises macro e micropolíticas, estéticas e éticas, infra e supraestruturais, de uma economia material *versus* dos desejos, do espaço público e do privado.

Existe uma relevância social na abordagem das diversidades (políticas, ideológicas, sexuais, de gênero), principalmente no que se refere à América Latina e à consolidação de governos classificados como de esquerda. Observam-se políticas e programas sociais que visam estimular a participação política de segmentos diversos e a inclusão cultural e educacional de extratos marginalizados, bem como de vítimas de violências físicas e simbólicas. As ondas dos movimentos feministas do século passado hoje reverberam com múltiplos entrecruzamentos (étnicos, transgêneros, etários etc.). Segundo Judith Butler (2002):

Afirmar que el discurso es formativo no equivale a decir que origina, causa o compone exhaustivamente aquello que concede; antes bien, significa que no hay ninguna referencia a un cuerpo puro que no sea al mismo tiempo una formación adicional de ese cuerpo. En este sentido, no se niega la capacidad lingüística para referirse a los cuerpos sexuados, pero se altera la significación misma de “referencialidad”. En términos filosóficos, la proposición asertórica es siempre, hasta cierto punto, performativa (BUTLER, 2002, 31).

Ao mesmo tempo, em nossos países, notam-se também a articulação de forças reacionárias, violentas, xenófobas, homofóbicas, transfóbicas, lesbofóbicas, racistas e machistas. Isso se dá tanto em termos de representação da sociedade nas cúpulas políticas dos parlamentos, quanto na microfísica das redes sociais

(“virtuais e reais”). Parte da população acaba reproduzindo e fomentando exclusões e preconceitos de gênero, sexualidade, etnia e condição socioeconômica. O debate sobre questões de gênero, no Brasil, vem sendo apagado dos planos educacionais, tachado de “ideologia de esquerda”.

As produções de subjetividades e a emergência de uma nova pedagogia dos desejos

O cinema também é atravessado por essa “pluralização de alfabetos”, pois seus realizadores e a sua audiência também o são. Enquanto linguagem, arte e técnica, o cinema participa dessa “mídiação educadora”, sensibilizando as plateias para determinados temas, entre eles o da diversidade sexual e de gêneros.

Uma nova pedagogia dos afetos parece estar emergindo de uma pedagogia do olhar, mesmo em meio a tanto preconceito. Trata-se de uma educação não formal, sem currículos, disciplinas, provas, notas, autoridades e punições. É preciso não ser inocente, contudo:

Dentro dessa lógica, os sujeitos que, por qualquer razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência serão tomados como “minorias” e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos “marginalizados” continuam necessários, já que servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam. (LOURO, 2004, p. 66).

Na perspectiva dos Estudos *Queer*, esses “corpos estranhos” à normalização política e biopolítica, quando espetacularizados como exóticos, servem justamente para reforçar o binarismo, o androcentrismo e os atributos de gênero baseados no sexo. Discursivamente, enunciar macho e fêmea como “fatos biológicos”, situando todo “o resto” à margem, é uma eficiente estratégia linguística para dissipar qualquer problematização:

Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero. (BUTLER, 2008, p. 25).

Que papel estético e social tem o cinema ao focar em produções de subjetividades baseadas num permanente tornar-se, num devir pós-estrutural,

dizendo o que é da ordem do indizível, fixando o que por si só já pode ser múltiplo, plural e transitório como o desejo? Para isso observamos que:

A patologização da sexualidade continua operando com grande força, não mais como “perversões sexuais” ou “homossexualismo”, mas como “transtornos de gênero”. Se o gênero só consegue sua inteligibilidade quando referido à diferença sexual e à complementaridade dos sexos, quando se produz no menino a masculinidade e na menina a feminilidade, a heterossexualidade está inserida aí como condição para dar vida e sentido aos gêneros (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 572).

Trata-se de pensar não mais apenas a produção de subjetividade e das identidades, mas a produção de um *desassujeitamento* via contestação:

Pode-se localizar na própria vida - isto é, certamente, no trabalho e na linguagem, mas também no corpo, nos afetos, nos desejos e na sexualidade - o lugar de emergência de um contrapoder, o lugar de uma produção de subjetividade que se daria como momento de desassujeitamento? Nesse caso, o tema da biopolítica seria fundamental para a reformulação ética da relação com o político que caracteriza as últimas análises de Foucault; mais ainda: a biopolítica representaria exatamente o momento de passagem do político ao ético (REVEL, 2005, p. 28).

12

“XXY” traz a atmosfera de mistério e dúvida sobre “qual decisão tomar” perante seu corpo.³ As representações midiáticas surgem como artifício para referir-se a algo que não está ali no momento presente, mas que evoca uma memória (de conceitos, preconceitos, opiniões, sensações etc.). Essa ausência pode concretizar-se em um apagamento, uma desqualificação, um silenciamento de alguém ou algo considerado anormal, indesejável, desviante da norma.

O que nos mostra XXY?

A obra XXY (2007) marca a estreia de Lucía Puenzo no cenário cinematográfico argentino, sendo ela filha do premiado diretor Luis Puenzo, vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro com *A História Oficial*, na década de 1980. O fato de seu pai se inserir no cenário cinematográfico irá lhe conferir a possibilidade de realizar obras em maior escala, além de a jovem possuir elementos de produção literária, no que diz da publicação de livros e novelas.

³ Segundo Barthes há “erotismo da leitura” que permite reinventar a relação do signo ao corpo e a do corpo ao signo, que não se pode receber como se estivesse dada.

A sua obra esta realiza múltiplas funções – o que torna um caráter marcante nesse cinema - assumindo a postura de desenvolver uma película que toma o máximo de si. O emprego de atores jovens que constituem o casal se torna relevante, Inés Efrón no papel de Alex demonstra a entrega para o desempenho da dramaturgia, logo sendo enunciada por fortes e carregados traços:

Em alguns casos o tratamento dessa obra dado pela crítica remonta ideologias totalizantes, macros, ligadas a um período que veio a se consolidar estabelecendo certezas, tornando determinados modos de ver e configurar olhares e, muitas vezes, ocultando outros aspectos: (DIAS NETO, 2013, p. 77).

O roteiro se desenvolve através da corporalidade da personagem Alex, que carrega características sexuais masculinas e femininas. O conflito se desenvolve quanto ela não mostra mais interesse em tomar a medicação que impede que seu corpo se masculinize por completo. Logo recebe a visita do médico designado a si que traz consigo sua família, por sua vez se tem o início de um romance entre a personagem Alex e o jovem filho do médico personagem de Martín Piroyansky. Contudo dentro do cinema argentino é possível observar:

O que é notável nas películas que compõem o *corpus* da pesquisa dentro desse cinema é a fragmentação das identidades de gêneros, desde a forma como os sujeitos exercem seus desejos, rompendo com determinismos patológicos, corporalidades, determinismos biológicos, tradições reproduzidas pelos tempos, ou até mesmo dispositivos sociais que são atravessados por linhas discursivas. O veículo que conduz essas linhas, citadas até então, é a forma como o tempo atualiza os modos de relação entre os sujeitos, além de como esses lugares de fala foram e ainda continuam se transformando, para que se constituam e se enunciem como se assistem hoje (DIAS NETO, 2014, p. 132).

Tem-se a emergência de uma relação afetiva na qual há um corpo-limite enunciado pelo discurso médico que insere Alex em um quadro de interdições. Essa configuração estabelece a maneira como a jovem estaria autorizada a amar, se relacionar e conduzir sua vida afetiva. A violência a que a protagonista é submetida, devido às diferenças que carrega, além da postura preconceituosa que se manifesta no meio social a que está inserida é outro ponto a ser focado.

Denilson Lopes (2009) fala sobre a noção de representação e a questão de gênero trazida nas películas, sendo ligadas aos demais saberes como:

[...] a noção de representação claramente se justifica na história, nas ciências sociais e nos estudos de comunicação social; muitas vezes, acaba por transformar a obra de arte em ilustração de problemáticas

da realidade sem considera-las estruturantes. É como fruto dessa preocupação que, nos anos 1970, a questão de gênero passa a ser considerada algo mais interno às obras artísticas e práticas culturais, e não meramente um tema. (LOPES, 2009, p. 382)

A apresentação e abordagem de XXY marcam uma forma de realização que irá surtir grande impacto internacional devido a um tema polêmico, além de repensar os momentos em que o sujeito atravessa mesmo sendo uma obra ficcional cinematográfica, que emerge discursos que vêm através de linhas enunciativas estabelecer formas e contratos. Tais estratégias de saber e poder autorizam e desautorizam os sujeitos a se amarem, se relacionarem, se unirem ou simplesmente existirem, demonstrando suas manifestações sentimentais e afetivas, abrindo um espaço que os leve a falar de si por meio da confissão de seu sexo, suas práticas, corpos, identidades e desejos. Segundo a película podemos entender que:

Ultrapassando a lógica cartesiana, positivista e cientificista das classificações de sentimentos e corpos, a personagem Alex leva o espectador a uma (re)construção, re(elaboração), (re)constituição do seu Eu para um gênero por si própria, capaz de ter um potencial de expressão perante ao meio social, defendendo-se das práticas discursivas sobre a qual tem suas ações inibidas pela “problemática” do seu corpo (DIAS NETO, 2010, p.13).

14

O resultado desse produto audiovisual desenvolve uma reflexão de até onde se deve interferir no corpo de um sujeito, seja jovem ou não, para que se faça uma cirurgia a fim de estabelecer uma sexualidade. O corpo pode carregar uma ou mais características biológicas tidas por masculinas ou femininas, mas os desejos vivenciados pelo sujeito partirão de outro local além das características corporais. A cirurgia de resignação de sexo que paira sobre o “corpo estranho” de XXY materializa a violência aos afetos em geral. O enredo do filme convida a audiência a refletir sobre o quanto ela corta de seu próprio ser para se encaixar em locais pré-estabelecidos.

Discursos através de locais de fala pré-estabelecidos

A comunidade médica, no que diz respeito à abordagem do corpo problematizado, anuncia sua insatisfação com a obra, justificada pela ineficiência e ineficácia do poder de colaboração no quadro dos indivíduos que convive com tais diferenças⁴,

⁴ “O filme é muito bonito e mostra com grande sensibilidade os possíveis problemas dos hermafroditas e da sua família, mas o título é totalmente enganador” disse na apresentação do filme Paola Grammatico, diretora do laboratório de Medicina Genética de San Camillo-Forlanini.

o que fará com que a diretora se manifeste. O que se cria então é um embate entre uma zona de conflito entre a instituição do saber médico, que ataca a posição da jovem e estreada diretora que trabalha seus personagens em abordagens românticas problematizadas.

Para Donna Haraway (2000), o sistema do estabelecido, fixo, ou até mesmo intransitório, veio nos mostrar que os jogos de poder vieram a demarcar a heterogeneidade como norma. Porém, com o avanço dos sistemas sociais, assim como a velocidade da informação, houve a liberação da heterogeneidade, o que por ventura trouxe o achatamento da subjetividade, portanto tirando a profundidade e causando um afogamento em categorias normatizantes, seja nos corpos, no campo afetivo, ou até mesmo nos romances vivenciados.

O que se deve entender não é que o filme configura um documentário a respeito de um corpo problematizado, mas sim da possibilidade de um romance de corpos diferenciados, que podem coexistir e estabelecer uma união. Por sua vez, a diretora entende que sua obra não tem caráter de definir quadros de patologias corporais, mas sim de estabelecer um romance jovem, que no tempo recente luta contra os entraves da sociedade para conseguir sobreviver e poder ser vivenciado.

Deve-se pensar que as críticas que atuaram nessa obra, tanto quanto aos roteiros, narrativas ou até mesmo formas de realizar esses objetos encontram-se na sua grande maioria calcadas em velhas teorias. Algumas delas remetem à maneira como tal o filme não se insere na narrativa de questões de gênero, devido a equívocos de uma patologia de um discurso médico, ou talvez pela opção por criar códigos que levem o espectador a ir descobrindo aos poucos as mensagens transmitidas pela obra, que se (re)cortam, seja o roteiro ou, em alguns casos, seus personagens.

[...] não é o “mundo”, é um discurso, o discurso de um outro: a crítica é um discurso sobre um discurso; é uma linguagem segunda ou metalinguagem (como diriam os lógicos), que se exerce sobre uma linguagem primeira (ou linguagem-objeto)” (BARTHES, 2007, p. 159).

A ideia que se tenta mostrar com esta análise realizando um movimento de agir dentro da crítica, por sua vez consiste em identificar que essa linguagem objeto, o discurso crítico que se origina no sujeito institucionalizado, está enraizada em teorias ou ideologias fechadas. Por consequência, não permitem a abertura de um novo olhar, de um modo fragmentário e, desse cinema que emerge, pois de

alguns lados é reconhecido como falho ou até mesmo equivocado. A origem dos conceitos através dos saberes institucionalizados são trazidos por Michel Foucault da forma que é:

Por isso mesmo, não é mais necessário apelar para os temas da origem indefinidamente recuada e do horizonte inesgotável: a organização de um conjunto de regras, na prática do discurso, mesmo se ela não constitui um acontecimento tão fácil de ser situado quanto a uma formulação ou uma descoberta, pode ser, no entanto, determinada no elemento da história; e se é inesgotável é naquilo em que o sistema perfeitamente descritível que constitui dá conta de um jogo considerável de conceitos e de um número muito importante de transformações que afetam ao mesmo tempo esses conceitos e suas relações (FOUCAULT, 1972, p. 78).

Os conceitos, discursos, conjuntos e seus remetentes são mutáveis. Com o tempo, surgem novas necessidades, novas transformações, ocorrendo gradativamente mudanças. A problematização, até encontrar a formulação de novas matrizes de pensamento, torna-se um trabalho constante, não exclusivamente nesta área e tão pouco neste objeto. O desejo impresso consiste em manter sempre aberto esses corpos com seus “órgãos” funcionando sistematicamente, pois em todos os instantes há a possibilidade de imersões de diferentes graus de intensidade, fazendo-se necessário voltar o olhar para esses dispositivos.

Não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com suas derivações, as suas transformações, as suas mutações. Em cada dispositivo, as linhas atravessam limiares em função do qual são estéticas, científicas, políticas (DELEUZE, 1990, p. 155)

Para Marcelo Hessel (2008) há um trabalho que a película exerce sobre o autor, a de montar mistérios aos seus espectadores, que aos poucos acabam sendo descobertos. Dotado de simbolismos, o que para ele se apresenta como charadas, algumas dessas formas de manifestação mostram a apresentação de XXY. O exemplo disso é dado com o peixe-palhaço no aquário, espécie hermafrodita. Logo se começa a construir significados.

Hessel acredita que se o filme não colocasse esses elementos e após começasse a desvendá-los, o rumo seria outro – o que ele sinaliza como possível mais triunfante -, porém situações que forcem a ideia da sexualidade ambígua ficam claras. O que para o crítico aparece como tais simbolismos reflete uma ideia de perigo e riscos, além da possibilidade de surgimento de um humor,

principalmente quanto às manifestações por parte dos familiares da jovem Alex, que por sua vez tem seu corpo, identidade e gênero, além da sexualidade, problematizada.

Para Gonçalo Sá (2008) a apresentação de XXY no Queer Lisboa 12 é o que se mostra como “Crise física e emocional”, sendo referenciada como uma das promessas para o festival realizado em Portugal com a temática específica e que, por sua vez não deixa nada a desejar, logo atendendo as expectativas do público. O que é observado por Sá é a forte tendência desse novo cinema em abordagens da juventude, tratando-se no ponto de conflito nessa fase da constituição do sujeito, ou seja, o que ele chama de “despertar sexual”.

Se para Sá o despertar sexual é privilegiado nas abordagens desse cinema, XXY, vem a contemplar seus espectadores de maneira densa, consistente e rica. Não há nenhuma questão de situação enunciada na obra como forma bizarra de exposição, seja do corpo ou das manifestações entre os personagens.

Estes elementos são importantes e devem ser destacados, como em XXY, que conta com atores como Ricardo Darín, figura marcada no cinema argentino, e também Inés Éfron, revelada recentemente no cenário cinematográfico nessa película marcando e consolidando sua carreira, o que a leva a desenvolver um papel excepcional. O que é exprimido pelas telas é a insegurança e a vulnerabilidade de um romance que tenta se fundar através da existência de ambas as características, mas com desejos que se ligam.

Gonçalo Sá (2008) ainda completa que há um alicerce numa discreta, mas absorvente energia visual, contanto com uma fotografia de tons turvos e uma segura realista que lembram algumas obras contemporâneas do cinema argentino. Porém, XXY tem seu diferencial, sendo descrito como caloroso no desenvolvimento dramático e o que Sá afirma é que não há como evitar “murros no estômago” (na qual a violência psicológica não fere menos do que a física). A obra conferiu em Cannes Grande Prêmio do Júri em 2007 e nos Goya Melhor Filme Estrangeiro em Língua Espanhola.

Considerações sobre XXY

Dentro da primeira parte da análise, procuramos observar XXY enquanto produto audiovisual da contemporaneidade com sua abordagem de gênero, contemplando a parte inicial de um estudo como um todo que configura esse modo que opera os discursos.

Com o desenvolvimento do estudo podemos observar a obra XXY como potência de máquina de enunciar corpos além de formar uma pedagogia dos desejos, essa com um novo modo de educar olhares e as audiências, que por sua vez tornam os sujeitos experimentadores do processo audiovisual em agentes do processo de formador de novos olhares. A obra realiza um grande trabalho de desterritorialização, isso no que diz respeito a modos de classificações, que muitas vezes se tornam engessados, fechados e solidificados.

A potência do cinema enquanto produto artístico audiovisual passa a se fragmentar em películas como XXY, sendo dirigido e tendo seu roteiro escrito por Lucía Puenzo, que por sua vez tem esta como a sua obra-prima. A obra de estreia da diretora, filha do renomado Luis Puenzo, logo se mostra a por em xeque as identidades fixas e que se estabelecem na norma. A dúvida sobre o corpo de Alex, a protagonista, por sua vez acaba sendo ditada pelo saber médico, e legitimado pelos seus discursos que acabam enquadrando a jovem num quadro patológico.

O eixo que liga a pesquisa passa pelo campo discursivo, seja dos saberes que permeiam as instituições – como o saber médico e a imprensa -, são movimentos realizados para a costura dessa linguagem. O campo discursivo que se enuncia passa pelas identidades que são deslocadas da norma, mas que dentro da narrativa da obra passa a ser interdita pelo discurso, este que leva a protagonista a assumir a corporalidade que a impede de vivenciar o romance. Logo o desejo acaba sendo interdito e uma corporalidade a ser imposta.

Por sua vez o dispositivo midiático acionado pela imprensa e os sujeitos inseridos que enunciam desse local de fala destacam o papel de XXY enquanto impacto social que realiza, seja no modo das identidades fluídas, ou até mesmo as corporalidades fora da norma. Conjugando, portanto, Estudos Culturais, Estruturalismo, Pós-estruturalismo, Semiótica e Teoria Queer, se estabeleceu cruzamentos e tensões entre as tradições de pensamento, buscando compreender a representação da diversidade identitária por meio da pluralidade do desejo através de XXY, obra que emerge em meio ao cenário cinematográfico argentino contemporâneo.

Referências

ANSA. Filme argentino "XXY" vira alvo de críticas de médicos. Itália, 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u305610.shtml>>. Acesso em: 03 de dez. 2012.

A HISTÓRIA OFICIAL (*La historia oficial*). Luis Puenzo. Argentina: Marcelo Pyñeiro, 1985. 112 min: son. color.

BHABHA, Homi K. *Interrogando a Identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial*. In: O Local da Cultura. Belo Horizonte: EDUFMG, 2005.

BARTHES, Roland. *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. *Despatologização do Gênero: a Politização das Identidades Abjetas*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires/ Barcelona/ México: Paidós, 2002.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CANCLINI, Néstor G. *Diferentes, Desiguais e Desconectados*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *¿Que és un dispositivo?* In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.

DIAS NETO, Fernando Souto. Linhas sobre o dispositivo cinema argentino: uma abordagem audiovisual de gênero na juventude. 2013. 87 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação) – UNISINOS, São Leopoldo. 2013.

_____. *O Caso de Alex na Obra Fílmica XXY: uma Análise de Corpo, Gênero e Sexualidade*. 2010. 32 f. Monografia de Especialização (Programa de Pós-Graduação em Educação) – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

_____. *Práticas de Ver e Ser Visto no Cinema Argentino: entre o Dispositivo Discursivo e Não Discursivo*. Revista Linguagens, Blumenau, v. 8, n.2, p. 124-137, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Lisboa: Vozes, 1972.

_____. *História da sexualidade*. Vv. 2. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: *Ciência, tecnologia, e feminismo-socialista no final do século XX*. In: *Antropologia do Ciborgue: as Vertigens do Pós-Humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HESSEL, Marcelo. *XXY: filme argentino premiado em Cannes até começa bem...* Brasil, 2008. Disponível em: <<http://omelete.uol.com.br/cinema/xyy/>>. Acesso em: 15/06/2012.

LOPES, Denilson. Cinema e gênero. In: MASCARELLO, Fernando (Org.). *História do Cinema Mundial*. Campinas, SP: Papirus, 2009.

LOURO, Guacira L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRECIADO, Beatriz. *Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

REVEL, Judith. *Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

ROLNIK, Suely; GUATTARI, Félix. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, Gonçalo. *Queer Lisboa 12: crise física e emocional em "XXY"*. Portugal, 2008. Disponível em: <<http://noticias.sapo.pt/info/artigo/888622>>. Acesso em: 15 de fev. 2012.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio Sobre a Análise Fílmica*. Campinas: Papirus, 1994.

XXY. Lucía Puenzo; Luísina Troncoso; Natasha Braier; Sérgio Bizzo. Argentina, Espanha, França: Luis Puenzo, 2007. 86min: son. color.

Notas sobre diferença e repetição: a propósito dos conceitos “heterogênesse” e “diferença” de Gilles Deleuze

Luciano da Silva Façanha¹

Flávio Luiz de Castro Freitas²

Jamys Alexandre Ferreira dos Santos³

Resumo: Nos estudos que fundamentam a história do pensamento ocidental, a filosofia de Deleuze se apresenta a partir de uma variada gama de interpretação. Seu procedimento singular de fazer filosofia levou o pensador a se destacar, originalmente, pela busca de objetos conceituais em outras disciplinas das Ciências Humanas. Um de seus escritos mais herméticos é *Diferença e repetição*, de 1969, onde apresentou uma “síntese” de suas leituras objetivadas de outras filosofias. Nesse contexto, a presente proposta é uma análise estrutural em torno da relação entre “heterogênesse” e “diferença”, exposta nesse estudo deleuzeano e entender como essa relação possibilita a construção de um projeto da filosofia diferença/acontecimento.

Palavras-chave: Deleuze. Heterogênesse. Diferença.

¹ Pós-Doutorado em Filosofia, estética do Século XVIII - PUC/SP. Doutor e Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bacharel em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo e licenciado em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão. Atua na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como professor Adjunto no Departamento de Filosofia (DEFIL); Coordenador do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade - Mestrado Interdisciplinar (PPGCult); Professor nos Mestrados em Cultura e Sociedade e Mestrado Profissional em Filosofia da UFMA - PROF-Filo/UFMA.

² Doutorando em Estrutura e Gênese do Conceito de Subjetividade pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) com estágio sanduíche pela Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne, mestrado em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (2013), especialização em Filosofia Política pela Universidade Federal do Maranhão (2010) e graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (2006). Professor do curso de licenciatura em Ciências Humanas - habilitação Filosofia da Universidade Federal do Maranhão.

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PPGCult) – Mestrado Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Graduado em Filosofia. Conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA/CAPES) para o desenvolvimento de sua pesquisa.

Abstract: In studies for the history of Western thought, Deleuze's philosophy is presented from a wide range of interpretation. His unique procedure of philosophy took the thinker to highlight, originally, the search of conceptual objects in other disciplines of the humanities. One of his writings more airtight's difference and repetition, in 1969 where he presented a "synthesis" of his readings objectified in other philosophies. In this context, the present proposal is a structural analysis around the relationship between "heterogenesis" and "difference", exposed in this study deleuzeano and understand how this relationship enables the construction of a philosophy difference project/event.

22

Keywords: Deleuze. Heterogenesis. Difference.

Introdução

A filosofia da diferença de Gilles Deleuze (1925-1995) tem se constituído por variadas interpretações nas análises aparentes. Mesmo com seu procedimento próprio de fazer filosofia e fases diferenciadas do seu pensamento, podemos perceber uma continuidade conceitual no seu sistema. São momentos decisivos para seu patenteamento na história do pensamento ocidental, os lançamentos de *Diferença e repetição* (1968) e *Lógica do sentido* (1969). Ambos os textos delimitam problemas que, antes “desconhecidos”, foram apontados por Deleuze em um estilo hermético e original levando estudiosos contemporâneos aos refreamentos e reviravoltas nas diversas releituras diante dessas duas obras.

Deleuze trouxe uma nova proposta de análise para a filosofia, pautando-a em problemas que priorizam a “diferença” e o “fundamento” do acontecimento. O autor em questão nos propõe argumentos que abrangem o impessoal, uma pré-subjetividade ou mesmo um campo de imanência sem sujeito que, territorialmente, ocupa análises voltadas à realidade virtual e atual. É justamente esse campo da impessoalidade que investigaremos, privilegiado pela “diferença” genética responsável por uma partida produto do campo de multiplicidade ilógico e necessário.

Nesse panorama, o presente artigo apresenta o seguinte problema: qual a relação entre os conceitos “heterogênese” e “diferença” no livro *Diferença e repetição*, de Gilles Deleuze? Com o objetivo de desenvolver tal questão propomos, primeiramente, explicitar os constituintes do conceito de “heterogênese”; e, em seguida, compreender o que vem a ser “diferença” tal qual se encontra em *Diferença e repetição*, relacionando-a com o conceito anterior.

A hipótese apresentada são os pressupostos do “acontecimento” como resultado da relação que será discriminada. Esse é um conceito que se pressupõe partir do texto *Lógica do sentido*, mas serão evidenciadas algumas condições argumentativas para a formação deste em *Diferença e repetição*.

Brevemente, para iniciar a descrição do escrito, fundamentaremos os argumentos a partir do estudo deleuzeano em torno da imagem do pensamento, de forma metodológica e conceitual nessa filosofia da diferença. A necessidade dessa proposta é esclarecer o posicionamento de Deleuze diante da história do pensamento ocidental e compreender o seu procedimento de fazer filosofia.

Considerações sobre a “imagem do pensamento”

A imagem do pensamento foi tratada em diversas obras do autor: *Nietzsche e a filosofia* (1962), *Proust e os signos* (1964)⁴ e *Diferença e repetição* (1968); nas entrevistas *Sobre a filosofia*, em *Conversações 1972-1990* (1990) e *Sobre Nietzsche e a imagem do pensamento*, em *A ilha deserta: e outros textos* (2006) – originalmente intitulada por “Entrevista com Gilbert Deleuze” de 1968 – existem, também, argumentos sobre essa questão.

Conceituando e detalhando de diferentes maneiras essa imagem, Deleuze propõe uma ruptura com a mesma e faz desse “embate” sua diferença ou seu verdadeiro começo em filosofia. A pesquisa acerca dos pressupostos ou a condição para iniciar o exercício do pensamento é encontrada, de forma apurada, no que ele afirma por “noologia”: um estudo da suposta imagem modelo do pensamento apontada como moral e ortodoxa que possibilita a filosofia (DELEUZE, 2013, p. 189-192).

Falamos em moral e ortodoxia em virtude dessa imagem ser determinada por um pressuposto subjetivo da filosofia. Uma conduta que deve ser seguida pelos afetos para construção e afirmação de um determinado sistema como fundamento do pensamento.

A imagem possibilita uma presunção do pensar de forma verdadeira, não importando que o pensamento filosófico se inicie pelo objeto ou pelo sujeito, pelo ser ou pelo ente. Diante disso, as condições da imagem do pensamento são propostas por Deleuze, em uma série de postulados que se caracterizam tanto pela objetividade quanto pela subjetividade, uma vez natural e uma vez filosófico.⁵

Há dois quesitos que se relacionam para a compreensão dessa imagem: o “pensamento” e a “necessidade”. O pensamento e a necessidade até buscam a exterioridade, mas sendo eles os primeiros e responsáveis pela determinação de assujeitamento e afirmação. No entanto, a proposta da filosofia de Deleuze é subverter essa ideia.

⁴ Com reedição em 1976.

⁵ Os oito postulados e as “figuras” de composição da imagem do pensamento estão, resumidamente, da seguinte forma: 1) A boa vontade do pensador e a boa natureza do pensamento; 2) O senso comum como *concordia facultatum* e o bom senso como divisor que garante essa concordia; 3) Do modelo ou da reconhecimento; 4) Do elemento ou da representação; 5) Do negativo ou do erro; 6) Da função lógica ou da proposição; 7) Da modalidade ou das soluções. 8) A subordinação do aprender ao saber e da cultura ao método. (DELEUZE, G. 2006, p. 189-190; 239-240).

Recorremos aqui a Zourabichvili (1996, p. 7) onde afirma que o pensamento se assente a partir de uma exterioridade ao espírito, e não na necessidade de afirmação do absoluto e nem mesmo a um objeto de revelação; deve-se buscar o pensamento a partir do ato de conhecer.

A “crítica” deleuzeana, nesse momento, é apontar a importância do pensamento de forma coextensiva. É essa relação com o fora que nos remete ao conceito de transcendência, nos levando a entender que resultará, assim, a autenticidade filosófica. Ou seja, a faculdade do pensamento só será equivocadamente concretizada se for capacitada por condições transcendentais e apriorísticas.

Por hora, entendemos que essa imagem, ou melhor, essa pré-filosofia que parte da ideia de que o pensamento esteja ligado à “necessidade” ou a “verdade”, possuidora formal e materialmente do verdadeiro, apenas manifesta uma “não filosofia”, necessitando ser combatida para que assim haja um início autêntico.

(...) aparecem melhor as condições de uma Filosofia isenta de pressupostos de qualquer espécie: em vez de se apoiar na Imagem moral do pensamento, ela tomaria como ponto de partida uma crítica radical da Imagem e dos “postulados” que ela implica. Ela encontraria sua diferença ou seu verdadeiro começo não num acordo com a imagem *pré-filosófica*, mas numa luta rigorosa contra a Imagem, denunciada como *não-filosofia*. (DELEUZE, 2006, p. 193).

25

As verdades as quais a filosofia tem buscado são arbitrárias e dadas a partir da “boa vontade” do pensamento. Já a nossa busca se direciona a afirmação de uma realidade heterogênea e fundamentada na multiplicidade, constituinte da própria diferença.

Sobre a “heterogênese”

O conceito do “fora” citado anteriormente é ambíguo, pois, em um primeiro momento de relutância da imagem do pensamento, ele é dado como transcendente e, também, como algo a ser buscado. Contudo, o “fora” proposto por Deleuze é caracterizado como a própria heterogênese; uma produção incessante de acontecimentos e possibilidade de criação que forcem o pensamento.⁶

⁶ Fornazari (2015, p. 14-5) nos reforçar esse argumento caracterizando o fora como heterogênese a partir de uma realidade “intensiva”. Conceito esse que se tornou inegável para a compreensão da filosofia de Deleuze: “O fora não é interior, nem exterior, mas essa zona de circulação incessante das diferenças intensivas onde se podem produzir os acontecimentos que forcem a pensar. O pensamento do fora, portanto, é sempre heterogênese, isto é, produção do novo, criação do outro em relação àquilo que se oferece para ser pensado”.

No decorrer do escrito perceberemos e reforçaremos essa ideia que a heterogênesse não se forma somente a partir do fora, mas também por uma multiplicidade anterior no campo da diferença. Ou seja, uma multiplicidade que se constitui, similarmente, a partir de uma realidade diferencial sendo essa a própria heterogênesse.

Esse conceito do “fora” se refere a uma realidade imaterial, mas também imanente. O pensador requalifica o que afirmamos por logicidade e rejeita todo pensamento afirmado por uma metafísica da essência. Assim, todo pensamento pressuposto por uma imagem homogênea é redistribuído estabelecendo, deste modo, um pensamento sem imagem. Ou seja, o verdadeiro pensar é heterogênico.⁷

É necessário, dessa forma, algo que force esse pensar de forma violenta, buscando e apreendendo o essencial que está fora do pensamento. Mas, como se violenta o pensamento? Como pode ser dada uma autêntica relação com o “fora”?

Deleuze (2010) afirma que a apreensão do “fora” é dada pelo “signo”. O signo em si é uma instância positiva, um guia para o pensamento que não pode ser representado, pois caso seja dada uma significação para tal signo retornaríamos a argumentos das instâncias do reconhecimento e da representação havendo, assim, o pensar da imagem dogmática.

O próprio signo é sensação, afeto, nova perspectiva, uma exclusividade tal qual o sujeito participa. O signo está para “diferença”, assim como a “representação” está para a racionalidade. O signo só existe na afirmação da diferença e exclusivamente dela.

A relação da “força”, “violência” e do “signo” é de extrema importância para entendermos o começo de uma verdadeira filosofia. Os signos nos lançam a aprendizagem, ao pensamento e a um sentido; se constitui como o invisível propulsor que nos faz encontrar o verdadeiro na esfera do sensível levando a suscitar o problema não a transcendência, mas ao exercício transcendente, a enésima potência:

(...) Não é um ser sensível, mas o ser *do* sensível. Não é o dado, mas aquilo pelo qual o dado é dado. Ele é também, de certo modo, o insensível. (...) A sensibilidade, em presença daquilo que só pode ser

⁷ Abreu (2007, p. 90) afirma que: “(...) o pensamento deixa de ter um fundamento, de ser pressuposto como uma faculdade naturalmente voltada para o verdadeiro, regida por um método e subordinado ao modelo da reconhecimento (ao senso comum e ao bom senso); torna-se criativo e encontra sua necessidade na afirmação de seu *fora*”. O autor defende em artigo (parte de sua tese de doutorado, *O combate ao julgamento no empirismo transcendental de Deleuze*) o procedimento intitulado por “subtração” que se constitui pela necessidade de um combate ao que o mesmo afirmou em sua leitura da filosofia de Deleuze por “julgamento”.

sentido (o insensível, ao mesmo tempo), encontra-se diante de um limite próprio – o signo – e se eleva a um exercício transcendente – a enésima potência. (DELEUZE, 2006, p. 203-204).

Para que o pensamento procure o sentido do signo é necessário que ele venha carregado de violência e de força. O aprendizado constituinte desse sentido verdadeiro se caracterizará de várias formas: memória, desejo, imaginação, inteligência etc.

A filosofia de Deleuze é dada na “intensidade” pura tal qual o signo se fundamenta como positividade. Somente no campo do “intensivo”, espaço próprio e ideal, será pautada a afirmação da diferença através do signo. A relação proposta entre heterogênese e diferença legitima a intensidade de forma bem similar, pois, o espaço dessa associação se compõe fundamentalmente por esse cenário.

O objetivo de Deleuze, ao evidenciar, problematizar e propor uma ruptura com essa imagem dogmática e não filosófica a partir do fora será o da reabilitação, na esfera do sensível, do pensamento constituído na diferença e não na representação.

Pensar a diferença não se trata de retraimento e acolhimento, mas sim de aceitação de uma potência criativa, múltipla, heterogênea e violenta capaz de despertar todo o oculto e silencioso ainda porvir:

(...) os conceitos designam tão-somente possibilidades. Falta-lhes uma garra, que seria da necessidade absoluta, isto é, de uma violência original feita ao pensamento, de uma estranheza, de uma inimizade, a única a tirá-lo de seu estupor natural ou de sua eterna possibilidade: tanto quanto só há pensamento involuntário, suscitado, coagido no pensamento, em mais forte razão é absolutamente necessário que ele nasça, por arrombamento, do fortuito no mundo. O que é primeiro no pensamento é o arrombamento, a violência, é o inimigo, e nada supõe a Filosofia. (DELEUZE, 2006, p. 202-203).

Pensar a diferença é eliminar os pressupostos tão recorrentes na história da filosofia. Conceitos que delimitam o ato de pensar a partir das condições inerentes a um determinado sujeito. A eliminação, tanto das condições subjetivas e objetivas, pressupõe a aceitação da heterogênese.

Iniciar-se na filosofia, para Deleuze (2006, p. 189), é sempre um momento delicado e com a necessidade de eliminação dos pressupostos. Na ciência, o que é devido é uma eliminação objetiva do que delimita determinada questão, pensamento ou apuro conceitual. Mas, na filosofia, os pressupostos a serem eliminados são tanto objetivos, como subjetivos.

Como Deleuze propõe a eliminação desses pressupostos especificamente? Como o pensador caracteriza o exercício transcendente e a enésima potência já citada?

A proposta do autor é que cada faculdade saia dos eixos sem convergir para o reconhecimento de um objeto, mas divergir para que assim possa haver o reconhecimento próprio, ou seja: “(...) Discórdia das faculdades, cadeia de força e pavio de pólvora, em que cada uma enfrenta seu limite e só recebe da outra (ou só comunica à outra) uma violência que a coloca em face de seu elemento próprio, como de seu disparate ou de seu incomparável” (DELEUZE, 2006, p. 205).

O pensamento transcendental, na filosofia da diferença, não se determina pela busca exterior ao mundo dos acontecimentos, mas sim pela apreensão do que nasce nesse mundo a partir de um desregramento das próprias faculdades. Essa discórdia é o que possibilita, na nossa leitura, a “diferença” existente em cada faculdade em seu exercício superior empírico.

(...) Se o exercício transcendente não deve ser decalcado sobre o exercício empírico, é precisamente porque ele apreende aquilo que não pode ser apreendido do ponto de vista de um senso comum, que mede o uso empírico de todas as faculdades de acordo com o que cabe a cada uma sob a forma de sua colaboração. Eis por que, por sua vez, o transcendental está sujeito a um empirismo superior, único capaz de explorar seu domínio e suas regiões, pois, contrariamente ao que acreditava Kant, ele não pode ser induzido das formas empíricas ordinárias tais como elas aparecem sob a determinação do senso comum. (DELEUZE, 2006, p. 207).

A proposta não é a determinação das faculdades pela heterogênesse ou estabelecer uma doutrina das faculdades em desacordo. Mas, buscar a natureza do que essas faculdades fundamentam e condicionam.

Desse modo, Deleuze (2006, p. 208-9) apresenta as faculdades como responsáveis por descortinar a diferença na repetição a partir de uma eterna revisão de seu projeto. A diferença “nasce” nesse campo intensivo, múltiplo e imanente.

Por fim, o que podemos concluir diante a esse exercício transcendente é o elemento da intensidade proposto por ser um “acordo discordante” das faculdades. Ou seja, um campo de aceitação que se constitui por esse elemento essencial, a diferença, sem que achemos um “eu” delimitador, mas um Outro de alta potência que nos apresenta ao impensável e a impotência ainda não aceita.

(...) Não são os deuses que são encontrados; mesmo ocultos, os deuses não passam de formas para reconhecimento. O que é encontrado são os demônios, potências do salto, do intervalo, do intensivo ou do instante, e que só preenchem a diferença com o diferente; eles são os portas-signos. E é o mais importante: da sensibilidade à imaginação, da imaginação à memória, da memória ao pensamento – quando cada faculdade disjunta comunica à outra a violência que a leva a seu limite próprio – é a cada vez uma livre figura da diferença que desperta a faculdade, e a desperta como o diferente desta diferença. Tem-se, assim, a diferença na intensidade, a disparidade no fantasma, a dessemelhança na forma do tempo, o diferencial no pensamento (DELEUZE, 2006, p. 210).

A “diferença”, assim, se constitui como um início, como momento primeiro do pensamento, sem que esse momento seja dado exclusivamente pela racionalidade:

Toda e qualquer outra diferença que não se enraíze assim será desmensurada, incoordenada, inorgânica: grande demais ou pequena demais, não só para ser pensada, mas para ser. Deixando de ser pensada, a diferença dissipa-se no não-ser. Daí se conclui que a diferença em si permanece maldita, devendo expiar ou então ser resgatada sob as espécies da razão que a tornam passível de ser vivida e pensada, que fazem dela o objeto de uma representação orgânica (DELEUZE, 2006, p. 365).

29

Uma diferença não representacional, não pensável com base em um modelo de reconhecimento será nossa tarefa a partir de agora. Um momento que se inicia no choque proposto pelo “signo”, na “violência” imposta de forma afirmativa, na “intensidade” do “fora” que a “força” advinda do “acordo discordante” nos propõe.

A “diferença”

A diferença teve na maior parte da história do pensamento ocidental, condição de maldita, impossibilitada, incapaz e não produtora. Mesmo quando pensamos em uma perspectiva diferencial, esse caminho nos direciona a obscuridade do erro, do envolvimento em um espaço amoral e inaceitável.

Em *Diferença e repetição* é evidenciada a condição que a diferença mantém em relação à filosofia e, dessa forma, o objetivo “primeiro” do pensador em questão é afirmar a mesma de forma ontológica e metodológica: “Tirar a diferença de seu estado de maldição parece ser, pois, a tarefa da Filosofia da diferença” (DELEUZE, 2006, p. 57).

O objetivo desse momento é explicitar como a filosofia deleuzeana vai contra o pensamento alicerçado na “identidade” e na “negação” como resultado da produção heterogênicamente afirmada anteriormente. Ou seja, ir à colisão a qualquer pensamento que tenha como condição inicial a “representação”. No entanto, perguntamos: o que é a representação? Quais são as formas da representação? Que identidade e que negativo Deleuze se refere?

Representar é reduzir a diferença em um conceito mais geral. Ou até podemos afirmar que representar é, propriamente, conceituar a diferença, torná-la acessível às condições de possibilidade do conhecimento racional.

Essa redução ou apresentação da diferença não é dada de forma pejorativa, trágica ou erradicada na história da filosofia. Se a história representa, ela apresenta; se conceitua, facilita. Dessa forma, em referência ao primeiro momento da representação iniciado na Grécia Antiga, como veremos mais adiante, Deleuze ironiza a mesma com a expressão: “feliz momento grego”.

(...) A partir de uma primeira impressão (a diferença é o mal), propõe-se “salvar” a diferença, representando-a e, para representá-la, relacioná-la às exigências do conceito em geral. Trata-se de determinar um momento feliz – o feliz momento grego – em que a diferença é como que reconciliada com o conceito. A diferença deve sair de sua caverna e deixar de ser um monstro; ou, pelo menos, só deve subsistir como monstro aquilo que se subtrai ao feliz momento, aquilo que constitui somente um mau encontro, uma má ocasião (DELEUZE, 2006, p. 57).

A diferença, “monstro” informal, por mais “feliz” que esteja nesse momento imposto pela representação, perde seu sentido, sua “obscuridade” e sua potência em detrimento da representação que adere a sua explicação. A representação não facilita o acesso à diferença, ela a impele, reduz a mesma as leis da racionalidade.

Deleuze (2006, p. 57) sistematiza a representação em sua atividade de redução e aprisionamento a partir de quatro aspectos: identidade, analogia, oposição e semelhança.⁸ Esse é o momento de mediação da diferença submetida à quádrupla raiz que a anula, reitera e atenta a desigualdade que a fundamenta.

A representação do irrepresentável (que é a diferença) aniquila. Aniquilar a diferença é limitá-la as normas da identidade, da semelhança, da analogia e da

⁸ A representação é caracterizada por Michel Foucault em *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (1966). Mas, com Deleuze o conceito ganha nova significação, como veremos mais adiante, como consequência dos pressupostos deleuzeanos que alicerçam sua filosofia.

oposição. Esse é o quádruplo cambão proposto por Deleuze que limita a diferença reduzindo-a à representação. Deste modo, a representação se concretiza como um fundamento da razão e do pensamento:

(...) O que é descoberto é somente um fundamento que refere o excesso e a insuficiência da diferença ao idêntico, ao semelhante, ao análogo, ao oposto: a razão se torna fundamento, isto é, razão suficiente, que não deixa escapar mais nada. Mas nada muda; a diferença continua amaldiçoada; descobriram-se apenas meios mais sutis e mais sublimes de fazê-la expiar ou de submetê-la, de resgatá-la sob as categorias da representação. (DELEUZE, 2006, p. 366).

Mas, como Lapoujade (2015, p. 51) nos reforça, será o fundamento advindo do mundo da diferença, e não da representação:

(...) com efeito, o conceito de diferença tem por função inicial contestar o primado da identidade de que goza o fundamento: com que direito esse primado é concedido à identidade e ao Mesmo? Sobre o que ele se funda? Para além do fundamento, começa o mundo das diferenças livres e não vinculadas.

A redução é o verdadeiro objetivo da representação, contraponto da diferença. Será necessário que iniciemos não a desatar as amarras da razão, mas fundir a mesma com uma possível sensibilidade pura e entender o problema do fundamento implícito e necessário na filosofia da diferença.

Antes, é importante evidenciar como a representação limita a diferença em dois momentos da história da filosofia: o primeiro, na Antiguidade, a representação se classifica como “orgânica” ou “finita”; e, num segundo momento, no período Moderna, como “orgânica” ou “infinita”.

O “feliz momento grego” se constitui como o primeiro momento da representação evidenciado na Antiguidade, e terá Platão (428/7-348/7 a.C) como principal representante. Esse é o momento patenteado como representação orgânica, fundamentada e comprovada pela dialética como método do conhecimento.

A “representação orgânica” é o arquétipo onde se identifica uma identidade ideal, pura e que vem dar fundamentação para possíveis cópias, sendo que essas mesmas cópias não possibilitam o mesmo processo ao “simulacro”. O simulacro, dessa forma, vem a se caracterizar como uma cópia dessemelhante, uma cópia – infiel – da cópia.⁹

⁹ Deleuze trata do tema do simulacro exclusivamente no texto “Platão e o simulacro” que se encontra em apêndice no livro *Lógica do Sentido*, de 1969.

A dialética platônica, ao impossibilitar o simulacro como potência fundante, priva a diferença. O simulacro é caos como desmistificação de um fundo desconhecido para um espaço diferencial de possibilidades: (...) O simulacro é a aberração que mina subterraneamente o platonismo. Ele não se deixa representar. Encarna sozinho as profundezas que se subtraem à ação do fundamento e contestam a sua instauração; nesse sentido, é testemunha de um novo “direito” (LAPOUJADE, 2015, p. 52).

O simulacro não é explicitamente a diferença, mas um conceito platônico o qual Deleuze apresentou como necessário para construção de sua filosofia. Ou seja, um conceito que possibilita a ele explicar a diferença como um campo próprio dando condições para seu próprio procedimento diferencial.

A cópia se fundamentando na relação entre semelhança e ideia, não nos interessa, pois aceitaremos ser o simulacro o centro da diferença, sem relação com aquela ideia. O papel da semelhança é dado apenas e exclusivamente à cópia.

A proposta deleuzeana parte da interpretação platônica e de como ela se adquire da terminologia platônica para construir seu pensamento. Assim, a subversão do platonismo se justifica por: “(...) recusar o primado de um original sobre a cópia, de um modelo sobre a imagem. Glorificar o reino dos simulacros e dos reflexos” (DELEUZE, 2006, p. 106).

Para tomarmos por completo essa compreensão acerca do conceito de simulacro, o que ele proporciona e de como nosso autor se usufruiu dele, entendemos que:

(...) por simulacros não devemos entender uma simples imitação, mas sobretudo o ato pelo qual a própria ideia de um modelo ou de uma posição privilegiada é contestada, subvertida. O simulacro é a instância que compreende uma diferença em si, como duas séries divergentes (pelo menos) sobre as quais ele atua, toda semelhança tendo sido abolida, sem que se possa, por conseguinte, indicar a existência de um original e de uma cópia. É nesta direção que é preciso procurar as condições não mais da experiência possível, mas da experiência real (seleção, repetição etc.). É aí que encontramos a realidade vivida de um domínio sub-representativo. Se é verdade que a representação tem a identidade como elemento e um semelhante como unidade de medida, a pura diferença, tal como aparece no simulacro, tem o “díspar” como unidade de medida, isto é, sempre uma diferença de diferença como elemento imediato. (DELEUZE, 2006, p. 109).

A diferença como representação orgânica ou finita é um conceito dado a partir da reflexão, entregue e submissa às exigências da racionalidade. Assim, a diferença (ou sua realidade pura) que propõe catástrofes e choques invisíveis estará de toda perdida e não afirmada: “(...) sejam rupturas de continuidade na série das semelhanças, sejam falhas intransponíveis entre estruturas análogas. Ela só deixa de ser reflexiva para tornar-se catastrófica e, sem dúvida, não pode ser uma coisa sem a outra” (DELEUZE, 2006, p. 65).

Lapoujade (2015, p. 63-4), afirma que:

(...) as cópias e representações como figuras da semelhança são substituídas pelos simulacros e “apresentações puras” da diferença. É preciso remontar para além do mundo da representação e do que o funda – a Ideia ou sujeito transcendental – rumo ao sem-fundo diferencial do Ser. Desde que seja colocada com uma insistência quase louca, a questão do fundamento (ou da razão suficiente) se abre sobre a matéria intensiva do Ser. É preciso um “salto” na ontologia. Na verdade, esse salto não somos nós que fazemos, são os movimentos aberrantes do sem-fundo que nos forçam a ele.

O segundo momento da representação é dado na modernidade com Hegel (1770-1831). Diferente da Grécia Antiga, no período Moderno a representação será caracterizada como “orgiaca” e determinada pelos conceitos que Deleuze apontou como o Pequeno e o Grande.

A proposta da dialética de Hegel, na leitura deleuzeana, é elevar a diferença até o máximo sem que a identifiquemos por um dos atributos do quádruplo cambão. Ou seja, a diferença não deve ser afirmada a partir da identidade ou da negação, mas da afirmação da própria identidade da diferença. A proposta é sempre colocá-la como primeira na ordem dos acontecimentos ou mesmo das relações.

Podemos exemplificar esse momento a partir de um dos aspectos da representação citado anteriormente: a oposição. A interpretação de Deleuze a dialética hegeliana se determina na oposição da diferença a identidade; essa contraposição é contradição, significado de um produto e não a determinação da diferença como gênese.

A diferença, da Antiguidade a Modernidade, apenas mudou na perspectiva da motivação, pois essa diferenciação dialética ainda a manteve reduzida pela representação:

(...) Quando a representação encontra em si o infinito, ela aparece como uma representação *orgiaca* e não mais *orgânica*: ela descobre em si o tumulto, a inquietude e a paixão sob a calma aparente ou sob os limites do organizado. Ela reencontra o monstro. Então, já não se trata de um momento feliz que marcaria a entrada e a saída da determinação no conceito em geral, o mínimo e o máximo relativos (...). (DELEUZE, 2006, p. 75).

A representação orgiaca estabelece e seleciona a diferença tendo o infinito como fundamento; eleva a diferença sem mediação. Já a representação orgânica trata o Pequeno e o Grande como atributos ou conteúdos supostamente concretos. Assim, a filosofia deleuzeana conclui a representação, em seu primeiro momento, priorizando o infinito; diferentemente do segundo momento que detém a forma, a organização ou o ideal como princípio e o finito como objeto fundamental.

O conceito de diferença proposto por Deleuze surge em metamorfose e, ainda, como diferença pura propondo a si mesma no infinito sem ser mantida em um mínimo ou máximo, em um Grande ou Pequeno. As noções de limites que antes eram condições da representação são duramente esquartejadas:

(...) É a própria noção de limite que muda completamente de significação: não designa mais os marcos da representação finita, mas, ao contrário, a matriz em que a determinação finita não para de desaparecer e de nascer, de se envolver e de se desenvolver na representação orgiaca. Ela não designa a limitação de uma forma, mas a *convergência* na direção de um fundamento; não mais a distinção de formas, mas a correlação do fundado e do fundamento; não mais a suspensão da potência, mas o elemento em que a potência é efetuada e fundada (DELEUZE, 2006, p. 76).

Perante essa afirmação, pressupomos a diferença em detrimento da “contradição”. A diferença, afirmada como Maior, possibilita a ideia do “negativo”. Ou seja, a “negação” – nesse caso, a antítese – na dialética hegeliana, como autônoma e condicionante, posiciona a diferença como contradição.

Deleuze (2006, p. 84) afirma que: “(...) o fundo é a continuidade infinita das propriedades do universal que se envolve nos *Ems* particulares finitos considerados como essências (...)”. A partir dessa afirmação, entendemos que o fundo universal infinito contém os particulares que remetem às essências como determinações de um “Eu puro”, ou mesmo “barreiras” incapazes de se constituírem como fundamento.

O Eu puro, nesse caso, é entendido como o “eu penso”, unidade ou identidade do entendimento. Uma determinação para o ato de pensar que subordina a diferença à racionalidade.

Deste modo, as condições heterogênicas, apresentadas anteriormente, vinculam-se a diferença que antes, presa na “representação”, não podia ser aceita diante uma realidade fundamentada na multiplicidade. Nesse momento, recorremos a Foucault (2008, p. 243):

(...) Esta, então, não seria mais uma característica relativamente geral trabalhando a generalidade do conceito, ela seria – pensamento diferente e pensamento da diferença – um puro acontecimento. (...) Desvencilhado da boa vontade e da administração de um senso comum que divide e caracteriza, o pensamento não constrói mais o conceito, ele produz um sentido-acontecimento repetindo um fantasma. A vontade moralmente boa de pensar conforme o senso comum tinha no fundo a função de proteger o pensamento de sua “genitalidade” singular.

O bom senso que antes reinava na filosofia, agora permanece ao campo da diferença pura, na intensidade e desordem da semelhança. Para apresentação da diferença não necessita somente esse procedimento singular de uma leitura diferencial, mas adentrar o próprio campo através da repetição buscando as irregularidades e dissolução do eu.

Concluimos que o pensamento diferencial determina o puro acontecimento:

(...) jogando com sua má vontade e com seu mau humor, com esse exercício perverso e esse teatro, o pensamento aguarda uma saída: a brusca diferença do caleidoscópio, os signos que por um instante se iluminam, a face dos dados lançados, a sorte de uma outra rodada. Pensar não consola, nem torna feliz. Pensar se arrasta languidamente como uma perversão; pensar se repete diligentemente em um teatro; pensar se joga em um lance fora do copo de dados. E, quanto o acaso, o teatro e a perversão entram em ressonância, quando o acaso quer que haja entre os três uma tal ressonância, então o pensamento é um transe; e vale a pena pensar (FOUCAULT, 2008, p. 251).

A aparição do pensamento como acontecimento diante da relação entre heterogêneses e diferença não se evidencia de imediato em *Diferença e repetição*. Contudo, o escrito tentou revelar condições novas de interpretação para tal objetivo apreendendo o pensamento como refreamentos diante de novas realidades; uma releitura de condicionamentos perante o transe da irrealidade e ilogicidade.

A filosofia da diferença de Deleuze tem se revelado pertinente nos sistemas contemporâneos. Essa leitura da relação entre os conceitos presentes pode ter determinado uma apressada interpretação para o pensamento do autor de *Diferença*

e repetição, mas, enfim, é importante dar continuidade ao que o mesmo afirmou por criação de conceitos, mesmo que ainda nos caiba apenas algumas ressignificações dos pressupostos diante de novas configurações de mundo.

Considerações finais

O texto teve como principal norteador a relação existente entre os conceitos “heterogênese” e “diferença” no livro *Diferença e repetição*. Caracterizado primeiramente, de imediato, os estudos deleuzeanos diante da imagem do pensamento objetivamos esse como ponto de partida para a filosofia da diferença propondo um pensamento sem imagem.

Em seguida, determinamos condições necessárias a heterogênese e a diferença. O primeiro conceito com argumentos sobre o fora e o segundo, aprofundado pelos dois momentos da representação que reduziam a diferença limitando seu sentido.

Acreditamos ter alcançado os pressupostos que evidenciam o “acontecimento” como resultado da relação em *Diferença e repetição*. Mesmo necessitando de alguns comentadores e especialistas dessas questões, foi importante alicerçamos o presente estudo em diversas citações do texto de 1969, firmando o objetivo geral do nosso escrito. Ou seja, entender que o pensamento se fundamenta a partir do campo de diferenças intensivas sem que discriminemos esse cenário múltiplo por agravo determinado pela representação.

Finalizamos, assim, lembrando que Deleuze, certa vez, afirmou que a filosofia não é uma Potência (Religião, Estado, Ciência...) e, não sendo ela uma Potência é impossibilitada de combater tais Potências numa batalha. Mas, a filosofia pode vir a combater uma Potência numa guerra sem batalha, ou melhor, pode combater numa guerra de guerrilha. Tal texto pode se seguir como uma trincheira, uma condição para tal guerra, não apenas contra as potências exteriores a nós, mas também contra os movimentos interiores, sendo eles considerados positivos ou não.

Referências

ABREU, Ovídio de. *O fora e o signo*. Revista O que nos faz pensar. Disponível em < <http://www.oquenofazpensar.com/web/index.php/numero/proxima/23>>.

DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972-1990*. Trad. Peter Pál Pelbart. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2013.

_____. *Diferença e repetição*. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. *Proust e os signos*. Trad. Antonio Carlos Piquet e Roberto Machado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. Sobre Nietzsche e a imagem do pensamento. In: *A ilha deserta: e outros textos*. Organização da edição brasileira: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006.

FORNAZARI, Sandro Kobol. Do pensamento do fora: heterogêneses. In: *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência*. Disponível em: <<http://www.tragica.org/volume-08-numero-03/>>.

FOUCAULT, Michel. *Theatrum Philosophicum*. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Trad. Elisa Monteiro. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LAPOUJADE, David. Os círculos do fundamento. In: *Deleuze, os movimentos aberrantes*. Tradução Layert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2015.

ZOURABICHVILI, François. *Deleuze, une philosophie de l'événement*. 2ª édition. Presses Universitaires de France, 1996.

Black Lives Matter: o uso de dispositivos móveis no registro, denúncia e mobilização contra a violência racial nos Estados Unidos

Talita Guimarães da Silva¹

Tarcísio Torres Silva²

Resumo: Este artigo discute o uso de dispositivos móveis na denúncia de recentes episódios de violência racial nos Estados Unidos. A partir de três vídeos feitos por *smartphones* que registraram o momento em que negros norte-americanos foram mortos pela polícia no ano de 2016, observa-se o papel dos dispositivos móveis no registro destas mortes, o apelo alcançado pelas imagens diante da midiaticização da sociedade atual e a emergência de movimentos de ativismo e resistência negra. Como resultado, observamos que as imagens amadoras analisadas, de alto apelo emocional, carregadas de violência e “realismo”, colaboraram para a difusão do movimento contra a violência racial no país.

Palavras-chave: Black Lives Matter. Violência. Racismo. Dispositivos móveis. Ativismo.

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em Linguagens, Mídia e Arte da PUC-Campinas. Graduada em Letras pela Unicamp.

² Professor pesquisador do Centro de Linguagem e Comunicação da PUC-Campinas. Docente do mestrado em Linguagens, Mídia e Arte. Doutor em Artes Visuais pela UNICAMP com período de estágio no departamento de Estudos Culturais, Goldsmiths College, Universidade de Londres.

Abstract: This artic

le discusses the use of mobile devices in reporting recent episodes of racial violence in the United States. The analysis starts from three videos recorded with smartphones showing the moment when black American men were killed by the police in 2016. The role of mobile devices in the registry of these deaths is observed, as well as the appeal reached by the images in the mediatized society and the emergence of black activism and resistance movements. As a result, it is observed that the amateur images analyzed, of high emotional appeal, filled with violence and “realism”, collaborated to spread the movement against racial violence in the country.

39

Keywords: Black Lives Matter. Violence. Racism. Mobile devices. Activism.

Introdução

Apesar dos avanços da luta negra das últimas décadas, a violência contra negros nos Estados Unidos é ainda um fato recorrente naquele país. Se até pouco tempo esses casos se restringiam a relatos e fotografias feitas após os crimes, agora, com os dispositivos móveis, há maiores possibilidades dos acontecimentos serem transmitidos ao vivo ou com diferença de minutos. Essa urgência pode estar relacionada à gravidade dos acontecimentos e à tentativa de registrar e divulgar em busca de maior defesa contra aquele que oprime. Nesse sentido, podemos refletir sobre que tipo de empoderamento é alcançado pelos usuários por meio da capacidade de registro de imagens desses equipamentos.

Neste trabalho, abordaremos três mortes recentes que envolveram imagens e conflitos posteriores nos Estados Unidos. Selecionamos os casos de Alton Sterling, morto em *Baton Rouge - Louisiana* no dia 5 de julho de 2016; Philando Castile, morto em *St. Anthony - Minnesota*, no dia 6 de julho de 2016 e Keith Lamont Scott, morto em *Charlotte, North Carolina* no dia 20 de setembro de 2016. A escolha por falar da morte desses três negros norte-americanos se deu, em um primeiro momento, por essas mortes terem sido gravadas por *smartphones*, o que ressalta o lugar que esses aparelhos móveis têm ocupado na vida cotidiana. Esses dispositivos deixaram de ser somente ferramentas de comunicação oral, como os primeiros celulares, para tornarem-se complexas ferramentas que executam multitarefas e que nos servem como extensões de nossos corpos (MCLUHAN, 1969), sentidos e de nossa memória.

Por conseguinte, as imagens amadoras feitas destas mortes possibilitaram o acesso aos acontecimentos como se participássemos da cena, as “imperfeições” dos vídeos certificavam a veracidade das imagens. Aquele retrato “real” do que aconteceu em cada um dos casos favoreceu a comoção e mobilização de diferentes pessoas local e globalmente. Assim, os vídeos que gravaram as mortes desencadearam reações de protesto e revolta em resposta às imagens, isso porque, embora muitas pessoas morram violentamente nos Estados Unidos todos os dias, as mortes destes indivíduos traziam algumas semelhanças entre si: eram negros desarmados e mortos por policiais sem justificativas aparentes. Mais do que o registro dos assassinatos, os vídeos reavivaram a discussão racial americana e

desencadearam movimentos de resistência e ativismo em prol das vidas negras (em especial, nos Estados Unidos)³.

Neste contexto, diante das questões reunidas no vídeo: o apelo audiovisual (TÜRCKE, 2010), a exposição dos corpos negros e a biopolítica (FOUCAULT, 1988) estabelecida pelos atores sociais envolvidos e a evidente discrepância de poder, analisaremos os casos no intuito de mostrar como os dispositivos móveis possibilitam novas maneiras de “ver” e registrar acontecimentos. E como as imagens geram afetos (SILVA, 2016) e incitam os indivíduos à participação política, ou na perspectiva de Negri (2004), dão voz às singularidades de uma multidão, como a dos negros nos Estados Unidos.

Os dispositivos móveis como extensões do nosso corpo

Os meios de comunicação se ressignificam a todo tempo. À medida que novas técnicas vão surgindo outros suportes e novas maneiras de comunicação emergem. Sem descartar os meios já existentes, as tecnologias de comunicação se complexificam, alteram a forma como os meios dão materialidade à linguagem que veiculam e desencadeiam novas práticas sociais.

A invenção da prensa móvel agilizou a impressão e ampliou o acesso à informação escrita. O rádio e a TV, tecnologias da difusão, tornaram possível a comunicação não presencial entre pessoas separadas geograficamente, ou seja, tornou possível que um único emissor se comunicasse com uma audiência muito maior. Os dispositivos digitais e o advento da Internet ampliaram a troca de dados mundial e com isso alteraram a nossa relação com a informação (SANTAELLA, 2012).

Nos dias atuais, graças à cultura digital, grandes audiências são alcançadas e a escolha individualizada de conteúdos é otimizada pelo acesso à Internet. A partir da web 2.0, os usuários deixam de ser meros consumidores e podem ser produtores. Somado a isso, a ubiquidade dos dispositivos, a convergência das mídias e a conexão por meio de redes sociais possibilitou que as mídias digitais permeassem transversalmente distintas formas de concepção da linguagem e de produção de sentido.

³ A relação entre a comoção social e a disseminação de vídeos de violência na internet são analisadas por Silva (2016). O autor cita, por exemplo, os casos das mortes de Neda Soltan (Irã, 2009) e Mohamed Bouazizi (Tunísia, 2010).

Neste contexto, os aparelhos de maior potencial para a cultura digital são os dispositivos móveis, pois realizam multitarefas, além da obviedade da mobilidade, e garantem a conexão contínua. Em outras palavras, esses aparelhos, hoje, podem ser levados para todos os lugares, carregando uma grande quantidade de dados e funções.

Esses dispositivos também aumentaram a nossa capacidade de “ver” e arquivar. Os eventos cotidianos ou grandes acontecimentos podem ser capturados por suas lentes, pois estão sempre à mão. As antigas anotações e bilhetes foram substituídas pelas agendas e aplicativos de lembretes. As fotos passaram a ser registros de memórias. Tira-se foto de endereços, tarefas escolares, objetos de vitrines e de supermercado. Os vídeos passam a registrar eventos cotidianos ou como nos casos americanos, também flagram, denunciam e vigiam os indivíduos e suas atitudes.

Somado ao aparato tecnológico, os textos audiovisuais e multimodais ampliam as possibilidades de comunicação. Segundo Lévy, isso acontece pois “o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e modificam numerosas funções cognitivas humanas” (LÉVY, 1999, p. 157) como a memória, a imaginação, percepção e o raciocínio, o que explica a importância dos dispositivos digitais (computadores, *smartphones* e *tablets*) na participação social dos indivíduos.

Na mesma direção, Santaella (2003) ressalta que a importância dos veículos de comunicação se dá pela maneira como oferecem forma e sentido às mensagens que carregam. Ou seja, os *smartphones*, hoje, imprimem formas e sentidos particulares à realidade que captam, transformando assim esteticamente os registros até então compreendidos fundamentalmente a partir de tecnologias anteriores. Nesta relação complexa entre dispositivo e cultura digital estamos inseridos em uma cultura de espetacularização (DEBORD, 1997) e elevada incitação à visibilidade como formas de autoconstrução; o “show do eu”, termo proposto por Paula Sibilia (2008). Hoje, os dispositivos móveis capturam vídeo, áudio, imagem, possibilitam a edição e criação de conteúdos por meio de aplicativos e softwares, além de serem individuais e dinâmicos. Segundo a mesma autora essas características se somam em uma equação que representa a atualidade: a globalização dos mercados, a evolução da internet e a celebração do indivíduo, que por sua vez produz esse “tipo de *eu* mais epidérmico e flexível, que

se exhibe na superfície da pele e das telas” (SIBILIA, 2008, p. 23).

Esse novo sujeito se preocupa com a avaliação do outro e se constrói publicamente por meio das redes midiáticas que promovem a integração social. Segundo Hjarvard (2013), esse efeito é resultado da midiaticização da sociedade atual. Para o autor:

a midiaticização é definida como o processo pelo qual a cultura e a sociedade tornam-se progressivamente dependentes da mídia e de sua lógica, processo este também caracterizado por certa dualidade, no sentido de que os meios de comunicação adquiriram o *status* de instituições semi-independentes da sociedade, ao mesmo tempo que passaram a integrar o próprio tecido da vida social em outras instituições e esferas culturais (HJARVARD, 2013, p. 241).

Imersos nessa lógica em que convivemos *online* e *offline* simultaneamente (SANTAELLA, 2016), mediados pela presença onipresente, conectada e necessária dos dispositivos móveis, as mídias digitais passaram a compor o modo de ser e existir no mundo (SIBILIA, 2008, p. 23) em uma gama muito maior de relações. As redes sociais ultrapassaram a interação comunicacional para incorporar, entre outras relações, os movimentos sociais tanto *online*, quanto *offline*.

Segundo Castells, a internet impactou os movimentos sociais, pois possibilitou que os indivíduos se conectassem com outras pessoas igualmente mobilizadas diante das injustiças sociais ao seu redor, além de permitir que tomassem conhecimento de revoltas exitosas e movimentos em levante, contribuindo para a agilidade dos movimentos. A Internet reconfigurou a maneira local e global de constituição dos movimentos sociais, conforme ressalta o excerto:

[É] essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais, agora e ao longo da história. Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando a sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo. Sua conectividade depende de redes de comunicação interativas. Em nossa sociedade, a forma fundamental de comunicação horizontal em grande escala baseia-se na internet e nas redes sem fio. Além disso, é por meio dessas redes de comunicação digital que os movimentos vivem e atuam, certamente interagindo com a comunicação face a face e com a ocupação do espaço urbano. Mas as redes de comunicação digital são um componente indispensável na prática e na organização desses movimentos tal como existem (CASTELLS, 2013, p. 166-167).

Diante do exposto, partimos do pressuposto que as imagens capturadas das mortes sensibilizaram e corroboraram para a discussão do racismo e da violência vivida pelos negros nos Estados Unidos pelo formato do registro e pelas possibilidades de compartilhamento e acesso que os vídeos permitiram. Para tanto, veremos como as imagens feitas das mortes dos negros nos Estados Unidos foram capturadas e compartilhadas. Interessados nesta relação dos dispositivos com os corpos e com a criação de sentidos, exporemos como os casos se deram, no intuito de observar o papel ubíquo dos *smartphones* nos acontecimentos em questão e no endossamento do movimento negro, que se projetou a partir da organização popular e da consonância de vozes sobre o racismo país.

Black Lives *Matter*

A segregação racial nos Estados Unidos tem sua origem no período escravagista colonial americano e ainda apresenta questões indissolúveis resultantes do processo de emancipação da população negra durante e após o abolicionismo, isso porque o processo de racialização americano tangencia questões econômicas, políticas, sociais, de identidade e cultural - para elencar as principais.

44

Em um cenário em que o país dividia-se entre interesses agrários e escravagistas do sul e interesses industriais do norte, a abolição da escravidão envolvia uma mudança estrutural de mão de obra, migração e alteração das classes sociais. O norte em processo de industrialização demandava trabalhadores e consumidores para os produtos que estava produzindo, e o sul que produzia com mão de obra exclusivamente escrava compunham o contexto de abolição que culminou na guerra civil americana.

Mesmo antes da oficialização, movimentos abolicionistas e o crescimento da mestiçagem propiciaram a distinção entre os negros de acordo com a pigmentação da pele. Afinal, tons mais claros de pele indicavam algum sangue branco em sua origem e, portanto, definia privilégios e alguma ascensão social a esses mestiços (CORTÊS, 2012). Com os movimentos abolicionistas em alta, a liberdade passava a ser cada vez mais almejada e a segregação entre os negros e em relação aos brancos, ampliada.

Em 1863, a abolição é oficializada e a população negra passa a integrar a sociedade como pessoas livres. No momento essa “liberdade” indicava apenas que a

partir de então, eram livres para buscarem onde trabalhar, pois as condições de vida permaneceram difíceis. Sem um plano de ajuda governamental, as oportunidades se mostraram desiguais no que concerne à educação, saúde, trabalho e moradia. Somado a isso, os estados do Sul instituem os *Black Codes*:

[L]eis estaduais que cerceavam direitos políticos relacionados a trabalho, moradia, saúde, migração, etc. de homens e mulheres de cor por considerar que eles ainda não eram cidadãos “completos”. (...) Dentre outras restrições, os negros ficaram impedidos de votar, testemunhar contra brancos, portar armas e consumir bebidas alcoólicas em locais públicos (CAMPBELL; FRASER *apud* CORTÊS, 2012, p. 22).

Esse tipo de política colaborou para a segregação não só dos bairros, mas dos serviços e comércio, o que desencadeou em bairros, escolas e lojas para negros separadas dos brancos. Com oportunidades trabalhistas reduzidas e empréstimos recusados, as populações negras tiveram de optar por moradia mais barata e periférica, enquanto as classes mais abastadas e brancas puderam construir seus refúgios em bairros ricos, caros e brancos. Nos Estados Unidos, o fenômeno segregador ficou conhecido como *fuga branca*.

Longe de terminar, a origem histórica da discussão sobre racismo nos Estados Unidos esbarra em questões sociais e políticas que tornam complexa a resolução e principalmente a integração entre negros e brancos. Nos últimos anos, a discussão sobre racismo vem sendo agravada pela subsequente atuação da polícia norte-americana na autoria na morte de negros. Os episódios ocorridos em diferentes estados americanos trazem como característica comum o fator racial. As mortes pouco justificadas pela polícia colaboram para o argumento de conduta discriminatória por parte das autoridades nestes casos.

Segundo o jornal americano *The Washington Post*, a população americana é formada majoritariamente por brancos, o que corresponde ao percentual de 62% da população e a população negra, 13%. No entanto, quando a análise se volta para as mortes por ação policial, 49% são referentes à população branca e 24% à população negra, o que representa, proporcionalmente em relação à composição da população americana, que negros são mortos 2,5 vezes mais que brancos (LOWERY, 2016). A avaliação é resultante da repercussão das últimas mortes ocorridas em 2016 e da comoção social e midiática dos fatos. Mortes que foram documentadas por algum tipo de câmera, de vigilância ou de celulares, e

divulgadas na internet. Neste sentido, os *smartphones* foram preponderantes para o registro, compartilhamento e movimentação social da população em relação aos acontecimentos.

Interessados neste processo, dos casos registrados por vídeo, analisaremos três episódios cujo o fator em comum é o registro por meio de *smartphones*, além de se tratarem de negros sendo mortos por policiais e de serem casos de grande repercussão midiática, em função do curto período de tempo que os separam e dos protestos gerados a partir deles.

As histórias escolhidas são: 1) Alton Sterling, um homem de 37 anos, que foi morto a tiros pela polícia de *Baton Rouge - Louisiana*, após uma denúncia de que ele estaria armado e fazendo ameaças em frente a uma loja de conveniência no dia 5 de julho de 2016; o ocorrido foi filmado por dispositivos móveis de testemunhas. 2) Philando Castile, um homem de 32 anos, foi morto em *St. Anthony - Minnesota* durante uma revista policial rodoviária, em que ao dizer ao policial que tinha porte de armas e carregava uma, recebeu quatro tiros enquanto pegava sua licença e documento. O assassinato aconteceu no dia 6 de julho de 2016 e foi divulgado por sua namorada pela ferramenta de transmissão ao vivo do *Facebook*, pelo *smartphone*. 3) Keith Lamont Scott, um homem de 43 anos que foi morto pela polícia no dia 20 de setembro de 2016 enquanto esperava a chegada de seu filho da escola, dentro de seu carro. A polícia, que buscava por um suspeito armado, atira em Keith, pois o homem não obedece aos comandos de descer do carro. Toda a ação é filmada pela esposa da vítima.

Os três casos provocaram protestos regionais e foram apoiados por movimentos como *Black Lives Matter*⁴ (movimento americano contra o racismo), além de provocarem a comoção global em função dos vídeos divulgados.

Na morte de Alton Sterling, que ocorreu em uma loja de conveniência em *Baton Rouge - Louisiana*, os policiais chegam ao local para checar uma denúncia de que um vendedor de CDs estaria armado e fazendo ameaças no local. Abordado

⁴ *Black Lives Matter* é um movimento americano de resistência contra a violência racial sofrida por negros nos Estados Unidos e no resto do mundo. O movimento nasceu após a morte de Trayvon Martin, de 17 anos, que foi morto em 26 de fevereiro de 2012 e seu agressor inocentado após alegar legítima defesa. O movimento questiona o papel do estado no diante dos episódios de violência racial e exigem empoderamento e dignidade à população negra como um todo (homens, mulheres, a comunidade LGBT e trans). As mortes analisadas neste trabalho são antecedidas por várias outras desde 2012 (Timeline, 2016).

Ver mais: <http://blacklivesmatter.com/about/>, acessado em 03 dez. 2016.

pela polícia, Sterling é jogado ao chão após um breve desentendimento quando os policiais o imobilizam e disparam os tiros que o matam. São vários os vídeos⁵ feitos por testemunhas no local. As imagens são nítidas e de vários ângulos. Não é possível entender em que contexto a polícia inicia a abordagem a Sterling, mas não há indícios de reação, arma ou outra postura que justifique os tiros dos policiais. É possível ouvir um dos policiais gritando que Alton tem uma arma, que nunca aparece⁶.

Como observamos na imagem acima, o vídeo é utilizado pela CNN para cobrir o evento. Além disso, é ampla a discussão em torno das imagens, pois a polícia alegou que agiu pois o homem estava prestes a alcançar sua arma, fato que se provou infundado. As imagens são uma prova da inabilidade da polícia para lidar com a situação. E mais, são instrumentos de afeto que mobilizam as audiências. A vulnerabilidade com que o corpo de Alton é deixado no chão revelam de antemão a sua inocência, além de criar empatia e dor no espectador. Esses aspectos estão ligados à “estética do amador”, comentada por André Brasil e César Migliorin (2010, p. 90). Para esses autores, há uma fusão de linguagens que colocam em paralelo a produção televisiva com vídeos realizados por amadores. “No âmbito da produção imaterial, as imagens amadoras formam uma espécie de caldo pré-individual que, em parte, acaba por alimentar os domínios mais estáveis de produção midiática: os grandes jornais e telejornais, os programas de auditório e os reality shows”.

Como aspectos qualitativos desses vídeos, os autores citam o efeito de “realidade” e o efeito de “participação” que provocam nas audiências. Para nós, acreditamos que para além dos efeitos corporativos desejados por essas imagens, nas redes elas também funcionam como estratégias de engajamento e mobilização entre os usuários de redes sociais e outras plataformas de compartilhamento de conteúdos audiovisuais.

A forma como a população reage ao evento é um sintoma disso. Na loja de conveniência em *Baton Rouge*, uma vigília é feita por moradores e familiares da vítima. Outros protestos acontecem nas ruas de *Louisiana*. Entre os participantes via-se uma variedade de apoiadores, desde amigos de Sterling, cantores negros

⁵ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=n8SsesoBb1Y&t=140s>, acessado em 19 nov. 2016.

⁶ Fonte: <http://edition.cnn.com/videos/us/2016/07/07/alton-sterling-police-shooting-baton-rouge-orig-mss.cnn>, acessado em 3 dez. 2016.

locais e ativistas. Nas redes sociais, a morte de Alton é comentada por referências do movimento negro, como a filha mais nova de Martin Luther King, que postou em seu *Twitter*⁷ (rede social amplamente usada nos Estados Unidos), uma mensagem de apoio. Diante da comoção pública, o governo americano inicia a investigação da morte e o presidente Obama vem a público comentar o ocorrido. Em uma coletiva de imprensa, a esposa de Alton discursa sobre quem era seu marido e sobre a forma injusta em que morreu. O potencial emotivo do vídeo da coletiva colabora para que o mesmo seja bastante difundido pelas redes de comunicação, uma vez que o filho de Alton chora inconformado. O caso de Alton Sterling comove mais uma vez o público por meio da injeção multissensorial (TÜRCKE, 2010, p.19) que o vídeo carrega⁸.

Apenas um dia após a morte de Sterling, Philando Castile é morto em *St. Anthony - Minnesota*. No carro com sua namorada e a filha dela de 4 anos, Castile é parado pela polícia por estar com uma das lanternas do carro sem funcionar. Ao ser parado informou que tinha permissão para andar armado e por isso carregava uma arma no carro. Na tentativa de mostrar sua identificação e licença ao policial, Castile é baleado diversas⁹ vezes. Diamond Reynolds, namorada de Castile, que assiste a tudo sentada no banco ao lado, inicia uma transmissão ao vivo pelo *Facebook* logo após a sequência de tiros. No vídeo de dez minutos é possível ver Philando ainda vivo, ensanguentado e ferido. Reynolds conta como foram parados e em que situação se encontram: estão dentro do carro, cercados por policiais que apontam armas a eles e gritam que não se movam. Depois de alguns segundos, depois de perceberem que Philando está imóvel e não oferece perigo, retiram Reynolds e sua filha do carro. Sem desligar a transmissão, a moça é retirada do carro, revistada e algemada. O vídeo mostra sua filha, o carro em que estavam, a quantidade de policiais e viaturas que os cercam e principalmente, o modo hostil como são tratadas¹⁰.

⁷ Ver mais: https://twitter.com/BerniceKing/status/750542052820221955?ref_src=twsrc%5Etfw&ref_url=http%3A%2F%2Fwww.nbcnews.com%2Fnews%2Fus-news%2Falton-sterling-shooting-baton-rouge-police-sparks-outrage-protests-n604431, acessado em 9 abr. 2017.

⁸ Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=AfQZiv09OA>. Acessado em 19 nov. 2016.

⁹ Existem relatos que falam em 4 tiros e outros em 7 disparos, no vídeo, a namorada de Philando fala em 4, 5 disparos.

¹⁰ Fonte: <http://heavy.com/news/2016/07/philando-castile-diamond-reynolds-lavish-facebook-video-daughter-fiancee-girlfriend-daeanna/7/>, acessado em 03 dez. 2016.

Em reação ao ocorrido, protestos acontecem em frente ao prédio do governo local e pelas ruas de *St. Anthony*. Em 9/07/2016, após os protestos que exigiam justiça no caso Castile, a departamento de polícia de *St. Anthony* declarou que o ocorrido não tinha motivação racial. Em resposta, manifestantes bloquearam uma importante rodovia interestadual (I-94) em *St. Paul - Minnesota* nos dois sentidos. Ao fim de cinco horas de bloqueio da via, 102 pessoas foram presas e 21 policiais se feriram no protesto da I-94 e/ou em outros protestos que aconteciam na cidade. No dia 16/11, Jeronimo Yanez, o policial que atirou em Philando é condenado como culpado.

Em *Charlotte, North Carolina*, foi Keith Lamont Scott, de 43 anos que foi morto pela polícia enquanto esperava a chegada de seu filho dentro de seu carro. Scott foi morto por não obedecer aos comandos da polícia de entregar a arma - que supostamente portava - e descer do carro. O vídeo feito por sua esposa mostra toda a ação dos policiais. Embora ela advirta os policiais de que ele não está armado e que tem problemas de saúde, ela é ignorada. Na há confronto, nem discussão. Os policiais gritam para que homem saia do carro e entregue a arma. Não é possível vê-lo ou ouvi-lo, de repente Keith sai do carro de costas e caminha em direção aos policiais, antes que se mostre de frente é baleado quatro vezes. As imagens feitas por sua esposa deixam dúvidas da real postura de Keith, mas são as câmeras¹¹ nos uniformes dos policiais que mostram a vítima caminhando de costa e lentamente. Entre o momento que sai do carro e o momento que foi baleado não há nenhum tipo de movimentação ou reação de Keith, no entanto, os policiais envolvidos alegam que atiraram em função do perigo eminente¹².

Charlotte, que é a maior cidade de *North Carolina* e tem uma população de mais de 30% de negros, tem os protestos mais violentos dos três casos. Embora os protestos tenham se iniciado pacificamente, duraram várias noites. Um civil foi morto por outro, policiais foram atingidos por pedras e algumas pessoas foram presas. Na terceira noite de protestos, o governador declara estado de emergência e tem auxílio da guarda nacional para controlar os protestos.

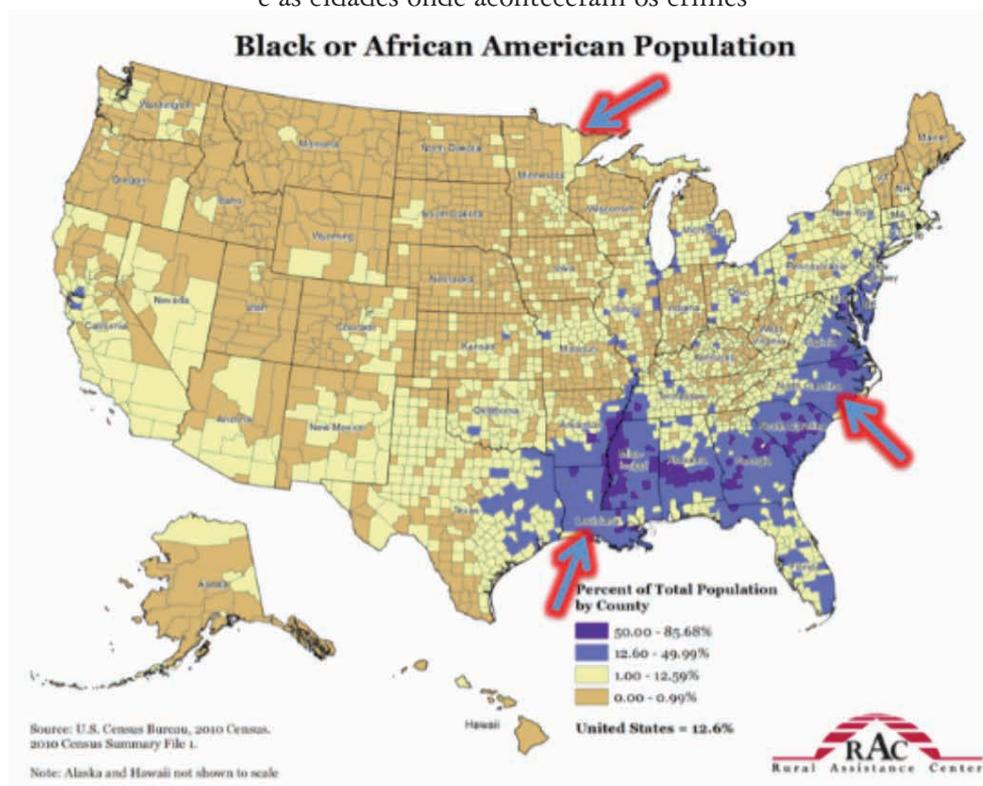
Com relação à localização das cidades onde ocorrem os eventos, é interessante notar a alta concentração de negros presente na população. O mapa

¹¹ Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/25/internacional/1474759508_352732.html. Acessado em 22 nov. 2016.

¹² Fonte: <http://edition.cnn.com/2016/09/22/us/keith-lamont-scott/>. Acessado em 22 nov. 2016.

abaixo nos auxilia a compreender essa situação. Com exceção de *Minnesota*, *Louisiana* e *North Carolina* encontram-se em regiões de forte presença negra, o que talvez explique a comoção da população de cada uma das cidades.

Figura 1: Mapa da distribuição racial da população norte-americana e as cidades onde aconteceram os crimes



50

Fonte: Printable maps.¹³

O que conecta todos os casos, ainda que separados geograficamente, é o poder que os vídeos alcançaram e os movimentos de resistência pela causa negra que desencadearam. As imagens, ainda que em tom de denúncia e provas de crimes, trazem imagens de forte apelo sensorial. Para Silva (2016), essa combinação de imagens e tecnologia digital carrega um alto potencial de mobilização em função das características de testemunho que apresentam. Nas palavras do autor: “a imagem do corpo, gerada através de equipamentos digitais por indivíduos amadores ou em situação de testemunho, e inserida dentro do ambiente das redes de comunicação digital, gera afetos que contribuem para a mobilização social” (2016, p. 98).

Em todos os casos, as testemunhas exclamam sentenças de surpresa,

¹³ Fonte: <http://printable-maps.blogspot.com.br/2015/04/map-of-black-population-in-usa.html>. Acesso em 01 out. 2016.

revolta, medo em relação aos tiros e às mortes, mas ainda assim os vídeos são vistos no mundo todo. Envolve em tantas possibilidades audiovisuais, a sociedade atual precisa de estímulos cada vez mais chocantes para se sensibilizar. Segundo TÜRCKE (2010, p.20) “apenas o que causa sensação é percebido” atualmente.

Além disso, existe nos vídeos uma intensificação da realidade dada em função das características descritas acima, como gritos, câmera trêmula, ângulos e imersão visual na cena, narrada por testemunhas muito próximas do ocorrido. Para ILANA FELDMAN (2008), o realismo na produção audiovisual não é algo novo, mas intensifica-se a partir dos anos 50 através da disseminação de tecnologias mais leves e simples que desvinculavam os cenários dos estúdios para ir de encontro à vida cotidiana. Com as novas tecnologias de informação e comunicação, essa estética ganha corpo, já que possibilitam a captação de imagens de cunho testemunhal, intimistas e “mais reais”, como também apontam BRASIL e MIGLIORIN (2010). Além disso, as produções televisiva e cinematográfica começam a sofrer influência dessa produção amadora cada vez mais intensa e volumosa. É a disseminação de um gosto que tem a vida em si como interesse principal. Segundo a autora:

Tornada a fonte de energia que alimenta as tecnologias da comunicação e da informação, as produções estéticas e a renovação dos códigos realistas, a vida nunca foi tão aparentemente valorizada, sendo permanentemente investida por uma infinidade de poderes, dispositivos e tecnologias, os quais, é importante lembrar, são reativados pelos próprios indivíduos (FELDMAN, 2008, p. 66).

51

A vida que é tirada violentamente nos três vídeos citados é o ponto central do poder emotivo desses conteúdos que são, por sua vez, mola propulsora dos eventos de protesto seguidos à sua veiculação. Ela torna-se elemento central dessa política feita por meio do corpo, elevada à esfera pública por meio do slogan *Black Lives Matter*, e que se traduz em exigir direitos através da exibição do corpo negro em risco, em choque, flagelado.

Os eventos mostram como esta política feita a partir da vida, a biopolítica, pode ser observada na tradução de produções amadoras de alto potencial mobilizador em instrumentos para uma política de direitos. A política como conceito fundamental parte do pressuposto que a sociedade deve ser organizada a partir de debates humanísticos e racionais que estabeleçam parâmetros de justiça, mediação e controle de poder para todos. É, portanto, uma ciência social que estabelece diretrizes de organização da sociedade. Ao fazer política, o homem se afasta de sua natureza em prol de um avanço na sua organização social.

Ao postular uma política que é feita com base em vidas que se perdem ou que correm risco por causa da cor da pele, volta-se para o campo da biopolítica, em que os controles são feitos com base no corpo. Há, nesse sentido, um esvaziamento da questão primordial da política para limitá-la ao debate do poder sobre a vida ou da “vida nua”, como coloca Agamben (2002).

Feldman (2008) acredita que esta política sobre a vida sirva ao capital, mostrando a administração sobre os corpos visíveis. Na prática, os vídeos mostram uma inversão dos valores de direito. O governo, que deveria cuidar de seus cidadãos, passa a oprimi-los com base em valores fora do contrato social vigente, fundamentados em questões sobre o corpo. A vida passa a ter valores diferentes, considerando a origem e, neste caso, a raça do cidadão. Através dos movimentos descritos acima, o poder governamental, representado pela polícia, é lembrado que sua função não é mais a de “fazer morrer, deixar viver”, mas sim “fazer viver, deixar morrer” (Foucault, 1988). O que significa que cabe ao governo cuidar da vida de seus cidadãos, através do oferecimento de saúde, bem estar e segurança, enquanto que a economia e outras instâncias de poder ficariam a cargo da lógica do mercado.

Quando a polícia descumpre essa função primordial, a reação é desencadeada em protestos pelos Estados Unidos. Ironicamente mostra que a lógica do mercado neoliberal também age sobre essas vidas, ao incluí-las em regimes de visibilidade ligados à marginalidade, à precariedade e a uma ameaça eminente da segurança pública. O corpo flagelado que aparece nos vídeos é um grito de protesto contra esses controles sobre os corpos dos negros americanos.

Em todos os casos aqui analisados, os protestos se iniciaram ainda na noite das datas em que os casos ocorreram. Os vídeos produzidos de forma amadora, hoje estão compilados, comentados, otimizados e disponíveis no *Youtube*. A grande mídia, fundamental a esse artigo, traz dados dos protestos, bem como vídeos de celular das famílias das vítimas, dos participantes dos protestos. A esse fenômeno em que as mídias influenciam e são influenciadas pela sociedade entendemos por midiaticização (HJARVARD, 2013).

Para Castells, a conexão em rede é fundamental para a emergência dos movimentos sociais, e talvez isso explique como e porque os movimentos negros se engajaram e alcançaram rápida exposição. Para o autor, a base desses movimentos iniciados na rede é o fator em comum que os unem: os direitos negros. Embora os movimentos tomem as ruas e ocupem os espaços, a movimentação vem da

rede que conecta interesses, divulga textos audiovisuais ricos em informação que mostram os indivíduos que eles não estão sozinhos.

Diante disso, é possível reconhecer nos movimentos a potência que existe em uma multidão (NEGRI, 2004). Segundo o conceito exposto por Negri, a multidão é composta por singularidades, indivíduos que em suas especificidades preocupam-se com o coletivo, cooperam entre si. Os vídeos deflagraram os movimentos pelos motivos acima citados, mas também por atingir as singularidades que compõem, concordam e apoiam o movimento negro e, mais do que isso, aqueles que não apoiam a violência por parte da polícia e a discriminação racial que os vídeos denunciavam.

Considerações finais

O texto apresentado se fez urgente e necessário em função da repercussão deste tipo de crime nos Estados Unidos e da comoção social e midiática dos fatos. No entanto, é importante dizer que o intuito central era observar o papel dos dispositivos móveis na captura de crimes e injustiças, bem como analisar os efeitos de sentido que as cenas desencadearam.

É grande o número dos crimes mais recentes que foram documentados por algum tipo de câmera, de vigilância ou dispositivos móveis (como *smartphones*). Vídeos esses que tiveram alcance global por meio da internet, e de diferentes mídias, o que demonstra o grau de mediação (HJARVARD, 2013) da sociedade atual.

No que concerne os aparelhos móveis, estes dispositivos já configuram uma extensão de nossos corpos (MCLUHAN, 1969) e estão onipresentes em distintas atividades, uma vez que mesmo expostas ao perigo e à reação armada da polícia, as mulheres e testemunhas acima citadas recorreram ao celular para capturar as imagens.

Por fim, os vídeos foram o estopim para protestos e outras manifestações de resistência em prol das vidas negras americanas, pois são constituídos de registros “reais”, que exibiam a biopolítica (FOUCAULT, 1988) adotada pela polícia (como instrumento do estado) por meio dos corpos cerceados e dos direitos negados à população negra nestes episódios. Nesta direção, os dispositivos móveis associados aos registros que suportam possibilitam a denúncia de crimes, a sensibilização das audiências (SILVA, 2016), o compartilhamento de informações que podem colaborar para movimentos de resistência e dar voz à multidões.

Referências bibliográficas

BRASIL, André; MIGLIORIN, César. Biopolítica do amator: generalização de uma prática, limites de um conceito. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 20, p. 84-94, dez. 2010.

CAMPBELL, J. M.; FRASER, R. J. (Eds.). Reconstruction: people and perspectives. Santa Bárbara: ABC-Clio Inc, 2008. In: CÔRTEZ, G. X. C. *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930).* 2012. 464p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CÔRTEZ, G. X. C. *Branças de almas negras? Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930).* 2012. 464p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

DEBORD, G. (1992). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FELDMAN, I. O apelo realista. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 36, 2008.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988

HJARVARD, S. *A midiatização da cultura e da sociedade*. Tradução: André de Godoy Vieira. Ed. Unisinos, 2013.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOWERY, W. Aren't more white people than black people killed by police? Yes, but no. In: *The Washington Post*. 11 jul. 2016. <https://www.washingtonpost.com/news/post-nation/wp/2016/07/11/arent-more-white-people-than-black-people-killed-by-police-yes-but-no/?utm_term=.a0109a43102c>. Acesso em 01 out. 2016.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensão do homem*. São Paulo, Editora Cultrix, 1969.

NEGRI, A. Para uma definição ontológica da multidão. *Lugar Comum*. n.19-20, 2004, pp.15 -26.

SANTAELLA, L. Tecnologias do imaginário: Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. *Revista FAMECOS*. Porto Alegre, no 22. 2003.

_____. A tecnocultura atual e suas tendências futuras. *Signo y pensamiento* 60. Eje Temático. p. 30 - 43. volumen XXX. Enero - Junio, 2012.

_____. *Temas e Dilemas do pós-digital*. São Paulo: Paulus, 2016.

SIBILIA, P. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2008.

SILVA, T.T. *Ativismo digital e Imagem: estratégias de engajamento e mobilização em rede*. Jundiaí: Paco Editorial. 2016.

TIMELINE: The Black Lives Matter movement. *ABC*. 22 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.abc.net.au/news/2016-07-14/black-lives-matter-timeline/7585856>>. Acesso em 26 jan. 2017.

TÜRCKE, C. *Sociedade Excitada: filosofia da sensação*. Tradução: Antonio A. S. Zuin...[el al]. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

Ensaio-cognitivo-coletivos: citações e partilha do comum nos dispositivos artísticos do presente

Rogério Vanderlei de Lima Trindade¹

Resumo: Este texto investiga a dimensão relacional inscrita nos dispositivos da arte do presente e seus possíveis atravessamentos como teoria estética difundida pelo filósofo Nicolas Bourriaud – Estética Relacional – com sua abordagem sobre os novos ensaios-cognitivo-coletivos, observados nas proposições artísticas e suas formas a partir da década de 1990. A questão central focalizou-se na apreensão de como os pressupostos da estética relacional se articulariam com diferentes abordagens dos discursos emergentes sobre a arte contemporânea na atualidade. No intento de problematizar os discursos que legitimaram a arte moderna e outros discursos emergentes sobre a arte produzida pós 1960, foram elencados como aporte teórico, as teorias propostas por Nicolas Bourriaud, Giorgio Agamben, Michel Foucault, entre outros. A investigação analisou as formas pelas quais as manifestações contemporâneas da arte – aquelas que requerem a interação humana e que, não obstante constituem, neste entendimento, conjuntos de sociabilidades – têm sido propostas como dispositivos artísticos na atualidade.

Palavras-chave: Estética e arte relacional. Dispositivos do presente. Discursos sobre arte. Coletividades.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Mestre em Artes pelo Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Especialista em Design de Superfície pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Bacharel em Desenho e Plástica pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Pesquisador do FLOEMA – Núcleo de estudos em estética e educação – UFSM.

Collective-cognitives-rehearsals: citations and share of the common in the artistic devices of the present

Rogério Vanderlei de Lima Trindade²

Abstract: The following paper discusses the relational dimension inscribed in art devices of the present and its possible crossings with the aesthetic theory propagated by Nicolas Bourriaud – the Relational Aesthetics – which investigates the new collective-cognitive-rehearsals, observed in artistic propositions and its ways since the 1990s. The main question of this article focus on how the relational aesthetic assumptions would be able to articulate different discussions of emerging speeches about the contemporary art in the present. In order to problematize the speeches that legitimate the modern art and other emerging speeches about the art produced after the 1960s. The article also counts with the contribution of the following authors: Giorgio Agamben, Michel Foucault. The research analyzed the way of how the contemporary manifestation of art – those ones that require human interaction and although constitute, in this understanding, new forms of sociability – have been proposed as artistic devices in the present.

Keywords: Aesthetic and relational art. Present devices. Speeches about art. Collective.

² PhD in Education by the Federal University of Santa Maria – UFSM. Master in Arts by the Art Institute at State University of Campinas – UNICAMP. Specialist in Surface Design by Federal University of Santa Maria – UFSM. Bachelor in Drawing and Plastic by the Federal University of Santa Maria – UFSM. Researcher of FLOEMA – UFSM.

Introdução

No presente texto serão abordados alguns conceitos, momentos, personalidades, tipologias artísticas e referenciais teóricos que poderiam aproximar a arte do presente e a estética e arte relacionais como um vetor sobre algumas direções que embaralham o trivial, o cotidiano, o comum e as relações inter-humanas com alguns dispositivos da arte de agora. Pretendemos, não obstante, tomar distância de uma tendência analítica de caráter meramente historiográfica, a fim de percorrer outros caminhos que nos possibilitem abordar epistemologias e ampliar asserções sobre a produção em arte e seus possíveis vínculos e/ou distanciamentos com o nosso tempo.

Para entendermos o paradigma conceitual inscrito na arte pós 1960, recorreremos às noções de discurso e sua composição, em Michel Foucault (2008), as quais indicaram e fortaleceram os recortes e seleção dos autores, e cujas reflexões permitiram elucidar questões relevantes para apreender a tese sobre a estética relacional de Bourriaud.

Os elementos que compõem a formação discursiva foucaultiana serviram para que se pudesse traçar aqui uma série de analogias com o objeto de estudo – a estética relacional, a dimensão relacional da arte –, porquanto se intua que por meio de tal tensionamento se possa apresentar as relações existentes entre a discursividade filosófica e os dispositivos da arte do presente.

Com o entendimento da formação discursiva de Michel Foucault, estreitaram-se o que podemos indicar como justaposições dos discursos conceituais da arte e algumas tipologias relacionais – tal como aventadas por Bourriaud e realizada por alguns artistas brasileiros que transitam sobre os mesmos enunciados.

Em Michel Foucault podemos encontrar um conceito de discurso que permite elucidar e compreender os elementos que compõem uma formação discursiva. Para Foucault, tal como aparece em seu livro *A Arqueologia do saber*, (2008, p.132), o discurso refere:

um conjunto de enunciados, na medida em que se apóia na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar e explicar, se for o caso, na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é uma forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por

que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é de parte a parte histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplidades do tempo.

Ao problematizar o termo *enunciado* de maneira deveras minuciosa, Michel Foucault (2008, p.98) realiza uma contextualização a fim de dar sustentação à análise de circunstâncias temporais e de exemplificação pontual do mesmo. Para ele, o enunciado designaria uma

função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). Não há razão para espanto por não ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza o domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.

A estética relacional³ foi um conceito criado pelo filósofo francês Nicolas Bourriaud, na década de 1990. Sua ideia inicial surgiu da seleção e observação de um grupo de artistas que criavam, naquele momento, suas proposições artísticas baseadas nas relações de convivência, compreendidas como dispositivos⁴ capazes de serem construídos sobre as ações humanas e cujas configurações se efetivavam em conjuntos de sociabilidades.

É importante salientar que na proposta de Bourriaud e sua estética relacional, procura-se julgar os dispositivos artísticos a partir de conjuntos-coletivos-cognitivos, como vetores de outras experimentações formais que requerem a participação efetiva do espectador em modelos de sociabilidade.

³ Em seu livro homônimo, Bourriaud (2009, p. 151) apresenta um glossário onde o termo *Estética Relacional* refere a “teoria estética que consiste em julgar as obras de arte em função das relações inter-humanas que elas figuram, produzem e criam. (Cf. Critério de coexistência)”

⁴ Por dispositivo, entendemos aquilo que na acepção agambeniana designa “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar ou assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos do seres viventes dos seres viventes.” Ao dividir todo o existente em duas grandes categorias, os viventes e os dispositivos, Agamben trata de revelar como o dispositivo atua naquilo que denomina processo de subjetivação: “Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre viventes e os dispositivos.” (AGAMBEN, 2009, p. 40-41).

Essas experimentações sociais elegem o convívio humano e a estética do cotidiano recente como elementos valorativos para reafirmação das relações humanas num mundo globalizado e seduzido pela comunicação instantânea, apresentando-se, assim, como um outro percurso para o indivíduo de hoje ocupar o lugar na arte por ele mesmo ele produzida e reproduzida.

A rigor, pode-se afirmar que o que Bourriaud procura fazer é refletir sobre quem é o sujeito de hoje e como ele está inserido num mundo globalizado, perguntando como esse abstrai o lugar onde vive e de que maneira produz sua arte? E, além do mais, o que motiva a subjetivações? Quais instrumentos os artistas do presente se utilizam para indicar um dispositivo em potência?

Bourriaud (p.09, 2009) problematiza o juízo da arte produzida nos anos 1990 ao dizer que os mal-entendidos acontecidos naquele momento davam-se como já se antecipou por uma falha de um discurso teórico. Ele aponta, acerca disso, que os críticos de arte e os filósofos desconsideravam as propostas da arte vigente, uma vez que os critérios de juízo por eles utilizados transitavam sobre a década de 1960, com as experiências artísticas trazidas pela arte da performance e da arte conceitual. Se as experimentações artísticas que emergiram naquela década já requeriam outras abordagens sobre seus conteúdos e suas formas – a construção de significados que rompessem as estruturas do campo da arte moderna e seus enunciados recorrentes, tais como a busca do novo e o rompimento com as tradições acadêmicas –, essas outras práticas dinamizaram as experimentações artísticas de maneira a proporem formas vivas e ocasionais de experiência estética, demandando, por sua vez, um tratamento diferenciado do até então convencional e estabelecido, no que se refere à prática discursiva sobre arte.

Fica claro, assim, o sentido do que é precisamente trazido ao centro da discussão sobre a arte do presente quando da indicação de Bourriaud de uma falha no discurso teórico. Pode-se afirmar, portanto, que a estética relacional procura justamente verificar em que medida os discursos que se inscreveram a partir da arte moderna se adaptaram, englobaram ou distanciaram o público em relação ao que vem sendo produzido na arte hoje.

Se observarmos a noção de prática discursiva em Michel Foucault (2008), tomando-a como descontinuidade formal, constituída a partir de um conjunto de condições de existência, como premissa inicial para se propor um discurso, percebemos que as transformações ocorridas na sociedade global, sejam elas de

ordem tecnológica, científica, filosófica, artística, influenciam significativamente as intenções condicionantes para que se criem outros modos de produzir, abordar, julgar, divulgar e viver a arte emergente.

Nesta direção, pode-se dizer que a prática discursiva modernista teve como mote conceitual a atualização dos temas na arte, que validou produção artística naquele momento e daquele momento. Ao analisarmos se os enunciados balizadores modernos produziram sentido enunciativo hoje ou se possuíam traços significativos e indispensáveis para se entender os dispositivos da arte vigente, cujo aspecto formal se embaralha com a vida cotidiana e com a produção de sociabilidades, tornou-se possível perceber que em ambos os períodos – o moderno e o contemporâneo – essas questões acerca do cotidiano e dos discursos reverberaram sobre as propostas artísticas propriamente ditas.

Nas proposições artísticas vigentes observa-se que um dos principais instrumentos de análise e projeção da arte é o discurso. Via de regra, são esses novos discursos sobre os objetos artísticos que surgem, como é o caso da estética relacional, que anunciam uma grande mudança em relação ao que se convencionava chamar de arte. Sua principal diretriz é estabelecer juízo de análise sobre os dispositivos que se centralizam nas experimentações formais dinâmicas compostas por ações humanas coletivas.

Por ser experimental, a arte de agora possibilita dialogar com toda uma cadeia de signos que guardam em si potencialidades de geração de sentidos com o presente, sem regras de temporalidade, espacialidade ou origem, como elementos valorativos que, quando justapostos, aduzem à construção de significados atualizados.

A década de 1990 foi marcada pelo início da popularização dos meios eletroeletrônicos que fascinavam uma parcela da população com acesso às redes de comunicação, apontando já naquele momento para um fenômeno de individualização, o qual se tornaria muito mais forte nas décadas subsequentes. De imediato, o fascínio pela busca da informação instantânea e a possibilidade de encurtar distâncias territoriais fez com que uma parcela considerável da população constituísse um fenômeno sociocultural emergente de retração convival, aparentemente transformando os indivíduos em membros isolados e solitários, cujos percursos de proximidade com o outro estaria fadado única e exclusivamente ao contato virtual.

A estética relacional surge, portanto, como uma outra abordagem, propondo uma prática discursiva sobre arte no momento mesmo em que os indivíduos se tornam cada vez mais isolados do contato com seus pares. O discurso da tese proposta por Nicolas Bourriaud considera as ações coletivas como fator determinante para reconfigurar a reflexão sobre os produtos emergentes de arte, cujos enunciados centrar-se-iam no público com sua participação efetiva e na figura do artista como mediador de possibilidades de momentos de convívio – entre as pessoas que realizariam tais ações conjuntas, evidentemente.

Alguns dos principais vetores de investigação da estética relacional proposta por Nicolas Bourriaud podem ser aqui arrolados; são eles: a) fatores humanos de toda ordem; b) sociedade em processo constante de transformação; c) o indivíduo e suas histórias de vida e identidade; d) sua cultura e singularidades. A estética relacional se apresentaria, portanto, como outro percurso de pesquisa das relações humanas na contemporaneidade, o qual se dirigiria na contramão dos meios de comunicação de rede e das seduções virtuais próprias do momento presente.

As tipologias apresentadas por Bourriaud (2009, p.40-56) constituem-se, por conseguinte, em cinco grandes categorias: as conexões e pontos de encontro; convívio e encontros casuais; colaborações e contratos; relações profissionais: clientelas e como ocupar uma galeria. Para cada uma destas categorias artísticas o autor relacionou artistas de diferentes momentos da arte, exemplificando com suas produções e apontando como a estética relacional as identificou; para, então, analisá-las como constituidoras de experimentos de práticas sociais.

Vejamos, por exemplo, no Brasil, em meados dos anos 1960, um expoente do neoconcretismo⁵ já desenvolvia uma tipologia de arte que antecederia a tese

⁵ “Neoconcretismo: a ruptura neoconcreta na arte brasileira data de março de 1959, com a publicação do Manifesto Neoconcreto pelo grupo de mesmo nome, e deve ser compreendida a partir do movimento concreto no país, [o qual] remonta ao início da década de 1950 e aos artistas do Grupo Frente, no Rio de Janeiro, e do Grupo Ruptura, em São Paulo. Tributária das correntes abstracionistas modernas das primeiras décadas do século XX – com raízes em experiências como as da Bauhaus, dos grupos De Stijl [O Estilo] e Cercle et Carré, além do suprematismo e construtivismo soviéticos –, a arte concreta ganha terreno no país em consonância com as formulações de Max Bill, principal responsável pela entrada desse ideário plástico na América Latina, logo após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). [...] Contra as ortodoxias construtivas e o dogmatismo geométrico, os neoconcretos defendem a liberdade de experimentação, o retorno às intenções expressivas e o resgate da subjetividade. A recuperação das possibilidades criadoras do artista – não mais considerado um inventor de protótipos industriais – e a incorporação efetiva do observador – que ao tocar e manipular as obras torna-se parte

prescrita por Bourriaud em 1990; tratava-se de Hélio Oiticica.

Contrário ao padrão artístico burguês, Hélio Oiticica (Rio de Janeiro, 1937-1980) foi um artista brasileiro com uma ampla e diversificada produção de obras conceituais, experimentais, relacionais e interativas que visavam uma efetiva participação do público.

No corolário de suas propostas artísticas inovadoras estava presente uma hibridação de constituições teóricas entremeadas por poemas e textos que rompiam o plano da bidimensionalidade e se instalavam no espaço ambiental coletivizado. Os Parangolés⁶, obra de Oiticica, de 1964, consistem por certo em uma espécie de manifestação político-artístico-coletiva, uma poética engajada, gestual, efêmera e eventual – um happening⁷.

Nessa obra de Oiticica, os participantes portam capas, bandeiras e/ou estandartes, notadamente confeccionados com frações de tecidos em cores vibrantes, que podem trazer inscrições, palavras e/ou imagens, vistas como emblemas-protesto que se revelam conforme a movimentação do interveniente. Favaretto (2000, p.107) pontua que esses planejamentos corpóreo-ambientais constituem “dispositivos que desencadeiam experiências exemplares, com o objetivo de ‘violar’ o ‘estar’ dos participantes ‘como indivíduos no mundo’, transformando-lhes os comportamentos em coletivos”.

Com engajamento social-coletivo, os Parangolés, de Oiticica, inscreveram-se na arte brasileira como um símbolo da incorporação e explicitação artística que visava traçar vínculos de sua experiência no Morro da Mangueira – RJ e do

delas – apresentam-se como tentativas de eliminar certo acento técnico-científico presente no concretismo. Se a arte é fundamentalmente meio de expressão e não produção de feitiço industrial, é porque o fazer artístico ancora-se na experiência definida no tempo e no espaço. Ao empirismo e à objetividade concretos que levariam, no limite, à perda da especificidade do trabalho artístico, os neoconcretos respondem com a defesa da manutenção da ‘aura’ da obra de arte e da recuperação de um humanismo. Fonte: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3810/neoconcretismo> Acesso em 18/10/2017.

⁶ Parangolé consiste em uma gíria carioca que significa conversa afiada, palavreado, assunto, baile de ínfima classe. (FAVARETTO, 2000, p.118).

⁷ “Happening: O termo happening é criado no fim dos anos 1950 pelo americano Allan Kaprow (1927-2006) para designar uma forma de arte que combina artes visuais e um teatro sui generis, sem texto nem representação. [...] O happening ocorre em tempo real, como o teatro e a ópera, mas recusa as convenções artísticas. Não há enredo, apenas palavras sem sentido literal, assim como não há separação entre o público e o espetáculo. Do mesmo modo, os “atores” não são profissionais, mas pessoas comuns. O happening é gerado na ação e, como tal, não pode ser reproduzido. Seu modelo primeiro são as rotinas e, com isso, ele borra deliberadamente as fronteiras entre arte e vida”. Fonte: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3647/happening> Acesso em 20/10/2017.

inconformismo social, que tomava a frente de sua obra como um baluarte contra a exclusão social a partir de suas vivências com a comunidade.

Os Parangolés transitam sobre referenciais da arquitetura peculiar do Morro da Mangueira, dos protestos populares como gritos de revolta contra a exclusão social e, sobretudo, reafirmam uma atividade relacional-coletiva brasileira que desponta importante posicionamento social, político e estético dos artistas brasileiros dos anos de 1960⁸.

Na atualidade, Ana Teixeira visa rescindir o fluxo desenfreado das massas populacionais em espaços públicos como motivação relacional de suas poéticas artísticas. Em suas ações performáticas – escambos-poéticos – a artista busca estabelecer vínculos de proximidade com uma população que transita em locais de grande movimentação, ao propor encontros eventuais e aproximações com pessoas desconhecidas em espaços públicos.

Transpor o espaço privado, íntimo e subjetivo para as vias públicas e escutar histórias de afeto enquanto tece uma manta de tricô, na cor vermelho, é uma das performances da artista Ana Teixeira, realizada em diversos países durante os anos de 2005 a 2012.

O ato da escuta de narrativas de amor, de pessoas anônimas estabelece uma relação de proximidade entre o eu e o outro, mediado por trocas de confidências ocasionais de pessoas inominadas⁹.

Compartilhar com o outro é a possibilidade de escutar, de deixar o outro subjetivar-se numa prática relacional, interativa e pública. Sem distinção sobre a autonomia e a contextualização do dispositivo de arte, a performance relacional de Teixeira plasma experiências múltiplas da arte e da experiência com a arte. Nesta direção de desenvolvimento de um trabalho relacional – seja pela ação do artista ou do público participante –, Teixeira interrompe um fluxo de agitação, anonimato e individualização, na medida em que sua poética torna-se condicionante para estreitar laços de proximidade com pessoas que estão sempre em deslocamento e na maior parte do seu tempo desviam ou repudiam o contato com o seu próximo.

Ao destacar as obras de arte de seu estado e função inicial, como sendo atividade outrora vinculada às práticas votivas, mágicas ou religiosas – circunscritas

⁸ <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra12915/parangole-p15-capa-11-incorporo-a-revolta>. Acesso em 18/10/2017.

⁹ Ciclo Inter-Agir - Dia 2 - Intervenção Urbana Ana Teixeira. <https://www.youtube.com/watch?v=OoYGiVvA-CM>, *print* de vídeo, acesso em 21/10/2017.

ao estatuto do fazer, do manuseio de materiais e do conhecimento técnico específico, condição essa que dava acesso a outras formas de habitar o mundo, como por exemplo, a simbologia expressa nas iluminuras medievais, executada por monges especialistas no conhecimento iconográfico –, passando-se a inseri-las numa dimensão filosófica, fez com que seus enunciados – antes reconhecíveis pela ordem do conhecimento de um labor artístico – recebessem uma outra designação que vislumbra a constituição textual, discursiva e de conceitos de epistemologia filosófica.

Agamben (2012, p.10) diz que esse paradigma filosófico – pode-se mencionar a arte conceitual dos anos de 1960, que tem como enunciado principal desconsiderar o objeto e ater-se a outras formas de concebê-lo, como é o caso de primar pela elaboração de conceitos, textos ou operações mentais, muito próximas de uma ordem tautológica –, como premissa conceitual na concepção da arte, mudou radicalmente a forma de como os artistas concebiam a própria criação, voltando suas intenções poéticas para a episteme filosófica; sendo assim, ao abrirem mão da subjetividade, os artistas estariam como que fadados a perder “a unidade originária da obra de arte, fragmentada agora em uma subjetividade artística sem conteúdo, por um lado, e no juízo estético desinteressado, por outro.” (AGAMBEN, 2012, p.10).

Na atualidade, esses princípios estéticos sensíveis possuem outro vetor sobre essas regras dos juízos de valor, estabelecendo-se como um novo paradigma estético, cujo enunciado basilar abrange a possibilidade ao apelo discursivo como premissa para a constituição poética.

Nesse sentido, para se levar ao cabo o intento, faz-se necessário voltar uma vez mais os olhos para Foucault e seus níveis de formação do discurso, para que então se possa relacioná-los com alguns vetores que emergem na arte contemporânea, levando-se em consideração o referencial teórico que subsidia esta investigação.

Michel Foucault (2008, pp.23-71) considera a formação discursiva uma dispersão de elementos, podendo ser entendida como uma regularidade e, portanto, individualizada, descrita em sua singularidade; se suas regras de formação pudessem ser determinadas em diversos níveis, esses seriam:

1. **Nível dos objetos:** que define os objetos relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de discurso e as suas condições de aparecimento histórico;

2. **Nível dos tipos enunciativos:** em que se o objeto não tem uma forma única, é preciso então descrever a coexistência de formas diversas para situar uma articulação. Propor um discurso é determinar regras que tornam possível a existência de enunciações diversas;

3. **Nível dos conceitos:** por onde se pode considerar as regras que tornam possível o aparecimento e a transformação dos conceitos, isto é, a organização do campo discursivo, em que se encontram os conceitos analisados, em um nível mais elementar do que o dos próprios conceitos, denominado por Foucault como *pré-conceitual*;

4. **Nível dos temas, teorias e estratégias:** que define um sistema de relações entre diversas estratégias que seja capaz de dar conta de sua formação, de mostrar como todas derivam de um mesmo jogo de relações.

As abordagens estéticas que despontam na atualidade se constituem em linhas de pensamentos que transitam sobre dispositivos da arte, na tentativa de firmarem discursos teóricos que se articulam a partir da aproximação de: a) proposições artísticas híbridas – os dispositivos experimentais que se anunciam; b) seus conteúdos – de ordem sociocultural diversa e, c) suas extensões temporais – colagens de diferentes momentos que co-habitam novos lugares de produção e experiência estética.

Os quatro níveis de formação discursiva propostos por Michel Foucault, ao serem tomados como possibilidades de produção estética na arte, poderão por seu turno serem a ela relacionados analogicamente – tendo-se também em vista a contribuição de outros autores que subsidiam a presente investigação, quais sejam: Bourriaud, Agamben e Foucault. As analogias que seguem foram, portanto, construídas a partir dos quatro níveis de formação discursivas primeiro propostas por Michel Foucault e relacionadas com o objeto de estudo deste artigo. Vejamos.

1. **Nível dos objetos:** inexistente a possibilidade de definição de categorias dos objetos criados, articulados e propostos na arte vigente, uma vez que se tornaram cada vez mais diluídos na condição de deslocar as proposições artísticas vigentes para o espectador, como agente essencial à formação discursiva;

2. **Nível dos tipos enunciativos:** a pluralidade de dispositivos, produzidos na arte do presente se constitui num sistema dinâmico de situações que reaproxima as poéticas de agora do mundo composto por uma sociedade globalizada e que, ao mesmo tempo, visa paradoxalmente tanto homogeneizar a diversidade cultural

mundial quanto potencializar e reafirmar o local, o comum, o “genuíno” e o particular;

3. Nível dos conceitos: na atual confluência da produção discursiva sobre arte, os conceitos começam a emergir lentamente, uma vez que o caráter experimental triunfa sobre a reflexão do que está sendo produzido em arte. Existem alguns conceitos que diferenciam a arte pós 1960 daqueles que a legitimaram durante o período moderno –como é o caso das abordagens estéticas expressas por Nicolas Bourriaud, da década de 1990, ou seja: a) estética relacional, com as ações inter-humanas que buscam sentido no convívio e no banal e; b) as propostas artísticas que tratam das identidades locais sob as ideias de deslocamento, justaposição e visibilidades provocadas pelo multiculturalismo e a globalização cultural;

4. Nível dos temas, teorias e estratégias: de caráter individual, os temas da arte de hoje se apresentam: a) ecléticos: reunião de elementos conceituais e formais das mais diversas áreas, épocas e maneiras de expressão poéticas; b) narcisistas: elemento norteador da pesquisa poética, onde a valorização e a percepção do “eu” podem incidir na construção de todo um fazer artístico; c) compartilhados e inconclusos: que trazem em sua essência a aproximação e interação do público com seus modos de viver. As teorias e estratégias estão em ascensão, com abordagens isoladas, encontram-se, de igual modo, em processo de análise dos enunciados, de constituição de terminologias e verificação de seus agentes, acompanhando as mudanças e adaptações que acontecem nas instituições e equipamentos culturais; focalizando, além do mais, em determinados eventos que apresentam dispositivos que poderão estabelecer outros encontros com a sociedade contemporânea.

Inscritas como uma direção da arte contemporânea, as proposições que partem de uma prática relacional geram condições de aproximação e diálogo entre as pessoas, utilizando-se de situações eventuais coletivas cuja materialidade dos dispositivos se concentra nos processos de trocas-conjuntas, construindo, por conseguinte, outras instâncias de ordem mental, afetiva e imaterial, como por exemplo: conversas, ativação psicológica da memória, traumas, entre outros.

O deslocamento do objeto tangível da arte, para criações poéticas que indicam em suas propostas a imaterialidade – mediadas a partir de eventos ocasionais que transitam sobre as relações humanas –, como é o caso dos dispositivos relacionais, repercute seus enunciados sob um eixo de ordem subjetiva. Como nos lembra Agamben (2009, p.38), a subjetivação pode designar um ato relacional

que parte das aproximações dos sujeitos e dos dispositivos, do contato simultâneo com as potencialidades e os desejos. A sensibilização por intermédio dos signos disparadores de enunciação se presentifica e se transforma em contato mútuo, numa condição geradora de modos de ser e estar.

A ação performativa relacional¹⁰ acontece, pois, exatamente no momento em que os espectadores realizam trocas de experiências entre si e experimentam consensos e confrontos; e, no momento dessa convivência, torna os corpos ativos, tencionando potencialidades de ações individuais e coletivas que visam ressignificar o aparato de percepção dos espectadores-participantes, numa comunidade momentânea eventual, cuja presença para si mesma é condição de vivenciar, realizar, completar, executar ou efetivar.

É sobre esta partilha do artista com o espectador que a ação performativa vigentes e atualiza e a condição relacional se presentifica entre os participantes do evento. Vale assinalar que de forma alguma a figura do artista é compreendida como protagonista do ato performático relacional. Essas novas ações performativas coletivas geram transformações sociais na figura do sujeito do presente, constituindo outro fluxo de potencialidades e experimentações formais emergentes, as quais seriam decorrentes de uma diversidade de grupos humanos – ora tomados como vetores de uma nova inscrição sobre os signos existentes no reencontro com o real.

Sob o viés da estética e da arte relacionais, os repertórios artísticos que se utilizam de comunidades efêmeras e ocasionais e que constroem ações coletivas vinculadas ao cotidiano, atualizam as tipologias da arte num processo de retroalimentação constante e, recolocando-as junto ao sistema das artes como reflexo da projeção simbólica do momento atual; tais ações atuam como um vetor que substitui a representação pela constituição do sensível e de significações de coletividades vivas, ocasionais e dinâmicas.

Embora, os discursos artísticos criados a partir da observação da sociedade possam causar desconfortos e distanciamento para esta mesma sociedade, é importante mencionar que o descompasso existente entre o artista-criador, o signo em potência e o espectador constituem o complexo sistema de subjetivação do mundo, plasmando-se como paradoxo momentâneo das inquietações geradas

¹⁰ A ação performativa relacional refere-se aos encontros coletivos propostos pelos artistas que têm em sua atividade artística a prática de possibilitar eventos sobre arte, onde o espectador é o principal agente de todo o fazer artístico.

pelos “objetos” da arte em diferentes contextos, instâncias e possibilidades de trocas entre os indivíduos.

Os dispositivos artísticos relacionais abrem hoje zonas implícitas da percepção humana as quais estariam adormecidas no quadro de recepção da arte, com seus diálogos poetizados sobre uma sociedade em trânsito que não se reconhece num mundo globalizado, que não outorga viver conjuntamente ou criar reciprocidades, aproximações e enfrentamentos. Dialogar com as fronteiras da arte vigente e da vida é uma forma de criar mosaicos vivos de experiências, para reinventar as relações entre os sujeitos e propor redes de estreitamento – e ao mesmo tempo de amplificação – sobre o real, dispositivos em potência e a recepção de seus enunciados.

Inscrita num conjunto de estruturação do pensamento sobre arte, a estética relacional traça um percurso que estuda a arte desde uma abordagem sociológica¹¹, uma vez que sua principal direção está sobre o entendimento dos diferentes grupos sociais e de como os cenários propostos pelos artistas poderão gerar aproximações e trocas de experiências que atravessam o indivíduo e o transformam a cada instante, numa condição de reaproximação dos diversos componentes sociais que intervêm numa subjetivação coletiva.

A atualização da abordagem sociológica da arte proposta por Bourriaud diferencia-se, por seu turno, de todas as demais, sob o aspecto de que as poéticas selecionadas pelo teórico francês, dos anos 1990 até a atualidade, reorganizam os equipamentos culturais e os transformam em organismos vivos; dentro dessa perspectiva de arte, os dispositivos poéticos se dinamizariam sobre as experiências inter-humanas provocadas por ações múltiplas de conjuntos sociais, os quais podem indicar uma direção outra ao individualismo e a comunicação via dispositivos eletroeletrônicos.

Bourriaud (2009, p.40) ressalta, por sua vez, que os modelos de sociabilidade analisados sob o viés da estética relacional constituem momentos de trânsito onde

¹¹ Neste contexto, o termo repercute sobre a sociologia da arte como uma área do conhecimento artístico, ciência dinâmica e multidisciplinar que analisa a produção de arte a partir da cultura, da política e da filosofia, compreendidas como bases estruturantes das relações humanas dentro de um determinado contexto social. Seus principais representantes: Frederick Antal, Arnold Hauser, Pierre Francastel, Herbert Read, Peter Burke entre outros. Ver CHALUMEAU (1997).

O artista concentra-se cada vez mais decididamente nas relações que seu trabalho irá criar em seu público com a investigação de modelos de sociabilidade. Essa produção determina não só um campo ideológico e prático, mas também novos domínios formais. [...] as figuras de referência da esfera das relações humanas agora se tornaram “formas” integralmente artísticas: assim, as reuniões, os encontros, as manifestações, os diferentes tipos de colaboração entre as pessoas, os jogos, as festas, os locais de convívio, em suma, todos os modos de contato e invenção de relações representam hoje objetos estéticos passíveis de análise enquanto tais.

Porquanto consistam as materialidades artístico-relacionais em momentos de troca e convivência, essas se apresentam como instâncias efêmeras condicionadas por artistas que mantêm uma orientação sobre como e a partir de quais situações poderão ser geradas sensibilidades e discursos partilhados com e pelos participantes do evento. A preocupação aqui não se dá em função da relação obra-espectador, de forma alguma; mas sim da maneira com que os participantes desse tipo de evento conseguem conviver e estabelecer momentos de diálogo, de trocas de experiências que sejam capazes de um lado, de afetá-los, de fazer moverem forças para agrupar pessoas por vínculos de simpatia, identidade ou quaisquer outros tipos de relação e, de outro, de gerarem distanciamentos, conflitos ou litígios.

Esse intercâmbio de desejos coletivos efêmeros gera um movimento que instala pontes entre arte e a vida, estruturas entendidas como condição vital para a formulação de novos discursos que visam relacionar-se com a arte do presente.

Agamben (2009, p.13) ressalta no que se refere ao problema do contato – elemento crucial da estética relacional – que este ao ser condicionado pode revelar a presença de outro tipo de dispositivo, o qual estaria para além das questões formais iniciais disponibilizadas pelos artistas, sendo justamente por meio destas relações de trocas e reciprocidades que o indivíduo tornar-se-ia passível de ser transformado; o processo é denominado por ele de “subjativação”. Diz Agamben (2013, p.13): “chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre viventes e os dispositivos.”

Giorgio Agamben (2012, p.85), não obstante, toma os dispositivos poéticos da atualidade como uma categoria que possui em si o princípio criativo-formal independente de seu conteúdo; esse princípio aparece, porém, circunscrito numa ação conjunta de signo em potência e espectador pensante, cujo percurso

está condicionado sob uma construção dialógica, a estranhamentos e situações pessoais que reestruturam o modo de pensar, viver e representar o seu modo de vida.

Do ponto de vista da estética relacional, a produção artística da atualidade transita numa direção formal-experimental que visa estabelecer pontos de encontro e partilha com o espectador; todavia, é preciso salientar que a presença do objeto de arte tomou outras direções que sinalizam múltiplas formas de constituição e exibição de dispositivos – os quais pouco revelam sobre o que representam.

Desta forma, esse mesmo dispositivo torna a requerer a participação imediata do espectador, não gerando vias de acesso à sua significação; isso explica porque a construção dialógica entre dispositivo e espectador torna-se então inacessível, condenando seus propósitos ao fracasso.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

_____. *O homem sem conteúdo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

_____. *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

_____. Arqueologia da obra de arte. *Princípios – Revista de filosofia*. v.20, n. 34. 2013.

BOURRIAUD, Nicolas. *Estética Relacional*. São Paulo: Martins, 2009.

_____. *Formas de vida: a arte moderna e a invenção de si*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CHALUMEAU, Jean Luc. *As teorias da arte: Filosofia, crítica e história da arte de Platão aos nossos dias*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

FAVARETTO, Celso F. Arte contemporânea e educação. *Revista Iberoamericana de Educación*. n.º 53 (2010), pp. 225-235 (issn: 1022-6508), 2000.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Ocupações secundaristas através do *facebook*: governamentalidade e heterotopia

Juliana Cotting Teixeira¹
Gustavo da Silva Freitas²
Paula Corrêa Henning³

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar alguns marcadores de subjetividade dos estudantes envolvidos com o movimento secundarista na cidade de Rio Grande/RS, nos seus modos de se relacionar com a produção de uma outra escola, através de postagens publicadas pelo *Facebook* das ocupações. Para isso, nos utilizamos das noções de subjetivação, governamentalidade, enunciado, saber e poder em Michel Foucault para extrair de três páginas selecionadas algumas linhas de forças atuantes sobre as subjetividades estudantis ocupantes, nas suas relações com a escola. Dividimos os resultados em dois marcadores, nomeados como a Escola que se fez e a Escola que se quis, indicando pistas de uma heterotopia da instituição escolar produzida em meio à utopia de torná-la um outro lugar.

Palavras-chave: Ocupação. Secundaristas. Escola. Governamentalidade. Heterotopia.

¹ Juliana Cotting Teixeira, juliana.cotting.tx@gmail.com, Doutoranda em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde - PPGE/C/FURG pela Universidade Federal de Rio Grande – FURG.

² Gustavo da Silva Freitas, gsfef_78@hotmail.com, Doutor em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde – PPGE/C/FURG, Professor Adjunto do Instituto de Educação – IE/FURG.

³ Paula Corrêa Henning, paula.c.henning@gmail.com, Doutora em Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Professora Associada I do Instituto de Educação – IE/FURG.

Abstract: This article aims to analyze some of the subjectivity markers of the students involved with the high school movement in the city of Rio Grande / RS, in their ways of relating to the production of another school through postings published of occupations in Facebook. Draw on Michel Foucault's notions of subjectivation, governmentality, enunciation, knowledge and power in order to extract from three selected pages some lines of forces acting on student occupants subjectivities in their relations with the school. We divided the results into two markers, named as the School that was made and the School that was wanted, indicating clues of a heterotopia of the school institution produced amid the utopia of becoming it in another place.

73

Keywords: Occupation. High School. School. Governmentality. Heterotopy.

Introdução

Essa escrita compõe parte de um estudo que vem mapeando a produção de mutações nas subjetividades estudantis contemporâneas, a partir das experiências vividas por secundaristas no movimento de ocupação de escolas estaduais no Brasil (2015-2016), especificamente, no contexto local da cidade do Rio Grande/RS⁴. A “primavera secundarista” (UBES, 2018) teve início no estado de São Paulo, em novembro de 2015, como tática de oposição à reorganização escolar proposta pelo governo Alckmin, atingindo mais de 200 escolas ocupadas em poucos meses, chegando ao Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul, entre outras regiões⁵.

Tal movimento instalou uma significativa explosão discursiva sobre esses estudantes, tomando-os como sujeitos jovens, engajados, organizados, participativos, mobilizados e resistentes. Essas e outras emergentes estampas de sentido se multiplicaram sobre as subjetividades ocupantes através de uma ampla rede de matérias jornalísticas, entrevistas, documentários, artigos científicos, livros, músicas, provocando uma onda de dupla ocupação: dos espaços físicos das escolas e de um espaço aberto de produção de saberes sobre os jovens estudantes, despertada durante e após o movimento.

Os espaços virtuais de produção e circulação de sentidos puderam ser utilizados não só pelos interessados em comunicar e teorizar sobre as práticas estudantis das ocupações, mas, sobretudo, pelos próprios sujeitos ocupantes, na medida em que a internet e as redes sociais constituíram para o movimento ferramentas potentes de ação política e de participação, especialmente, através do uso do *Facebook*. Peter Pál Pelbart (2016), em “Carta aberta aos secundaristas”, nos mobiliza a pensar numa outra geografia da conflitualidade posta em jogo pelas ocupações. Uma delas estaria no regime de corpos – a ocupação física das

⁴ No cenário gaúcho, as ocupações ganham força por volta de maio de 2016 e se espalham rapidamente pelo estado, chegando a previsões de mais de 150 escolas ocupadas no mesmo mês (SEVERO; SEGUNDO, 2017). Em Rio Grande, grande parte das ocupações do período (onze escolas no total) esteve articulada intimamente com a deflagração de greve dos professores da rede estadual, decidida em Assembleia pelo Centro dos Professores do estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/RS) a partir de 16 de maio de 2016.

⁵ Para obtenção de um panorama geral sobre parte das singularidades sócio-políticas das ocupações escolares em cada estado, vide Dossiê “(Des)ocupar é resistir?”, vol.19, n. 1 (2017), publicado pela Revista Educação Temática Digital. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/issue/view/1331>. Acesso em: 29 de março de 2017.

escolas em ato; a segunda nas relações entre o movimento e o Estado, nas suas pautas e reivindicações; e, em terceiro lugar, teríamos a ocupação das redes sociais, marcando uma conflitualidade ao mesmo tempo presencial e virtual, promovendo saberes produzidos pelos estudantes a alcances outrora inimagináveis, nos ensinando que “também as formas de resistência se reinventam” (PELBART, 2016, s/p.).

A capacidade de utilização da internet como meio de participação política pelos secundaristas ocupantes borrou parte dos discursos vanguardistas sobre os males da internet à escolarização dos sujeitos, os quais atribuem às redes sociais os efeitos de desatenção, dispersão e vulnerabilidade digital (COUTO, 2014). Paula Sibília (2012) já alertara a respeito dos sutis efeitos de uma sociedade de controle e em rede sobre as subjetividades escolarizadas do presente, convertendo corpos:

[...] dóceis, obedientes, esforçados, reprimidos, confinados, trabalhadores, disciplinados e úteis em corpos vorazes, ansiosos, flexíveis, performáticos, hedonistas, narcisistas, hiperativos, mutantes, consumidores, conectados e úteis à atualidade (SIBÍLIA, 2012, p. 68).

A conversão de uma docilidade estudantil disciplinar, fabricada pelas técnicas de controle da atividade, organização das gêneses, composição das forças, vigilância hierárquica, sanção normalizadora e do exame, descritas como recursos historicamente forjados e utilizados pelas instituições de sequestro modernas, sobretudo, a escola (FOUCAULT, 2009a), às docilidades alterdirigidas, produzidas numa sociedade informacional e em rede de arquiteturas digitais e móveis, em que predomina o mostrar-se criativo, diferente e excêntrico (SIBÍLIA, 2008), criou condições de possibilidades à emergência de outras modalidades de participação na esfera pública e política, sintonizadas intimamente com as características comunicacionais do presente.

A quebra de fronteiras do pensamento e os deslocamentos possíveis a partir das redes sociais são ferramentas de empoderamento dos jovens como sujeitos dos próprios processos de formação, essa realidade é evidenciada nas ocupações escolares. Ao invés de meros receptores, estes jovens tornam-se produtores e difusores de saberes e de informações, caracterizando uma nova paisagem político cognitiva. Falamos de toda uma inteligência coletiva potencializada pelo uso das ferramentas virtuais, sem as quais seria praticamente impossível visualizar tamanho alcance social (COSTA, SANTOS, 2016, p. 69).

Nos dias de hoje, submetidas a um movimento cultural de exaltação das liberdades (VEIGA-NETO, 2017) e a um contexto informacional hiperconectado, assistimos a um processo de mutação das subjetividades estudantis, deslocando-as de um território outrora marcado pela aversão e desejo de tombar os muros da escola, a um tipo de relação mais otimista e entusiasmada com as possibilidades outras de fazer da instituição escolar um outro espaço. No caso das ocupações secundaristas, concentradas especialmente em maio e junho de 2016, as subjetividades estudantis em questão puderam não só fazer outra escola nas dependências físicas de cada instituição ocupada como, sobretudo, puderam utilizar-se da internet e do *Facebook* como “espaços virtuais moventes de ação política” (COSTA, SANTOS, 2016).

Logo, esse artigo tem por objetivo analisar alguns marcadores de subjetividade dos estudantes envolvidos com o movimento secundarista na cidade de Rio Grande/RS, especialmente, nos seus modos de relacionar-se com a produção de uma outra escola, através de postagens publicadas pelo *Facebook* das ocupações.

Nessa esteira apresentamos alguns entendimentos conceituais e linhas de forças experimentadas às análises aqui tecidas. Em seguida, demonstramos os procedimentos de produção dos dados constituindo um *corpus* de análise composto por três páginas do *Facebook* das ocupações. Adiante, apresentamos os resultados divididos em dois marcadores de subjetividade dos estudantes em relação às ocupações: a Escola que se fez e a Escola que se quis, indicando pistas de uma heterotopia da escola produzida em meio à utopia de torná-la um outro lugar. E, por fim, concluímos experimentando um exercício de dessacralização da escola e da política, como possibilidades de criação de novas linhas de vida e de forças no jogo cotidiano e incessante das micro-resistências contemporâneas.

Subjetivações contemporâneas: olhares e entendimentos através das ocupações secundaristas

Tratamos a subjetividade como essencialmente social, constituída na superfície de inscrição de uma exterioridade de forças e formas que não cessam de produzir os contornos de nossos gostos, gestos, condutas e desejos. Como um dos seus efeitos, os processos de controle da produção dos sujeitos nos dias de hoje não deixam de disparar relações estratégicas de resistência e de provocação permanente, entre formas de sujeição e de luta pela própria subjetividade. Logo, a “subjetivação é

tanto a forma como os seres humanos são transformados em sujeitos através do saber, do poder e das formas de governo, assim como, as relações estabelecidas para consigo, tornando-se sujeito da própria existência” (REVEL, 2005, p. 82).

Nessa perspectiva, o exame das relações consigo, isto é, dos modos como os corpos escolares ocupantes relacionaram-se com eles mesmos, produzindo uma outra subjetividade estudantil possível, passa, necessariamente, pelo esboço das condições de possibilidades de um determinado tempo, ou ainda, do nosso *a priori histórico* (VEYNE, 2011). Não há autonomia, independência e originalidade inerentes a uma suposta naturalidade interna do indivíduo. Somos assujeitados a um determinado aquário de paredes invisíveis, ou ainda, presos a “alguém pelo controle e dependência, e preso a sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Assim, somos produzidos através das dizibilidades e visibilidades do nosso tempo, isto é, daquilo que é possível ser enunciado e visto, sobretudo por nós mesmos e acerca de nós mesmos, instituído através das malhas de determinados poderes em jogo.

Não há algo como ‘o poder’ ou ‘do poder’ que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por ‘uns’ sobre ‘os outros’; o poder só existe em ato [...]. Uma relação de poder se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que ‘o outro’ seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Assim, somos constituídos e subjetivados pelo conjunto de enunciados (saberes) e poderes (estratégias de governo) vigentes que puderam ascender como verdade nesse tempo e atravessar as nossas condutas determinando certos limites e possibilidades de ação. Para Foucault (2008), o enunciado é produto de uma função de existência, conferindo a um dito um caráter coletivo e não individualizante de verdade. Logo, os enunciados e as estratégias de poder do nosso tempo constituem as linhas de forças atuantes na constituição de nós mesmos numa relação de reciprocidade constante, uma vez que “que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2009a, p. 30).

Nessa esteira, destacamos algumas pistas das relações de forças compondo um aquário deste tempo sobre as ocupações estudantis analisadas. A primeira

delas atua enquanto “parceiro irredutível” (FOUCAULT, 1995, p. 240) na condução das subjetividades ocupantes em meio ao movimento. Dizemos isso, uma vez que essas se inscrevem como parte de uma população de secundaristas brasileiros oriundos de escolas públicas financiadas pelos estados, que, nos últimos anos, vem operacionalizando uma governamentalidade de tipo neoliberal, que atinge a educação com uma série de políticas e medidas orientadas pela lógica do mercado e da privatização⁶, e que pode ser destacada como um dos disparadores das resistências estudantis, junto à categoria de docentes do estado do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que por governo entendemos “todo o conjunto de ações de poder que objetivam conduzir (governar) deliberadamente a própria conduta ou a conduta dos outros” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p. 952) e por governamentalidade todo um conjunto de práticas que “têm na população seu objeto, na economia seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos” (MACHADO, 1992, p. XXIII).

Para Veiga-Neto (2017) a crescente globalização da economia, o aumento da concentração assimétrica de renda, o fortalecimento das múltiplas minorias sociais e a ampliação e diversificação do consumo estariam no pano de fundo das transformações das últimas décadas em que o neoliberalismo pode se desenvolver. Uma das suas principais características assenta-se num processo de empresariamento do Estado, inscrevendo, como táticas, a maximização da liberdade individual e da produção de resultados, a passagem do governo da sociedade para o governo dos sujeitos e a emergência do sujeito-cliente, ao qual “se oferece infinitas possibilidades de escolha, aquisição, participação e consumo” (VEIGA-NETO, 2017, s/p).

É sobre esse aspecto tático e sutil das ações de um “Estado orientador” de marcas neoliberais que identificamos, enquanto segunda pista, indícios do que Guattari e Rolnik (2013) denominam de Capitalismo Mundial Integrado (CMI). Através dessa noção, os autores vão anunciar as mutações da atuação

⁶ Algumas delas são: a) a Reforma do Ensino Médio, instituída via Medida Provisória (MP nº 746 de 2016) pelo atual presidente interino Michel Temer, caracterizada como uma redução da carga horária de disciplinas obrigatórias para a alocação em formação técnica e profissional, de “livre escolha” do estudante; b) o barateamento da educação secundária no estado de São Paulo com a reorganização escolar do governo Alckmin, (suspensa após as ocupações estudantis); c) o sucateamento do serviço público, através do parcelamento dos salários dos servidores estaduais da Educação pelo Governo Sartori no Rio Grande do Sul com vistas a supostamente equilibrar a economia, bem como, do não atendimento do piso salarial nacional dos professores nesse estado.

do capitalismo avançado, uma vez que passou a tomar como tarefa primordial o constante controle da produção de subjetividade, em detrimento das relações econômicas e de superestrutura. “As forças sociais que administram o capitalismo hoje entenderam que a produção de subjetividade talvez seja mais importante do que qualquer outro tipo de produção, mais essencial até que o petróleo e as energias” (GUATTARI; ROLNIK, p. 34).

A terceira pista potente na condução das subjetividades ocupantes refere-se à articulação com um movimento crescente da cultura visual e do predomínio do olhar, em que o trabalho “das” e “nas” aparências, assim como o investimento na visibilização de si, passou a se constituir como resultados de uma performance da própria subjetividade (SOARES, 2011), percebida, sobretudo, pela importância conferida ao uso da internet como meio de participação e ação política nos dias de hoje. Assim, trata-se de conceber que vivemos em uma sociedade informacional e em rede, possibilitada pela emergência da tecnologia digital e da internet, em que prevalece uma “pedagogia das conexões”. Hoje, “mostrar-se e ser reconhecido tornaram-se valores imprescindíveis para a construção das nossas subjetividades” (COUTO, 2014, p. 54), agora diariamente trabalhadas e visibilizadas *online*. No contexto de uma governamentalidade neoliberal e do CMI, a internet funciona como um potente componente dos processos de controle da produção de subjetividades, mas também, é por meio dela que criamos algumas condições táticas para forjar possibilidades inventivas de resistência.

É através do cruzamento destas, entre outras linhas de forças, nas experiências entre os sujeitos, grupos e práticas contemporâneas, que nossas subjetividades vão sendo fabricadas e modeladas no social. “Os processos de subjetivação - as diversas maneiras pelas quais os indivíduos ou as coletividades se constituem como sujeitos – só valem na medida em que, quando acontecem, escapam tanto aos saberes constituídos como aos poderes dominantes” (DELEUZE, 1992, p. 217). Assim, “não há relação de poder sem resistência, escapatória ou fuga” (FOUCAULT, 1995, p. 248), e a análise da constituição das subjetividades não pode desconsiderar as possibilidades de singularização produzidas junto ao processo de efetuação e envergadura do poder e da verdade no sujeito.

Assim, pensamos na potência do resistir através da criação de uma outra espacialidade escolar. Tal resistência se dá por dentro das possibilidades colocadas pelas linhas de forças de um determinado tempo, na medida em que “não podemos

produzir uma estética da existência fora das relações de poder que nos constituem [...] é na relação de si consigo mesmo que as transformações acontecem e que se pode produzir algo mais do que efeitos de submissão ou de simples relação” (GALLO, 2017, p. 317).

Corpus de análise e procedimentos

Rio Grande é um município com uma média de 200 mil habitantes, localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul. No cenário educacional estadual público, compreende a 18ª Coordenadoria Regional de Educação (18ª CRE), abrangendo os municípios Chuí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e São José do Norte. Ao todo, Rio Grande apresenta 32 escolas estaduais, com oferecimento de Ensino Médio, Médio Técnico e Ensino Fundamental.

O movimento de ocupação iniciou no município dia 13 de maio de 2016, com duas instituições de ensino ocupadas, e se estendeu até o final do mês de junho do mesmo ano, alcançando 11 ocupações ao todo. As desocupações se instalaram em sintonia com os acordos realizados entre parte dos estudantes mobilizados da região central do estado com a Assembléia Legislativa. Além disso, houve o atendimento da liminar judicial instaurada, sendo noticiada pela imprensa local a desocupação progressiva da totalidade das escolas até o dia 27 de junho de 2016 no município (FERNANDES, 2016). As escolas participantes do movimento foram: Instituto Estadual de Educação Juvenal Miller, Escola Estadual de Ensino Médio Bibiano de Almeida, Escola Estadual de Ensino Médio Prof^o Carlos Loréa Pinto, Escola Estadual de Ensino Médio Silva Gama, Escola Estadual de Ensino Médio Mascarenhas de Moraes, Escola Estadual de Ensino Médio Lília Neves, Escola Estadual de Ensino Médio Lemos Júnior, Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Augusto Duprat, Escola Estadual de Ensino Médio Roberto Bastos Tellechea, Escola Estadual de Ensino Médio Alfredo Ferreira Rodrigues e Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas.

As redes sociais produzidas no *Facebook* por cada escola ocupada foram, respectivamente: Comunidade Ocupa JM (com 1.073 curtidas e 1.066 seguidores); Comunidade Ocupa Loréa (com 700 curtidas); Comunidade União Libertária Estudantil Silva Gama (com 917 curtidas e 909 seguidores); Comunidade Ocupa Mascarenhas (574 curtidas e 570 seguidores); Grupo privado Ocupa Lemos Jr

(com 223 membros); Comunidade Ocupa Augusto Duprat (com 289 curtidas e 287 seguidores); Comunidade Ocupa Tellechea (com 232 curtidas e 232 seguidores); Comunidade Ocupa Alfredo (com 462 curtidas e 462 seguidores) e Comunidade Ocupação Getúlio Vargas (com 463 curtidas e 463 seguidores)⁷.

Não foram encontradas as redes sociais das ocupações das escolas Estadual de Ensino Médio Bibiano de Almeida e Escola Estadual de Ensino Médio Lília Neves, podendo essas ter sido excluídas logo após o período de desocupação, já que esse exercício analítico se dá um ano após a instalação do movimento no município. Ademais, a rede social da escola Lemos Jr. também não pode ser incluída na análise, visto que o moderador do grupo privado não acessa mais as solicitações de entrada no grupo. Com a desocupação, muitas escolas transferiram a rotina de publicação e compartilhamento de conteúdos para as páginas dos Grêmios Estudantis e coletivos de representação do segmento, e, por não caracterizarem práticas diretamente vinculadas às ocupações, foram desconsideradas.

Algumas páginas mantiveram a postagem de conteúdos após o período de maio e junho de 2016, e outras, inclusive, tornaram a ocupação um movimento paralelo às paralisações e greves docentes⁸ que voltaram a acontecer, mesmo que em menor número e força, no ano de 2017. No entanto, optamos por estabelecer como delimitador da análise aquelas postagens produzidas durante o movimento maior de ocupações, de maio a junho de 2016.

Em virtude do grande número de publicações encontradas em todas as páginas listadas, selecionamos as três com maior número de seguidores e curtidas com vistas a otimizar a demonstração das enunciações, ficando com as seguintes comunidades virtuais: Comunidade Ocupa JM (com 1.073 curtidas e 1.066 seguidores); Comunidade União Libertária Estudantil Silva Gama (com 917 curtidas e 909 seguidores); Comunidade Ocupa Loréa (com 700 curtidas).

O trabalho de análise se desenvolveu em torno de duas linhas identificadas entre as postagens constituindo o que chamamos de marcadores de subjetividade. O primeiro, refere-se a uma espécie de sensibilidade ético-política dos estudantes para os saberes sintonizados com a arte, com a História, a Filosofia, evidenciando uma escola outra que efetivamente se fez durante as ocupações. Em segundo lugar, identificamos uma série de apelos e desejos de uma outra escola, ainda irreal,

⁷ Dados registrados no dia 27 de julho de 2017.

⁸ Para mais, acessar Boletins de Greve do Cpers disponível em: <http://cpers.com.br/category/boletins-de-greve-2017/>. Acessado em 20 de abril de 2018.

evidenciando não tanto a escola que se fez, mas a escola que se quis (ou que ainda se quer) disparada em meio ao movimento.

Uma escola que se fez

Figura 1: Ocupa JM



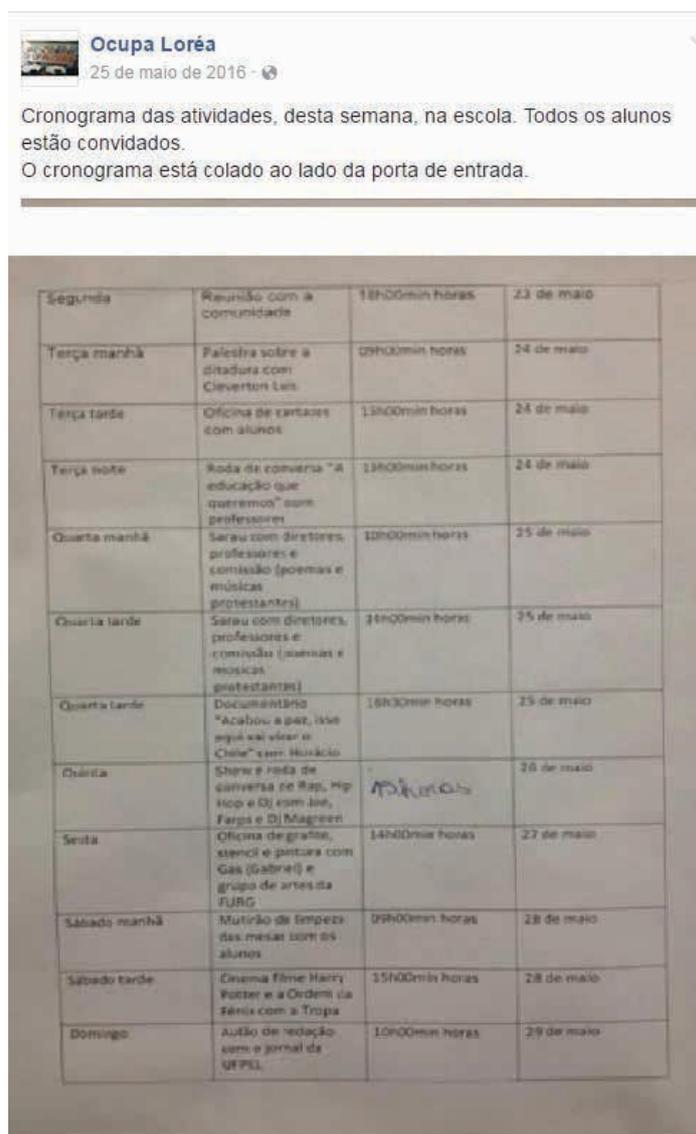
Fonte: Facebook.

Figura 2: União Libertária Estudantil – SG.



Fonte: Facebook.

Figura 3: Ocupa Loréa



Fonte: Facebook.

As três postagens anteriores nos fornecem visibilidades significativas no que se refere aos saberes emergentes na escola das ocupações, forjando traços de uma sensibilidade ético-política dos estudantes para os saberes sintonizados com a arte, com a História e a Filosofia. Com a arte, houve realização frequente de saraus e apresentações de música, cinema e grafite. Com a História, identificamos o convite de graduandos e professores da própria escola a ministrar aulas sobre a ditadura militar no Brasil, e, com a Filosofia, notamos uma aproximação com expressões filosóficas de Nietzsche compondo a foto de capa de eventos organizados e realizados durante as ocupações.

No exame das páginas, foram raras as atividades produzidas em torno das disciplinas tradicionais escolares, mesmo estando os sujeitos secundaristas

atravessando uma etapa da educação básica tão marcada pela formação para o trabalho e pela promessa de aprovação no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. Assim, se faz evidente os arranjos do “currículo como um campo de luta em torno da significação e da identidade” (SILVA, 2005, p. 134), que no caso das ocupações, puderam disparar uma série de saberes emergentes que historicamente não são privilegiados pelas instituições.

No campo das formas de fazer, encontramos: rodas de conversas; oficinas; saraus; cine-debates; conversas em roda; palestras e momento *relax*. É emblemática a adesão das ocupações pela arte, música, cinema, política, direito, história, filosofia, jornalismo, provocando fissuras à hierarquização dos conteúdos programáticos operacionalizada pelas escolas hoje, em que, na sua maioria, têm um espaço marginal (em termos de horas/aula) dedicado a esses saberes no cotidiano escolar.

Assim, os estudantes puderam gerenciar a rotina de suas escolas reorganizando as disposições disciplinares que há mais de dois séculos vêm sustentando as práticas e as condutas estudantis, hierarquizando e selecionando saberes e poderes com vistas a dar um estatuto científico e tecnológico ao Ensino Médio. Assim, eles puderam inventar, mesmo que provisoriamente, uma outra escola, compondo uma relação inventiva com os saberes escolares e, especialmente, com aqueles ainda não tão presentes no currículo tradicional.

Essa sensibilidade ético-política a uma outra relação com os saberes e com os modos de fazer identificadas numa escola que efetivamente se fez durante as ocupações, possibilitaram a produção de uma heterotopia à instituição escolar tão marcada pelo estigma da crise e, paradoxalmente, tão engessada da possibilidade de mudar a si mesma.

Foucault (2009b) vai anunciar que, em detrimento do tempo, vivemos a época do espaço, “do espaço simultâneo, da justaposição” (p. 411). Ao longo da história, vivenciamos diferentes relações com o espaço e uma série de sacralizações polarizantes conferindo os lugares como públicos e privados, proibidos e permitidos, familiares e sociais, institucionais e livres, entre outros. Esses posicionamentos ainda insistem em conduzir nossas maneiras de ocupar a cidade impondo certos limites à criação de outras espacialidades.

Nessa esteira, Foucault vai se interessar e investir no que há de heterogêneo nos lugares, buscando identificar aqueles outros espaços que “têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos de um tal

modo que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontram por eles designadas, refletidas ou pensadas” (2009b, p. 414).

Esses outros espaços podem ser tomados de duas maneiras. São as utopias – posicionamentos sem lugar real, espaços irreais, ou ainda, “a sociedade aperfeiçoada” (p. 415) -; e as heterotopias, “espaços efetivamente reais encontrados na cultura que estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, lugares fora de todos os lugares, embora efetivamente localizáveis” (FOUCAULT, 2009b, p. 415).

O autor se utiliza da metáfora do espelho como uma experiência mista que vai possibilitar demonstrar as duas espacialidades. O espelho é utópico na medida em que me vejo lá onde não estou, um lugar sem lugar. E, ao mesmo tempo, é heterotópico, uma vez que, a me ver, meu reflexo se volta pra mim e passo a me refletir e a me constituir através desse olhar retroativo a esse lugar em que não estou. Logo, lugar efetivamente real, heterotópico, produzido através do olhar a esse outro lugar, irreal, utópico, que é o espelho.

O estudo das heterotopias, segundo o autor, vai implicar em olharmos para uma série de princípios. Elas podem ser heterotopias de crise, como a juventude, a velhice, a menstruação para as mulheres, o serviço militar para os homens; ou de desvio, na medida em que os indivíduos que a realizam “tem comportamento que se desvia em relação à média ou a norma exigida” (FOUCAULT, 2009b, p. 415), como as prisões e clínicas psiquiátricas. Em segundo lugar, em cada sociedade uma mesma heterotopia pode funcionar de uma maneira diferente, como é o caso dos cemitérios ao longo da história que passaram a migrar do centro da cidade para as periferias e limites do território passando de lugares sagrados a lugares de doença. Em terceiro lugar, as heterotopias apresentam justaposição de lugares e posicionamentos, como é o caso dos jardins, que deveriam resguardar uma parcela do mundo em cada um de seus elementos. Em quarto lugar, as heterotopias se põem a funcionar quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com o seu tempo tradicional, as cidades de veraneio, as praias de nudismo, os templos e rituais, e até mesmo as próprias bibliotecas e museus – acúmulos de tempo. Em quinto lugar, supõe-se que as heterotopias estabeleçam um sistema de abertura e fechamento, “em que só se pode entrar com alguma permissão e se cumpriu um certo número de gestos” (p. 420). E, por fim, as heterotopias têm, em relação ao espaço restante, uma função,

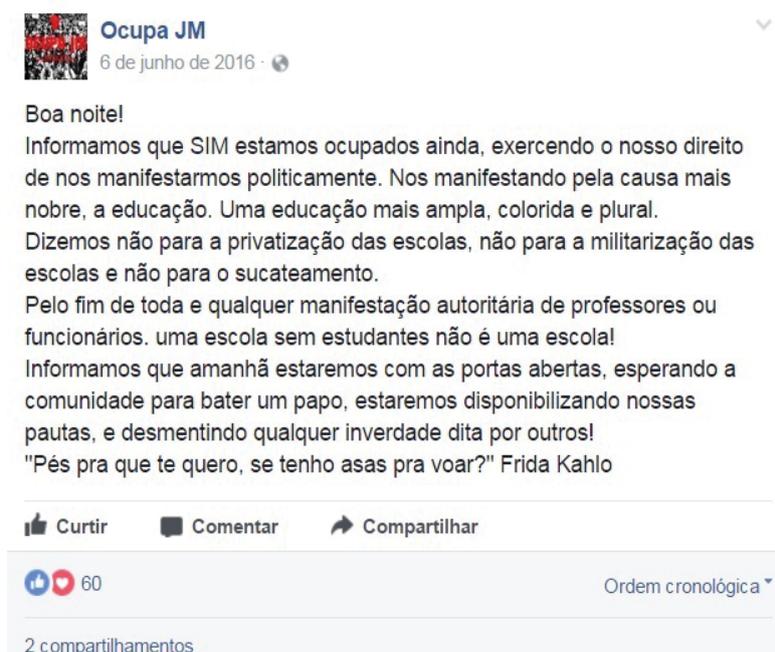
Ou elas têm o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda qualquer espaço real no interior dos quais a vida

humana é compartimentalizada [...] ou, pelo contrário, criando um outro espaço, um outro espaço tão real, tão perfeito, tão metucioso, tão bem arrumado quanto o nosso é desorganizado, mal disposto e confuso” (FOUCAULT, 2009b, p. 420).

Assim, é possível pensar que as ocupações secundaristas puderam fazer da escola um espaço de heterotopia, através de uma outra política dos saberes e de outros modos de fazer postos em jogo, dando visibilidade a um combate voltado não necessariamente ao Estado – esse monstro frio tomado como centro de regulação das ações – mas, sobretudo, à forma como vinham sendo escolarizados por determinado currículo e sacralização do espaço institucional escolar. Logo, sem intentar substituir a escola tradicional, a escola que se fez durante as ocupações pôde funcionar não só como espaço de “ilusão que denuncia” o absurdo dos rumos que a escola e suas políticas vinham tomando e repercutindo na vida desses contingentes de estudantes e profissionais da educação pública, mas também, produzindo uma outra possibilidade real à escola, numa espécie de criação heterotópica coletiva. Afinal, não só estamos na época do espaço, mas, sobretudo, na época das heterotopias, em que reivindicar um lugar já pronto não se mostra mais tão pertinente ou eficaz quanto fazê-lo e criá-lo na experiência diária e coletiva das resistências.

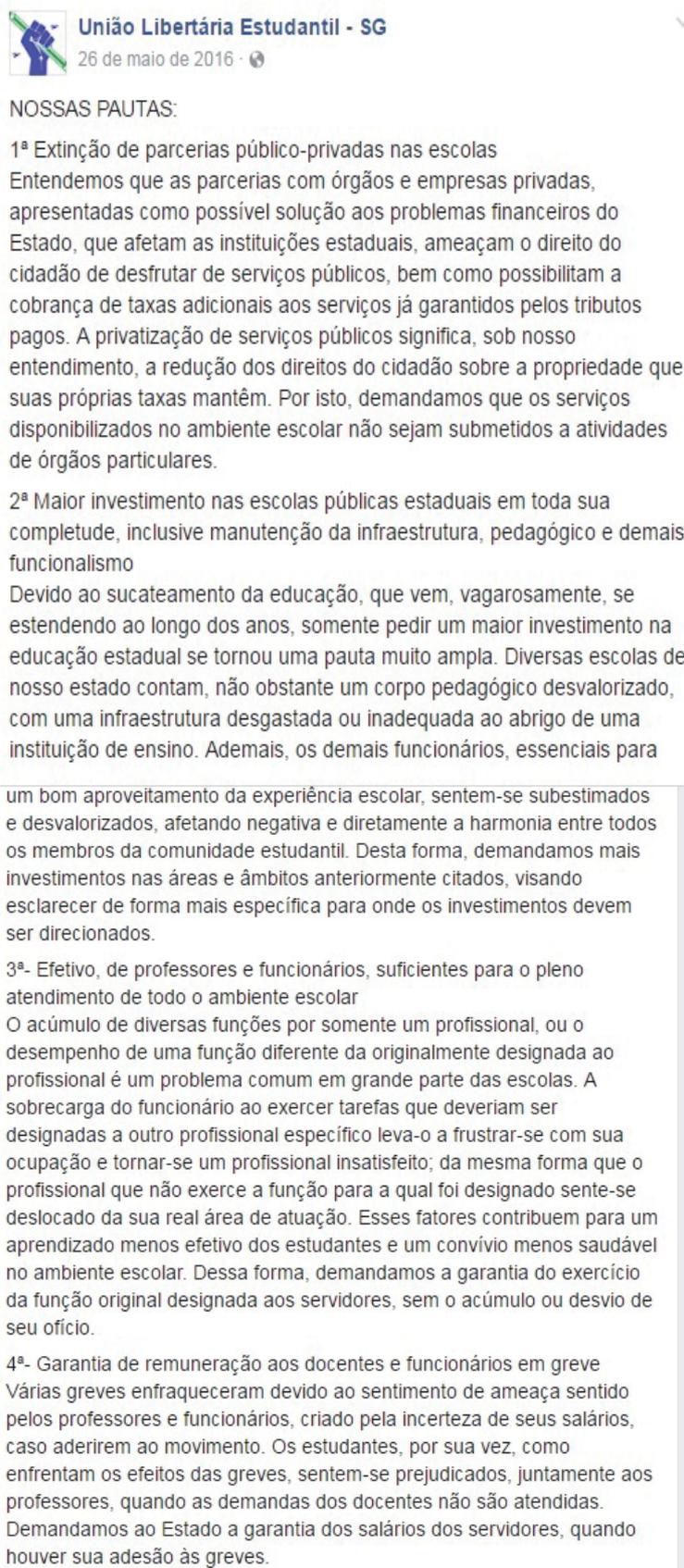
Uma escola que se quis

Figura 4: Ocupa JM



Fonte: Facebook.

Figura 5: União Libertária Estudantil - SG



União Libertária Estudantil - SG
26 de maio de 2016 · 🌐

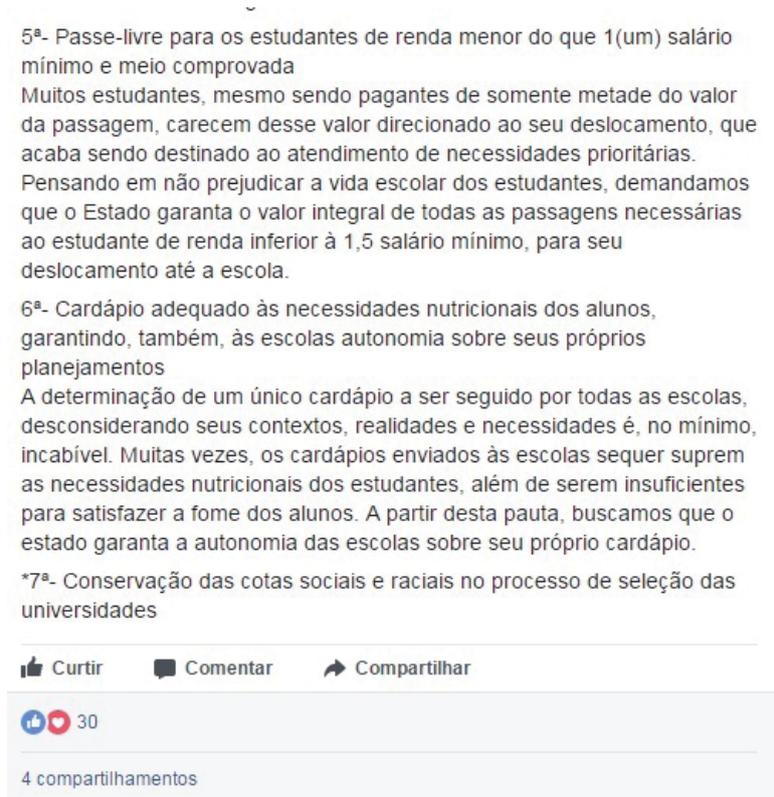
NOSSAS PAUTAS:

1ª Extinção de parcerias público-privadas nas escolas
Entendemos que as parcerias com órgãos e empresas privadas, apresentadas como possível solução aos problemas financeiros do Estado, que afetam as instituições estaduais, ameaçam o direito do cidadão de desfrutar de serviços públicos, bem como possibilitam a cobrança de taxas adicionais aos serviços já garantidos pelos tributos pagos. A privatização de serviços públicos significa, sob nosso entendimento, a redução dos direitos do cidadão sobre a propriedade que suas próprias taxas mantêm. Por isto, demandamos que os serviços disponibilizados no ambiente escolar não sejam submetidos a atividades de órgãos particulares.

2ª Maior investimento nas escolas públicas estaduais em toda sua completude, inclusive manutenção da infraestrutura, pedagógico e demais funcionalismo
Devido ao sucateamento da educação, que vem, vagarosamente, se estendendo ao longo dos anos, somente pedir um maior investimento na educação estadual se tornou uma pauta muito ampla. Diversas escolas de nosso estado contam, não obstante um corpo pedagógico desvalorizado, com uma infraestrutura desgastada ou inadequada ao abrigo de uma instituição de ensino. Ademais, os demais funcionários, essenciais para um bom aproveitamento da experiência escolar, sentem-se subestimados e desvalorizados, afetando negativa e diretamente a harmonia entre todos os membros da comunidade estudantil. Desta forma, demandamos mais investimentos nas áreas e âmbitos anteriormente citados, visando esclarecer de forma mais específica para onde os investimentos devem ser direcionados.

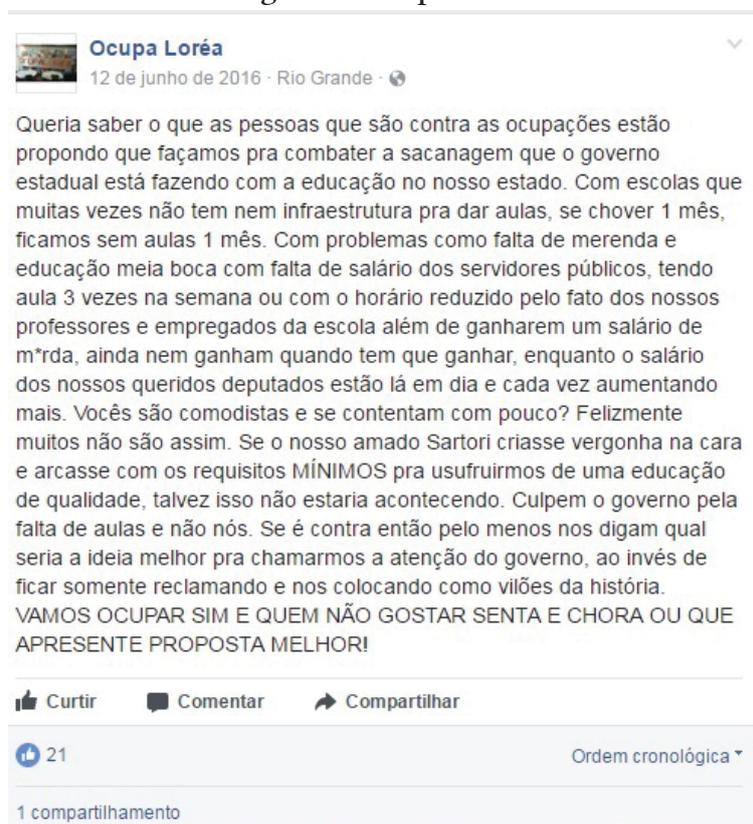
3ª- Efetivo, de professores e funcionários, suficientes para o pleno atendimento de todo o ambiente escolar
O acúmulo de diversas funções por somente um profissional, ou o desempenho de uma função diferente da originalmente designada ao profissional é um problema comum em grande parte das escolas. A sobrecarga do funcionário ao exercer tarefas que deveriam ser designadas a outro profissional específico leva-o a frustrar-se com sua ocupação e tornar-se um profissional insatisfeito; da mesma forma que o profissional que não exerce a função para a qual foi designado sente-se deslocado da sua real área de atuação. Esses fatores contribuem para um aprendizado menos efetivo dos estudantes e um convívio menos saudável no ambiente escolar. Dessa forma, demandamos a garantia do exercício da função original designada aos servidores, sem o acúmulo ou desvio de seu ofício.

4ª- Garantia de remuneração aos docentes e funcionários em greve
Várias greves enfraqueceram devido ao sentimento de ameaça sentido pelos professores e funcionários, criado pela incerteza de seus salários, caso aderirem ao movimento. Os estudantes, por sua vez, como enfrentam os efeitos das greves, sentem-se prejudicados, juntamente aos professores, quando as demandas dos docentes não são atendidas. Demandamos ao Estado a garantia dos salários dos servidores, quando houver sua adesão às greves.



Fonte: Facebook.

Figura 6: Ocupa Loréa.



Fonte: Facebook.

A escola que se quis passou pela negação do autoritarismo, pelo necessário protagonismo dos estudantes e pelo desejo de uma escola mais plural e colorida (Figura 4); pela extinção das parcerias público-privadas nas escolas, melhor investimento financeiro em infraestrutura física e pessoal, garantia de boa remuneração aos trabalhadores da educação, passe livre aos estudantes, boa comida, conservação das cotas raciais e sociais (Figura 5); e, por fim, pela integralidade das aulas, dos salários e das merendas, como critérios mínimos de qualidade (Figura 6).

Assim, nas três postagens anteriores, na esteira de produção de uma utopia para as escolas ocupadas, encontramos também indícios de apelos à educação regulada pelos estados, visibilizando o caráter estratégico do movimento. As ocupações puderam produzir resistência não só ao contexto local de suas escolas, com a condução de um outro currículo e de uma outra escola possível, mas também, junto às pautas dos professores e do movimento grevista. Guattari e Rolnik (2013) vão alertar que “não é fingindo que o Estado não existe que vamos transformar as formas vigentes” (p. 102), isto é, a luta molecular, micropolítica, sozinha, por vezes não dá conta de desequilibrar as relações de forças e produzir os efeitos esperados pela ação política, uma vez que as lutas sociais são sempre molares e moleculares: “Tomemos como exemplo o problema do escoramento de um telhado: a questão que se coloca não é a de saber se escorá-lo é ou não revolucionário, mas sim se estamos correndo o risco de que ele nos desabe sobre a cabeça” (GUATTARI, ROLNIK, 2013, p. 215).

Assim, o telhado a desabar, segundo a ação política das ocupações, encontra-se na alçada das ações do Estado, nas suas investidas de entrega da escola pública à privatização; no sucateamento do serviço educacional – com o parcelamento dos salários dos servidores, falta de verba de manutenção das escolas e diminuição do efetivo docente – e que, como um de seus efeitos, produz certos limites às possibilidades de constituir-se estudante pelos secundaristas, instituindo o dissenso, o incômodo, a revolta. Assim, as subjetividades estudantis trataram não só de procurar ensinar ao Estado que as condutas estudantis sabem fazer uma outra escola produzida nas ocupações, mas também, de acioná-lo naquilo que é de sua prerrogativa constitucional.

Logo, num contexto de um Estado cada vez mais governamentalizado de tendência neoliberal, que entrega nas mãos da economia a criação de políticas, programas e ações de governo, constituindo um cenário de Estado mínimo,

resistir, passa, também, pela retomada de um discurso já enfraquecido de Estado democrático de direito e de cidadania. Assim, os estudantes e sua utopia puderam colocar o Estado num lugar do qual ele vem se desviando nos últimos anos, na direção de um acelerado encurtamento dos direitos e garantias fundamentais.

Não deve ser por acaso que nem todas as escolas tenham se revoltado com as políticas neoliberais contemporâneas no campo da educação, não é a toa que nem todos os sujeitos estudantes não se sintam desprivilegiados e atacados com determinada racionalidade emergente. Esse cenário coloca em desvantagem contingentes de populações mais pobres ou, de certa forma, postos fora da cena consumidora. Por mais que se produzam pequenas revoltas diárias (VEIGANETO, 2001) nas relações com a Escola, com o corpo, com a sexualidade, na condução de um outro currículo e de uma heterotopia escolar, por vezes, é preciso, também, combater o monstro frio, não de modo a derrubar toda a possibilidade de monstro, mas sim, de forma a lutar por outro modo de ser governado, através de outras racionalidades e meios.

Nesse sentido, resistir ao Estado e fazer utopia da Escola não é abandono das heterotopias possíveis, mas sim, trata-se de uma relação estratégica paralela de combate num jogo de poderes em que se ataca menos a cabeça do rei e mais um determinado regime de verdade e de subjetivação. As forças e poderes que atingem o cenário educacional e a vida desses estudantes hoje não emergem como ação original de um determinado governo, mas sim, como racionalidade de época, que, nos dias de hoje, atinge sutilmente, inclusive, a cada um de nós, nos fazendo aderir a apaixonar-se por suas técnicas sem estranhamento ou problematização.

Considerações finais

Com as análises tecidas, identificamos a produção de uma heterotopia à instituição escolar, constituída no cotidiano efetivamente realizado das ocupações secundaristas, compondo uma nova disposição dos saberes privilegiados e das formas de fazer. Com isso, cabe destacar que não se tratou de uma substituição do *modus operandi* da escola tradicional, ocupada historicamente pelos arranjos e mecanismos de poder-saber tão bem descritos por Foucault (2009a) e estudiosos do campo da educação⁹. As ocupações secundaristas desenvolveram uma heterotopia

⁹ Ver “A maquinaria escolar” (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992).

da escola justamente pela capacidade de constituírem-na como limite, avessa e co-funcionando à instituição como espaço homogêneo, como lugar do instituído. Logo, não se tratou de um modelo novo, que procurou derrubar toda possibilidade ultrapassada de escola, mas de uma escola paralela, simbiótica, possibilitada pelo efetivamente realizável e realizado no cotidiano das ocupações como protesto e resistência.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que puderam fazer heterotopia da escola, não cessaram de desejar um espaço outro e de desenhar os contornos de uma promessa revolucionária – utópica – à escola. Logo, no exercício político de criação de heterotopias, esteve, concomitantemente presente, e talvez, estrategicamente, o desejo de tracejo “do dia seguinte, da alvorada, da aurora, do novo dia que nasce” (FOUCAULT, 2006, p. 96), típicas de uma economia do pensamento da ação política de orientação apocalíptica.

Assim, concluímos que o exercício de dessacralização dos espaços frios, instituídos, já encharcados de águas paradas – para retomar a metáfora do aquário-, não apenas o escolar, como em todas as espacialidades que nos conduzem a posicionamentos binários e pouco movediços, se dá não somente através da produção inventiva e microfísica das heterotopias, mas, sobretudo, através de táticas diversas, que envolvem, muitas vezes, um necessário escoramento do telhado através da projeção de um novo amanhecer à escola e à educação pública estadual.

Afinal, “[...] as maiores batalhas foram vencidas pelos exércitos que souberam aproveitar-se das armas do inimigo, voltando-se contra ele próprio” (GALLO, 2013, p. 91). Em tempos de reformas de Planos, Programas e Diretrizes da Educação pública em nosso país, tocadas de modo vertical, reivindicar os rumos da escola do amanhã parece menos imobilizar a ação política e mais compor uma nova geografia das resistências, que não se pauta tanto pelo dualismo revolucionário-contrarrevolucionário, mas sim, pelo desejo coletivo de manutenção de certos telhados como marquise necessária a criação de outros espaços.

Referências

COSTA, Luciano; SANTOS, Manoella. Espaços virtuais moventes das escolas ocupadas de Porto Alegre: o apoio mútuo como base da inteligência coletiva. *ETD- Educação Temática Digital*, Campinas, SP v.19 n.1 p. 49-72 jan./mar. 2016.

COUTO, Edvaldo. Pedagogias das conexões: compartilhar conhecimentos e construir subjetividades nas redes sociais digitais. In: *Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar/* Cristiane Porto; Edméa Santos (Organizadoras). – Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 47-65.

DELEUZE, Gilles. Controle e Devir. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo, Ed. 34, 1992.

FERNANDES, Tatiane. Desocupações e retorno parcial das aulas ocorrem de forma pacífica. *Jornal Agora*, Rio Grande, 29 e 30 de junho de 2016. Geral, p. 5.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 37ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a.

_____. Outros espaços. In: MOTTA, Manuel Barros (org.). *Ditos & Escritos III: Estética, Literatura e Pintura, Música e Cinema*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2009b, p. 411-422.

_____. *A arqueologia do saber*. 7 ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. Eu sou um pirotécnico. In: POL-DROIT, Roger. *Michel Foucault Entrevistas*. São Paulo: Graal, 2006, p. 67-100.

_____. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249. .

GALLO, Sílvio. Insurreições escolares?. In: RAGO, M; GALLO, S. *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?*. São Paulo: Cnpq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017, p. 311-321.

_____. *Deleuze & a Educação*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MACHADO, Roberto. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. VII-XXIII.

PELBART, Pál. Carta aberta aos secundaristas. CGC Comunicação em Educação. 2016. Disponível em: <http://cgceducacao.com.br/carta-aberta-aos-secundaristas/>. Acesso em: 25 de abr. 2018.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005, 96 p.

SIBILIA, Paula. *Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão*. Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. Eu, eu, eu... você e todos nós. In: _____. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 7-28.

SEVERO, Ricardo; SEGUNDO, Mário. #Ocupatadores – socialização política entre jovens estudantes nas ocupações de escolas no rio grande do sul. *ETD- Educação Temática Digital*, Campinas, SP v.19 n.1 p. 73-98 jan./mar. 2017.

SILVA, Tomáz. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOARES, Carmem. A educação do corpo e o trabalho das aparências: o predomínio do olhar. In: ALBUQUERQUE, D; VEIGA-NETO, A; FILHO, A. *Cartografias de Foucault*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 69-82.

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Luta secundarista resiste nas 236 escolas ocupadas em todo Brasil. Site da UBES. 2016. Disponível em: <https://ubes.org.br/2016/luta-secundarista-resiste-nas-236-escolas-ocupadas-em-todo-brasil/> . Acesso em: 20 de abr. 2018.

VARELA, Julia, ALVAREZ-URIA, Fernando. A Maquinaria escolar. *Teoria & Educação*. São Paulo, n. 6, p.68-96, 1992.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Márcia. Inclusão e Governamentalidade. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-963, out. 2007.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades*. Unicamp. 2017. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.13.htm>. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

VEYNE, Paul. Só há a priori histórico. In: VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 43-65.

Política externa brasileira no âmbito regional: o papel da representação brasileira no Parlamento do Mercosul

Angelo Raphael Mattos¹

Resumo: A partir do estudo bibliográfico referente ao tema e do mapeamento dos requerimentos propostos pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CPCMS), este artigo objetiva compreender o papel dessa Comissão Mista no Congresso Nacional, desde sua criação em 2006, assim como sua atuação como ponte entre as discussões no âmbito do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e o encaminhamento desses temas para discussão no Legislativo brasileiro, em eventual ratificação dos acordos emanados do bloco, haja vista seu caráter intergovernamental. O resultado principal demonstra que o papel da CPCMS é relevante no sentido de que incorpora ao âmbito doméstico, de modo mais detalhado, os assuntos correntes no Parlasul, o que facilita o esclarecimento, para o plenário do Congresso, do que foi discutido no plano regional. Além disso, por meio de tais requerimentos são feitas reuniões que possibilitam debater temas com especialistas, o que contribui para esclarecer pontos importantes das temáticas inseridas no contexto da integração regional.

Palavras-chave: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Política Externa Brasileira. Legislativo.

¹ Doutorando e mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Pesquisador no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU), com apoio CAPES. O artigo é parte da dissertação de mestrado do autor (2017).

Abstract: Based on a bibliographical study on the theme and the mapping of the requirements proposed by the Brazilian Representation in the Mercosur Parliament (CPCMS), this article aimed to understand the role of this Mixed Commission in the National Congress, since its creation in 2006, as well as its role as bridge between the discussions in the Mercosur Parliament (Parlasul) and the referral of these issues to the Brazilian Legislative Assembly, in case of ratification of the agreements emanating from the bloc, considering its intergovernmental nature. The main result demonstrates that the role of the CPCMS is relevant since it incorporates in the domestic sphere, in a more detailed way, the current affairs in Parlasul, which facilitates the clarification for the plenary of the Congress of what was discussed in the plan regional. In addition, through such requirements, meetings are held that allow discussion of topics with experts, which contributes to clarify important points of the issues inserted in the context of regional integration.

95

Keywords: Brazilian Representation in the Mercosur Parliament. Brazilian Foreign Policy. Legislative.

Introdução

A intensificação da presença parlamentar nas relações entre os Estados, em diferentes regiões do planeta, como na América Latina e na Europa, tem sido objeto de um debate crescente no campo da Ciência Política e das Relações Internacionais. Jancic (2015) afirma que a democracia representativa encontra-se em um processo gradual de globalização por meio da interação entre Parlamentos ou entre Parlamentos e regiões. O autor ilustra as relações União Europeia-Brasil ao evidenciar que não apenas os parlamentos tomam a frente ativa em algumas decisões internacionais, como também agem estrategicamente em cumprimento de objetivos comuns. Ainda segundo Jancic (2015), os Parlamentos criam novos corpos dentro de seu próprio arcabouço institucional que iniciam processos participativos inovadores, a fim de exercerem o controle ou contrapeso sobre a tomada de decisão governamental.

No âmbito da integração regional, antes de tratarmos especificamente do papel da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CPCMS), vale revisar as origens do Mercado Comum do Sul (Mercosul), bem como da própria CPCMS. Apesar das experiências quando da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), da década de 1960, e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), criada em 1980, o adensamento das relações entre Brasil e Argentina, em fins da década de 1970 e, sobretudo, durante os anos 1980, é considerado o embrião mais concreto do bloco.

Em 1985, os dois países assinaram a Declaração de Iguazu, que constituiu a Comissão Mista de Alto Nível para Cooperação e Integração Econômica Bilateral. No ano seguinte, viria a Ata para a Integração Brasil-Argentina, que ensejou o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). Em 1988, Brasília e Buenos Aires assinam o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, almejando a formação gradual de um mercado comum entre Brasil e Argentina. A Ata de Buenos Aires, de 1990, assinada por Fernando Collor (1990-1992) e Carlos Menem (1989-1999), fixou como prazo para a constituição de um mercado comum entre os dois países o ano de 1994. Ainda em 1990, Brasil e Argentina assinaram, no âmbito da ALADI, o Acordo de Complementação Econômica (ACE-14), prevendo a eliminação das tarifas entre os dois países.

Em decorrência de tal aproximação no final da década de 1970, e da adesão do Paraguai e do Uruguai à ideia de uma integração regional, surgia, por meio

do Tratado de Assunção de 1991, o Mercosul, de caráter intergovernamental. O intergovernamentalismo implica que as normas emanadas do bloco devem ser aprovadas por cada Congresso dos Estados Partes, isto é, o direito oriundo do Mercosul não é automaticamente incorporado aos países membros sem o crivo interno dos Legislativos, como ocorre na supranacionalidade da União Europeia.

Posteriormente, no ano de 1994, foi assinado o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do bloco, que ficou conhecido como Protocolo de Ouro Preto, e que conferiu ao Mercosul personalidade jurídica de Direito Internacional (art. 34). Segundo tal instrumento, que já previu a participação legislativa no processo de integração (IV), a estrutura institucional do Mercosul seria constituída dos seguintes órgãos:

- I - O Conselho do Mercado Comum (CMC);
- II - O Grupo Mercado Comum (GMC);
- III - A Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
- IV - A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
- V - O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);
- VI - A Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

97

Parágrafo único - Poderão ser criados, nos termos do presente Protocolo, os órgãos auxiliares que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do processo de integração.

Anteriormente ao instrumento de Ouro Preto, os países do bloco assinaram o Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa, que ficou conhecido como Protocolo de Las Leñas. Pós-Ouro Preto vieram outros Protocolos importantes que também foram incorporados ao Tratado de Assunção, como, em 1998, o protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul², com vigor quatro anos mais tarde e em 2002, o Protocolo de Olivos, para solução de controvérsias no Mercosul. Em 2005, mesmo ano do acordo-quadro de adesão da Venezuela ao bloco (assinado em 2006), o Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, em vigor desde

² A Decisão CMC nº 16/2005 aprovou a adesão da Venezuela ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático (1998) e à Declaração sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL (1996).

2010; e o Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul, conhecido como Ushuaia II, de 2011 também tornaram-se protocolos reconhecidos.

A política externa brasileira, sobretudo no governo Lula da Silva (2003-2010), e no de Dilma Rousseff (2011-2016), conferiu especial atenção ao regional. Em discurso por ocasião da reunião da Comissão de Assuntos Políticos do Parlatino³, em Brasília, em 2015, o ex-ministro das relações exteriores, Mauro Vieira, reafirmou a importância de iniciativas de integração regional e do papel do Legislativo nesses processos⁴:

A integração possibilitou que os valores democráticos se consolidassem em nosso continente. A integração é também um importante vetor para a promoção da paz e da justiça social. Ela permite que levemos adiante projetos importantíssimos para nossas economias, como é o caso das ações de integração física e energética. Tem ainda uma relevante dimensão cidadã, que facilita a circulação de pessoas e contribui para criar um sentimento de irmandade entre nossos povos. Para ser sustentável, a integração deve basear-se no componente humano e social. Nesse sentido, interações frequentes entre os legisladores latino-americanos e caribenhos são fundamentais para consolidar cada vez mais em nossas sociedades o espírito de integração e os valores da paz e da convivência fundada na integração. Dada sua condição de altos representantes da sociedade, é muito importante que os parlamentares continuem a manifestar publicamente suas visões sobre os benefícios que decorrem da maior integração regional em termos de prosperidade, bem-estar e estabilidade política para os nossos países. (BRASIL, 2015).

Nesse sentido, Onuki (2006) afirma que, a despeito das crises domésticas e internacionais que afetaram o Mercosul, o bloco passou a ser emblemático na política externa do governo brasileiro no decorrer da década de 1990, e manteve-se no discurso diplomático como uma das prioridades da atuação externa do governo

³ Segundo o art. 1º de seu Estatuto, o Parlamento Latino-Americano “é um organismo regional, permanente, e unicameral, integrado pelos Parlamentos nacionais da América Latina, eleitos democraticamente mediante sufrágio popular, cujos países subscreveram o correspondente Tratado de Institucionalização em 16 de novembro de 1987, em Lima, Peru, e aqueles cujos Estados aderiram ao mesmo ou o façam em qualquer tempo, em conformidade com os procedimentos assinalados neste Estatuto e na regulação.”

⁴ A íntegra do discurso está disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/10896-discurso-do-ministro-mauro-vieira-por-ocasio-da-reuniao-da-comissao-de-assuntos-politicos-do-parlatino-brasilia-19-de-agosto-de-2015>>.

Lula da Silva, “[...] que vem insistindo na expansão do projeto de integração para os demais países andinos, na perspectiva de ampliar a integração sul-americana, na sua liderança” (ONUQUI, 2006, p. 299).

Todos os países da América do Sul estão ligados ao Mercosul de alguma forma, ou como Estados Partes, ou na condição de Estados Associados. A exceção é a Guiana Francesa por estar atrelada juridicamente à França como departamento ultramarino. A Venezuela encontra-se suspensa do bloco desde meados de 2017.

O embaixador Celso Amorim, então ministro das relações exteriores, por sua vez, em discurso⁵ proferido quando da sessão inaugural do Parlasul, em 2007, ressaltou o importante aspecto do adensamento democrático e da segurança jurídica que tal instituição conferiria à integração e do papel prioritário do Mercosul na política externa brasileira:

[...] A integração da América do Sul é a maior prioridade da política externa brasileira. Estamos empenhados também em outros processos, como o da Comunidade, agora União Sul-americana de Nações. Mas não podemos perder de vista que, nos últimos 20 anos, o Mercosul tem sido, inevitavelmente, inexoravelmente, o motor que injeta dinamismo à integração. Aos membros originais, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, junta-se agora a Venezuela. Espero que outros sigam no mesmo caminho.[...]

[...] O Parlamento aumentará a segurança jurídica do processo e contribuirá, com suas propostas, com seus debates, para a consolidação e aperfeiçoamento do nosso bloco, em sintonia com as aspirações da sociedade. O Parlamento do Mercosul é uma realidade em evolução. Em 2010, elegeremos seus membros segundo o conceito da representação cidadã, por critérios a serem definidos idealmente ainda este ano. A partir de 2014, os parlamentares do Mercosul serão eleitos de forma simultânea e pelo sufrágio universal direto em todos os Estados-membros (BRASIL, 2007).

Em discurso de 2010⁶, por ocasião da XXVI Sessão Plenária do Parlasul, Amorim já ressaltaria a importância de se retomar as tratativas em favor de um acordo comercial com a União Europeia (UE) e, também, a evolução dos mecanismos que fortalecem o viés da democracia no Mercosul:

⁵ O discurso pode ser lido na íntegra em: < <http://www.mundorama.net/2007/05/07/discurso-preferido-pelo-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-na-sessao-inaugural-do-parlamento-do-mercosul-montevideu-uruguai-07052007/>>

⁶ O discurso pode ser acessado integralmente em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8091:discurso-do-ministro-celso-amorim-na-xxvi-sessao-plenaria-do-parlamento-do-mercosul-montevideu-18-de-outubro-de-2010&catid=194&lang=pt-BR&Itemid=454>.

[...] Também queremos propor a retomada das tratativas para impulsionar o comércio de serviços no âmbito do Mercosul. Ao lado de um parque industrial dinâmico, o Mercosul conta com um setor de serviços em plena expansão. Precisamos realizar juntos o nosso potencial. O atual esquema de rodadas de negociação setor por setor esgotou suas possibilidades. Não tem cabimento que estejamos, em conjunto, discutindo com outros países ou conjunto de países (como a União Européia) um nível de liberalização que ainda não alcançamos dentro do Bloco. [...]

[...] Percorremos um longo caminho desde a criação do Parlasul em 2007 até chegarmos a um acordo sobre a proporcionalidade que tornará realidade a representação cidadã. Congratulo-me com todos os membros do Parlamento e com meus colegas Chanceleres pelo resultado alcançado na reunião extraordinária do Conselho Mercado Comum (CMC) de hoje. A decisão do CMC fortalece ainda mais esta instância insubstituível de representação da vontade popular.

Gostaria de lembrar, ainda, de outra importante vocação do Parlamento: velar pela democracia na região. O Observatório da Democracia consolidou-se como mecanismo de reafirmação do compromisso dos Estados Partes com os valores democráticos e os direitos humanos (BRASIL, 2010).

Ainda sobre as crises que afetam o Mercosul, Onuki (2006) destaca que “tais discussões conjunturais ainda podem ser superadas pela vontade política dos países e pelo cumprimento de uma agenda de consolidação do bloco” (ONUKEI, 2006, p. 318). Segundo ela, tal ponto caracteriza-se como o principal desafio da política externa brasileira. A importância da recuperação do Mercosul reside no fato de que isso possibilita, até mesmo, que se avance em outras propostas no sentido da consolidação da liderança brasileira na região, que se desenrolava à época.

Na esteira das colocações de Onuki (2006), acrescentamos e entendemos o fato de que o Parlasul, e mais especificamente a representação brasileira nele, pode, nesse sentido, contribuir com as discussões sobre quais são os gargalos e desafios a serem superados para que o aprofundamento do bloco aconteça, e, mais do que isso, propor e discutir meios para alcançá-lo, como o aperfeiçoamento dos mecanismos de diminuição das assimetrias entre os Estados Partes ou, ainda, sobre a consolidação de uma tarifa externa comum (TEC). Em tais discussões, o adensamento democrático é uma via importante para tanto.

Nesse sentido, o Parlasul é um canal que confere legitimidade às negociações, visto que representa os interesses da sociedade que são conduzidos às

discussões, a despeito da limitação que existe em face de seu caráter não decisório, uma vez que as normas emanadas do Mercosul (mais especificamente do Conselho do Mercado Comum), ou mesmo as discussões abordadas no Parlasul, necessitam da ratificação dos Congressos Nacionais dos Estados Parte, em face de seu viés intergovernamental, e não supranacional, como no caso da União Europeia (UE). O Parlasul seria, portanto, um órgão de apoio dessas discussões que permeiam os parlamentos nacionais e de contraponto ao Executivo. A instituição parlamentar mercosulina, por si só, não possui caráter decisório, como vimos, mas confere representatividade ao debate no âmbito da integração regional.

A representação brasileira no Parlamento do Mercosul (CPCMS)

Na esteira dos debates sobre o aprimoramento e desafios do Mercosul, está a necessidade de ampliação do papel do Legislativo em política externa brasileira também nesse âmbito. Tal esforço é visível em propósito da criação, na esfera do Congresso Nacional brasileiro, em 1996, da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC), quando da previsão no Protocolo de Ouro Preto da Comissão Parlamentar Conjunta, como já visto. Em 2006, com a efetivação do Parlasul, que teve sua previsão no Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, a CPC deu origem, no Brasil, à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CPCMS), por meio de resolução nº 15.

Tal Comissão “[...] é o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes no âmbito do Mercosul [...]” (BRASIL, 2014). Instalada em 1991, em Montevideu, no Uruguai, a CPC tem seu marco fundador, na verdade, no art. 24 do Tratado de Assunção. Sua criação objetivou “[...] facilitar a implementação do Mercado Comum [...] Os Poderes Executivos dos Estados Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum objeto do presente Tratado”, e nos arts. 22 a 27 do Protocolo de Ouro Preto de 1994.

Apesar de tais instrumentos serem os principais marcos jurídicos que culminaram na criação do Parlasul, o art. 8º do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina, assinado em 1988, previu a Comissão Parlamentar Conjunta de Integração.

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC) representava os Parlamentos dos Estados Partes no âmbito do Mercosul. Era de sua competência,

respeitando o processo legislativo de cada Estado Parte, incorporar ao direito interno normas emanadas dos órgãos do Mercosul. De caráter consultivo e deliberativo, suas principais atribuições eram:

[...] acompanhar o processo de integração e manter os Congressos Nacionais informados; tomar as medidas necessárias à futura instalação do Parlamento do Mercosul; constituir subcomissões para análise dos temas relacionados ao processo de integração; emitir recomendações ao Conselho do Mercado Comum e ao Grupo Mercado Comum sobre a condução do processo de integração e a formação do Mercosul; realizar os estudos necessários à harmonização das legislações dos Estados-Partes e submetê-los aos Congressos Nacionais; estabelecer relações com entidades privadas de cada um dos Estados-Partes, e com entidades e organismos internacionais de modo a obter informações e assessoramento especializado nos assuntos de seu interesse; estabelecer relações de cooperação com os Parlamentos de outros Estados e com entidades envolvidas com assuntos pertinentes à integração regional; subscrever acordos de cooperação e assistência técnica com organismos públicos e/ou privados, de caráter nacional, supranacional e internacional; e deliberar sobre seu orçamento e fazer gestões junto aos Estados-Partes para a obtenção de outros financiamentos (BRASIL, 2016).

102

Nesse contexto, Mariano (2001) atenta para o fato de que os parlamentares acabaram por transferir para a CPC do Mercosul o mesmo padrão de participação que tinham anteriormente quanto ao processo de integração. Segundo a autora, “este tipo de ‘adaptação’ seria normal como passo inicial, porque permitiria dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido. No entanto, [...] esta atuação anterior já não condizia com os objetivos gerais propostos nos discursos de seus membros” (MARIANO, 2001, p. 128).

Com a crescente complexidade da globalização e o aumento das demandas sociais, e a decorrente necessidade de o Legislativo adaptar-se ao debate, no contexto mais recente da referida primazia que a política externa do governo Lula da Silva (2003-2010) conferiu ao entorno regional, as colocações de Mariano (2001) sobre os objetivos na criação da CPC se fazem, ainda hoje, atuais e pertinentes e, portanto, aplicam-se ao Parlasul. Segundo a autora, “[...] o intuito central da CPC era levar para o âmbito da integração as questões que refletissem as preocupações sociais, e criar canais de expressão das demandas presentes na sociedade” (MARIANO, 2001, p. 139), embora Mariano ressalte que, de modo

geral, a atuação parlamentar, quando da CPC, tenha ficado aquém desses objetivos iniciais.

Já o Parlasul, que substituiu a CPC, tem seu marco legal na decisão nº 23/05 do Conselho do Mercado Comum (CMC), decisão essa incorporada como Protocolo Constitutivo. De caráter representativo, independente e autônomo, está sediado em Montevideú. Seu órgão é unicameral e permanente, representando os interesses dos cidadãos dos Estados Partes do Mercosul.

Além desse escopo atrelado à questão democrática na integração, o Parlasul tem como prioridade fomentar “um espaço comum que reflita o pluralismo e as diversidades da região, e que contribua para a democracia, a participação, a representatividade, a transparência e a legitimidade social no desenvolvimento do processo de integração e de suas normas,” segundo seu Protocolo Constitutivo. Tal prioridade se baseia nos princípios do pluralismo, da diversidade, da representatividade, da participação social, do repúdio a todas as formas de discriminação, da equidade, da justiça, e do respeito aos direitos humanos.

Conforme seu art. 1º, o Protocolo Constitutivo do Parlasul prevê que seus representantes sejam eleitos por sufrágio universal, direto e secreto, conforme a legislação interna de cada Estado Parte e as disposições do Protocolo. Até o momento, apenas o Paraguai e a Argentina realizaram eleições diretas para o Parlasul, ocorridas pela primeira vez em 2008 e 2015 respectivamente.

A composição de representantes por Estado no Mercosul, hoje, é: Argentina com 26, Brasil com 37, Paraguai e Uruguai com 18 cada, e Venezuela com 23. A composição final, considerando-se o prazo para eleições diretas por parte de todos os Estados Partes até 2020, será de: Argentina com 43, Brasil com 75, Paraguai com 18, Uruguai com 18, e Venezuela com 27 representantes. Vale lembrar que a Bolívia é Estado Parte do Mercosul em processo de adesão, aguardando a ratificação do Parlamento interno de alguns dos países do bloco, como o Brasil.

Quanto às características dos políticos da representação brasileira no Parlamento do Mercosul (CPCMS), tais parlamentares têm vasta experiência no que concerne às relações exteriores e à defesa nacional, a despeito de serem minoria nesse aspecto quando considerados no conjunto do Congresso Nacional. Dois terços já foram membros titulares ou suplentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara ou do Senado (alguns deles mais de uma

vez). Um terço participou na condição de titular, sendo que mais da metade já exerceu cargos no Executivo, como os de prefeito, governador e ministro, segundo dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) à CPCMS em 2012.

Quadro 1 – Membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul⁷

DEPUTADOS	
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB, PT, PSD, PR, PROS, PCdoB, PSDB, PSB, PPS, PV, PDT, PSOL	
TITULARES	SUPLENTES
Arthur Oliveira Maia (PPS/BA)	Afonso Hamm (PP/RS)
Carlos Henrique Gaguim (PTN/TO)	Carlos Andrade (PHS/RR)
Celso Russomano (PRB/SP)	Carlos Gomes (PRB/RS)
Dilceu Sperafico (PP/PR)	Professor Victório Galli (PSC/MT)
Edio Lopes (PR/RR)	Maia Filho (PP/PI)
Moses Rodrigues (PMDB/CE)	Fernando Montero (PP/PE)
Paes Landim (PTB/PI)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Marcelo Aro (PHS/MG)	Benito Gama (PTB/BA)
Renato Molling (PP/RS)	Ronaldo Benedet (PMDB/SC)
Takayama (PSC/PR)	Wilson Filho (PTB/PB)
Mandeta (DEM/MS)	Rosangela Gomes (PRB/RJ)
Arlindo Chinaglia (PT/SP)	Givaldo Vieira (PT/ES)
Benedita da Silva (PT/RJ)	Pepe Vargas (PT/RS)
Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS)	Hugo Leal (PSB/RJ)
George Hilton (PROS/MG)	Jorginho Mello (PR/SC)
Ságuas Moraes (PT/MT)	Zeca do PT (PT/MS)
Rômulo Gouveia (PSD/PB)	Jaime Martins (PSD/MG)
Luiz Cláudio (PR/RO)	José Fogaça (PMDB/RS)
Remídio Monai (PR/RR)	Vago
Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	Sandro Alex (PSD/PR)
Elizeu Dionizio (PSDB/MS)	Heitor Schuch (PSB/RS)
Roberto Freire (PPS/SP)	Vicentinho Junior (PR/TO)
Rocha (PSDB/AC)	Capitão Augusto (PR/SP)
José Stédile (PSB/RS)	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Heráclito Forte (PSB/PI)	Vago
Damião Feliciano (PDT/PB)	Weverton Rocha (PDT/MA)
Jean Wyllys (PSOL/RJ)	Angela Albino (PSOL/SC)
SENADORES	
Humberto Costa (PT/PE)	Acir Gurgacz (PDT/RO)
Fátima Bezerra (PT/RN)	Gleisi Hoffmann (PT/PR)
Lindbergh Farias (PT/RJ)	Gladson Cameli (PP/AC)

⁷ Membros da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CPCMS), cujo presidente da Mesa Diretora é o senador Roberto Requião (PMDB/PR), tendo por vice-presidentes o deputado Edio Lopes (PR/RR) e o senador Paulo Bauer (PSDB/SC). A CPCMS, além de sua Mesa Diretora, tem um vice-presidente geral, o deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP).

Vago	Waldemir Moka (PMDB/MS)
Roberto Requião (PMDB/PR)	Dário Berger (PMDB/SC)
Valdir Raupp (PMDB/RO)	Vago
Paulo Bauer (PSDB/SC)	Vago
Davi Alcolumbre (DEM/AP)	Vago
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	Lídice da Mata (PSB/BA)
Cidinho Santos (PR/MT)	Eduardo Amorim (PSC/SE)

Fonte: Elaboração nossa com base em Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul – CPCMS. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/composicao/brasil.html> >. Acesso em: 12 ago 2016.

Um perfil atual da Representação Brasileira no Parlasul por região do país, traçado pelo Ipea (2012) e apresentado na CPCMS, mostra que o Sul é a região com maior número de políticos no Parlamento do bloco, representando 42% do total, o que pode ser explicado pela proximidade física e pelo estreitamento das relações comerciais entre essa parte do Brasil e com os vizinhos mercosulinos. O Sudeste vem em segundo lugar com 22%, seguido do Nordeste com 19%, do Norte com 3%, e do Centro-Oeste com 14%. Outro dado interessante do Ipea (2012) revela que a representação brasileira por gênero no Parlasul é de 33 homens (entre deputados e senadores) e de apenas quatro mulheres (entre deputadas e senadoras), ou seja, representação majoritariamente masculina. Perfil que pode mudar com as eleições diretas.

Um dos principais escopos da CPCMS é emitir requerimentos sobre, dentre outros assuntos, pedidos de realização de audiências públicas para discutir temas diversos, que reúnam distintas áreas relacionadas ao processo de integração. A exemplo disso, está o requerimento nº 6/20158 do deputado federal do PPS/CE Moses Rodrigues, que pedia a realização de uma audiência pública para debater o intercâmbio docente em nível superior, no âmbito do Mercosul, e a remuneração de professores doutores para intercâmbio educacional docente entre países do bloco. Para tanto, o deputado propôs a participação de Ministros da Educação do Mercosul, do Ministério da Educação, da Capes, e do CNPq.

Requerimentos da CPCMS

As reuniões dessa comissão mista (deputadas e deputados, e senadoras e senadores), diferentemente dos debates mais amplos da CREDN, têm por escopo aprovar ou não requerimentos ou decisões regimentais. A CPCMS não tem caráter decisório

por si só, mas encaminha pedidos dos parlamentares para outras comissões permanentes, para o próprio Executivo ou para serem discutidos no âmbito do Parlasul.

A partir de um levantamento de informações do portal da CPCMS, inserido na página da Câmara dos Deputados, entre 2011 e 2015, foram abordados nos requerimentos emitidos por integrantes da CPCMS, e que portanto estiveram na agenda parlamentar em política externa, temas como:

- Propor a realização de audiência pública com o Prof. Dr. Matias Spektor, com o objetivo de analisar e debater condições de estabilidade da região dos países do Mercosul e perspectivas de ampliação de membros (2011 - Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, PMDB/SP);
- Requerer reunião com o então ministro das Relações Exteriores, o embaixador Celso Amorim, para discutir sobre a situação dos brasileiros no Paraguai (2012 - Deputado Roberto F, reirePPS/SP);
- Requerimento para que a CPCMS participasse do III Congresso de Cultura e Educação para a Integração da América Latina – III CEPIAL, realizado em Curitiba – PR (2012 - Senador Roberto Requião, PMDB/PR);
- Requerimento para audiência pública para discutir as restrições impostas pela Argentina à entrada de produtos brasileiros, o que estaria comprometendo a indústria do Brasil (2012 - Deputado Renato Molling, PP/RS);
- Requerimento para que a CPCMS participasse da Extensão Universitária “Modelo de Simulação do Parlasul”, realizada pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD (2012 - Deputado Marçal Filho, PMDB/MS)
- Requerimento para a realização de audiência pública para debater a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) no âmbito internacional (2012 - Deputado Dr. Rosinha, PT/PR);
- Propor a realização do Seminário “Crise, Estado e Desenvolvimento: desafios e perspectivas para a América do Sul” (2012 - Senador Roberto Requião, PMDB/PR);
- Propor a realização de reuniões de audiências públicas para aprofundar as discussões sobre temas vinculados ao processo de integração regional na América do Sul (2012 - Senador Roberto Requião, PMDB/PR);
- Propor a realização de audiência pública para aprofundar as discussões sobre as relações comerciais entre Brasil e Argentina, com autoridades convidadas do Brasil e da Argentina (2012 - Senador Roberto Requião, PMDB/PR);

- Requerimento para que, em virtude da posse dos novos membros da CPCMS, seja convidado o embaixador Antônio José Pereira Simões, então Sub-Secretário Geral da América do Sul, Central e do Caribe do MRE (2013 - Deputado Newton Lima, PT/SP);
- Requerimento para que, em virtude da posse dos novos membros da CPCMS, seja convidado o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (2013 - Deputado Newton Lima, PT/SP);
- Manifestação de veemente repúdio à agressão sofrida pelo Presidente da Bolívia, Evo Morales, cujo avião presidencial foi impedido, sem nenhuma justificativa, de sobrevoar o território de Portugal, Espanha, França e Itália (2013 - Deputado Dr. Rosinha, PT/PR);
- Requerimento para a realização de seminário da CPCMS com a finalidade de discutir o projeto de lei nº 5.655, de 2009, que “Dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros do território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências” (2013 - Deputada Luiza Erundina, PSB/SP);
- Requerimento para a designação de um representante da CPCMS para participar de uma reunião no Conselho Superior de Comércio Exterior – COSCEX (2013 - Deputado Sebastião Bala Rocha, PDT/AP);
- Requerimento para a realização de audiência pública para tratar do acordo Mercosul-EU (2013 - Deputado Sebastião Bala Rocha, PDT/AP);
- Requerimento para a realização de seminário, com a presença das Comissões de Relações Exteriores e de Representações Parlamentares de Integração Mercosul/Unasul, em parceria com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (2013 - Deputado Newton Lima, PT/SP);
- Requerimento para que o então ministro do desenvolvimento, indústria e comércio exterior, Fernando Pimentel, fosse convocado para prestar informações sobre as denúncias de que estaria negociando, com o governo da Venezuela, linhas de financiamento do Programa de Financiamento das Exportações (PROEX), para ajudar aquele país a saldar dívidas milionárias não pagas a exportadores brasileiros (2013 - Senador Paulo Bauer, PSDB/SC);
- Requerimento para a realização de um seminário sobre o Parlamento do Mercosul, intitulado “A Dimensão Parlamentar da Integração no Mercosul” (2014 - Deputado Dr. Rosinha, PT/PR);
- Pede a aprovação de denúncia de violação, por parte da Venezuela, das cláusulas democráticas, em virtude das graves violações aos direitos humanos perpetradas

- contra o povo venezuelano (2014 - Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, PSDB/SP);
- Requerimento para que a presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster, fosse convidada para prestar informações sobre a desistência da petroleira estatal venezuelana PDVSA de participar de parceria com a Petrobras para a construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco (2014 - Senador Paulo Bauer, PSDB/SC);
 - Requerimento para a aprovação de denúncia de violação, por parte da Venezuela, das cláusulas democráticas, em face das graves acusações de violações de direitos humanos e do tratamento desrespeitoso e violento à comitiva de oito senadores brasileiros durante visita feita àquele país (2015 - Deputado Rocha, PSDB/AC);
 - Requerer autorização para a realização de despesas diversas com vistas à reunião da Mesa Diretora do Parlasul em Brasília (2015 - Deputado Arlindo Chinaglia, PT/SP, e Senador Roberto Requião, PMDB/PR);
 - Realização de audiência pública conjunta com a Subcomissão de Comércio Exterior para esclarecer erros de tradução em tratados comerciais e debater, em especial, os firmados pelo Mercosul e países africanos (2015 - Deputado José Stédile, PSB/RS);
 - Realização de audiência pública conjunta entre CPCMS e CREDN para debater projeto de integração educacional para admissão de títulos e graus universitários nos países do Mercosul (2015 - Deputada Benedita da Silva, PT/RJ);
 - Requer a inclusão de palestrante na audiência pública conjunta entre CPCMS e CREDN para o tema descrito no requerimento da deputada Benedita da Silva - PT/RJ (2015 - Deputado Luiz Cláudio, PR/RO);
 - Requer a realização de audiência pública para discutir o intercâmbio docente, em nível superior, no âmbito do Mercosul, e a remuneração de professores doutores para intercâmbio educacional docente entre países do Mercosul (2015 - Deputado Moses Rodrigues, PPS/CE).

Como é possível notar pelo mapeamento, os temas tratados são tão amplos quanto as questões de política externa no âmbito regional. Os assuntos requeridos pelos parlamentares foram desde pedido para realização de audiência pública para debater temas específicos como as relações com a Argentina, no que se refere às restrições que foram impostas aos produtos brasileiros pelo país vizinho, até convidar especialistas ou autoridades do governo para esclarecimentos e debates. Também é possível notar o pedido de reuniões para que projetos de lei sejam discutidos, como o requerimento proposto pela deputada Luiza Erundina (PSB/

SP) para discutir a entrada e saída de estrangeiros do território brasileiro, de que tratava o projeto de lei em questão. Há, também, uma preocupação com a situação da Venezuela, no que se refere à democracia, como tratou o requerimento do deputado Rocha (PSDB/AC).

Os temas são, portanto, variados. E foram propostos por diferentes parlamentares, ainda que haja um maior número de emissão de requerimentos na figura de determinados políticos, o que demonstra crescente protagonismo de alguns deles nessas questões da integração regional. Tais parlamentares são: senador Roberto Requião (PMDB/PR), presidente da Mesa Diretora, com quatro requerimentos; deputados Dr. Rosinha (PT/PR) e Newton Lima (PT/SP), com três requerimentos cada; deputado Sebastião Bala Rocha (PDT/AP), com dois requerimentos; e o deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PMDB/SP), também com dois requerimentos no período.

Com efeito, por meio desta pesquisa, é possível afirmar que o papel da CPCMS é o de “aparador de arestas” dos temas de interesse da integração mercosulina. Seus pedidos por meio de requerimentos não constituem decisões finais em si, mas são passos importantes para que um resultado se concretize ou para que um determinado tema em política externa ganhe fôlego e envergadura.

A exemplo disso está o requerimento do deputado Moses Rodrigues (PPS/CE), citado anteriormente, que buscou facilitar o intercâmbio acadêmico no âmbito do Mercosul. Ainda que as discussões mais aprofundadas ocorram nas Comissões da Câmara e do Senado, o encaminhamento de questões específicas da integração pela CPCMS às reuniões conjuntas com as outras comissões é fundamental para que o Congresso como um todo tenha conhecimento de pontos importantes que estão sendo discutidos no âmbito da integração. Dessa forma, este é o principal resultado desta parte da pesquisa: a atuação da CPCMS se dá por meio do encaminhamento de questões para a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN), para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) e para o Parlasul (sem caráter decisório), e por meio de requerimentos. A CPCMS, em última análise, é informativa do Congresso Nacional sobre as pautas da agenda do Parlasul, e de suas próprias iniciativas/sugestões como braço brasileiro na integração.

Considerações finais

O estudo mostra que a relevância da CPCMS está no seu caráter informativo e propositivo, fundamental para que as questões atreladas ao Mercosul sejam encaminhadas ao plenário do Congresso Nacional e para que ganhem musculatura, o que, certamente, contribui com a democratização do processo de integração, porque, como os temas em política externa, como qualquer questão de política, requer debate e esclarecimento, por vezes com intensa polarização. Disso decorre a importância dessas comissões, além de reforçar o mecanismo de freios e contrapesos em relação ao Executivo.

A CPCMS, desde sua criação, tem por escopo acelerar o processo de incorporação das normas aprovadas no Mercosul. Todo acordo proveniente do bloco é encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional, mais especificamente para CPCMS. Dependendo da temática de que trata o acordo, ele é encaminhado diretamente para a votação do Congresso Nacional em plenário. Ou seja, a CPCMS favorece a tramitação do instrumento internacional ao mesmo tempo em que informa o Congresso Nacional sobre do que se trata o documento.

Com efeito, a criação de uma instituição parlamentar no âmbito do Mercosul é representativa da necessidade de conduzir para o interior do bloco questões que permeiam os anseios e os desafios das sociedades dos Estados Partes. Também é fato a necessidade de aperfeiçoamento dessa instituição, bem como do próprio Mercosul. As eleições diretas para o Parlasul (que já vêm ocorrendo na Argentina e no Paraguai) são um passo importante que representam canal direto das demandas sociais, o que confere profundidade ao aspecto democrático da integração e maior efetividade interna dos acordos emanados do bloco.

Há, ainda, a possibilidade de enfraquecimento ou desaparecimento da CPCMS com as eleições diretas ao Parlasul, como ocorreu na Argentina. Nessa hipótese, se esses parlamentares estiverem concentrados no âmbito do Parlasul, seriam eles capazes de atuar internamente também, ou seja, de fazer o papel da CPCMS de incorporar o debate ao plano doméstico? O quão efetiva seria essa mudança? São questões que se colocam em vista de tais eleições diretas no âmbito do Mercosul. Além disso, há uma discussão no Congresso Nacional sobre custos e dificuldades que aparecem nesse processo de ampliação do número de parlamentares atuando no âmbito do bloco.

A CPCMS, desse modo, ajuda a compreender não apenas a relação doméstico-internacional no entorno geográfico do Brasil e o papel do Poder Legislativo nesse campo, mas também é elemento relevante na reflexão sobre o futuro do Parlasul, isto é, dos canais de democracia nos processos de integração regional.

Referências

BRASIL. *Câmara dos deputados. Atividade Legislativa*. Comissões. Comissões Mistas. Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul – CPCMS. Reuniões da Representação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/reunioes-da-representacao>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120413_comunicadoipea0143.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

JANCIC, D. *Globalizing representative democracy: The emergence of multilayered International Parliamentarism*. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2659734>. Acesso em: 22 fev 2016.

MARIANO, K. L. P. *A atuação da Comissão Parlamentar Conjunta e do subgrupo de trabalho-10 no Mercosul*. Campinas: UNICAMP, 2001. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ONUKEI, J. O Brasil e a construção do Mercosul. In: ALTEMANI H.; LESSA A. C. (Org.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*, v. 1, São Paulo: Saraiva, 2006.

Parlamento do Mercosul: Disponível em <<http://www.parlamentodelmercosur.org/innovaportal/v/11651/2/parlasur/parlasul-debateu-sobre-impeachment-no-brasil.html>>. Acesso em: 16 maio 2016.

Parlatino. Disponível em: <<http://www.parlatino.org/es/>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

Protocolo de Ouro Preto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1901.htm>. Acesso em: 02 fev. 2016.

Tratado de Assunção. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf>. Acesso em: 11 fev. 2016.

Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre Brasil e Argentina (1988). Disponível em: <<http://www.abacc.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Tratado-de-integracao-cooperacao-e-desenvolvimento-entre-Brasil-e-a-Argentina-português.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas. Trad. de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016. 192 p.

José Renato Ferraz da Silveira¹

A obra *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*, de Patrick Charaudeau, é um livro imprescindível para compreender os mecanismos envolvidos na elaboração dos discursos que visam conquistar a opinião pública – da dramatização e apelo aos sentimentos ao carisma e exaltação de valores.

O livro está dividido em quatro seções: Introdução (p. 9-21); O que é opinião pública? (p.23-66); A manipulação da opinião pública (p. 67-150); Crise da opinião, crise da democracia: os sintomas de uma crise política da pós modernidade (p.151-180).

A linguagem empregada pelo autor é de clareza lapidar. Texto elegante, simples, acessível, didático e com ricos argumentos retóricos. Obra de fácil leitura e compreensão ao público leitor. Num estudo sério, sem no entanto cair no hermetismo pedante, o autor nos dá uma visão panorâmica de opinião pública e sua manipulação.

Charaudeau se utiliza da ciência da Análise de Discurso para revelar ao leitor – “por meio de personagens e casos reais de campanha, pesquisas de opinião, notícias de jornal – como os políticos exercem poder sobre o público para exercer sua função”. Nesse sentido, há um adequado e pertinente uso de exemplos ilustrativos para revelar os meandros dos conflitos e tensões políticas. Temos também um

¹ José Renato Ferraz da Silveira é professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Líder do GTAP (Grupo de Teoria, Arte e Política).

repertório bibliográfico de autores clássicos da filosofia política e relacionados a *Análise de Discursos*. Encontramos valiosas contribuições de notas explicativas e bibliográficas ao final das seções. A obra possui um caráter propedêutico em que a premissa básica do livro é que “num regime democrático, a vida política reside na conquista da opinião pública”. Ou seja, o discurso político é, assim, constitutivamente um discurso de persuasão e de sedução. Vale ressaltar que os políticos devem navegar entre um discurso de forte teor simbólico portador dos valores de uma idealidade e um discurso de firmeza pragmática, propondo os meios de realizar o sonho de todos viverem bem na coletividade.

A introdução está dividida numa breve apresentação em que o autor aponta que o fenômeno político resulta de fatos políticos (como atos e decisões, ligados à questão da autoridade e legitimidade de seus atores), fatos sociais (como organização das relações sociais, ligados à questão do lugar e da relação que se instaura entre as elites e o povo), fatos jurídicos (que funcionam como enquadre que rege as condutas, o que coloca a questão da ação legislativa) e fatos morais (como lugar de pensar os sistemas de valores que estão ligados à questão da idealidade dos regimes de governança para o bem dos povos). Na segunda parte introdutória intitulada **O conflito como norma social**, Charaudeau resgata o debate filosófico, presente desde a Antiguidade Greco-romana, passando pelo Iluminismo até Kant sobre o conflito humano. Na terceira parte da introdução com o título **O poder, questão de legitimidade, de autoridade e de potência**, Charaudeau problematiza o conceito de poder, autoridade, potência e legitimidade – conceitos clássicos da Ciência Política. A última parte da introdução intitula-se **O poder político, é o momento** em que Charaudeau pondera sobre o poder da palavra para exercer e conquistar o poder. Num regime democrático, a vida política reside numa conquista da opinião pública.

Na segunda seção intitulada *O que é a opinião pública?*, o autor divide o capítulo em cinco partes com diversas subpartes esmiuçando o conceito de opinião pública.

- a) **Um pré-requisito: como se constrói a identidade coletiva:** a construção identitária, a identidade coletiva, um cruzamento de olhares, a defesa da identidade coletiva, o grupo que se isola, a dominação do outro grupo, a mistura do grupo;

- b) **Da opinião coletiva à opinião pública:** a opinião coletiva, a opinião pública, a ascensão da opinião pública;
- c) **A fabricação da opinião pública:** a opinião pública por reação (Basta YA), a opinião pública por atribuição (o efeito de espelho);
- d) **Uma confusão a evitar: a opinião não é o eleitorado:** algumas categorias de eleitores e cidadãos, existe um eleitorado popular? A quem ele pertence?
- e) **A consciência cidadã: o difícil paradoxo.**

Na terceira seção intitulada *A manipulação da opinião pública*, o autor divide o capítulo em quatro partes com diversas subpartes problematizando a ideia de manipulação da opinião pública:

- a) **a manipulação no mundo político:** a manipulação pelo discurso da sedução, a credibilidade, uma aposta da razão, o carisma, uma voz do além, diferentes figuras de carisma, a manipulação pelo discurso de dramatização, o apelo aos sentimentos, a encenação do drama político, a manipulação pela exaltação dos valores, a matriz ideológica da direita francesa, a matriz ideológica da esquerda, o discurso populista como reciclagem dos discursos extremistas, o líder populista, a satanização dos culpados, o discurso populista como fator do embaralhamento das oposições políticas.
- b) **A manipulação no mundo midiático:** da super dramatização da informação à peopolização do político, à manipulação pelas pesquisas de opinião, a pesquisa de opinião é um discurso, diferentes tipos de pesquisa de opinião, um espelho deformante da sociedade, análise de uma pesquisa de opinião que causa perplexidade, um bom exemplo de manipulação e como as pesquisas formatam a opinião pública.
- c) **Conclusão sobre a manipulação**

Na quarta seção intitulada **Crise da opinião, crise da democracia: os sintomas de uma crise política da pós-modernidade**, o autor divide em quatro partes e discute acerca do fenômeno da crise política da pós-modernidade:

- a) **A questão da soberania num regime democrático:** a liberdade e igualdade, uma contradição interna à democracia.

- b) **A questão do contrapoder:** as reações ao contrapoder e contrapoder e demanda social.
- c) **As razões de uma crise política da pós-modernidade:** uma crise do povo, uma crise das elites.
- d) **Entre democracia de opinião e democracia participativa.**

Essa obra em recensão é de leitura fundamental para a compreensão do fato social e da prática histórica política que é a conquista da opinião pública e como o discurso manipula as escolhas políticas. Obra de um especialista e criador de uma teoria de Análise de Discurso, denominada Semiolinguística, o livro é recomendável para qualquer leitor que se interesse por estudos discursivos. De fato, o livro é um estudo profundo dos ângulos básicos da opinião pública.

